



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE, RELAÇÕES DE PODER E REGIÃO

CIÊNCIA EM TRANSE: A HISTÓRIA DA CAPES NOS ANOS 1970

CAIO FERNANDES BARBOSA

**SALVADOR
2013**

CIÊNCIA EM TRANSE: A HISTÓRIA DA CAPES NOS ANOS 1970

CAIO FERNANDES BARBOSA

Dissertação apresentada para a obtenção
do grau de Mestre em História Social na
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal da
Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Muniz
Gonçalves Ferreira.

**SALVADOR
2013**

Barbosa, Caio Fernandes

B238 Ciência em transe: a história da CAPES nos anos 1970 / Caio Fernandes
Barbosa. – Salvador, 2013.
124 f.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

1. Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -
História. 2. Ciência - História. 3. Educação – Estudo e ensino (Pós-graduação) -
História. I. Ferreira, Muniz Gonçalves. II. Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 370.981

TERMO DE APROVAÇÃO

Caio Fernandes Barbosa

CIÊNCIA EM TRANSE: A HISTÓRIA DA CAPES NOS ANOS 1970.

**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre do
Programa de História da Universidade Federal da Bahia.**

Salvador, 8 de Outubro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira (orientador)
Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo.
Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.

Prof^ª. Dr^ª. Lucileide Costa Cardoso
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.
Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.

Prof. Dr. Olival Freire Jr.
Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo.
Professor do Departamento de Física Geral da Universidade Federal da Bahia

Ao povo brasileiro, principalmente aqueles
que combateram a Ditadura em busca de um
mundo mais justo.

Agradecimentos.

Ao povo brasileiro que financiou meus estudos numa Universidade pública e gratuita, que financiou minha iniciação científica através do CNPq e pagou minha bolsa CAPES no mestrado.

Á Júlio, Lene, Ligia e Bruno e a toda minha família que me ajudou, me formou, se angustiou e cresceu comigo neste processo. Abraço especial para tia Má que teve a generosidade de dividir comigo seu lar e para tia Kátia que contribuiu com a revisão deste trabalho.

Á família Leão Barreto que me acolheu. Especialmente Marina pela paciência, carinho e pela dedicação.

Ao Partido dos Trabalhadores por me ajudar a compreender o mundo e o Brasil.

Ao Centro Acadêmico Luiza Mahin e ao DCE da UFBA onde aprendi parte dos difíceis caminhos de uma Universidade e construir belas amizades.

Aos professores, colegas do mestrado e colegas de disciplina pelas contribuições e provocações.

A histórica turma de 2005.1, a primeira turma de cotista no curso de história da UFBA.

Ao Laboratório de Ciência como Cultura (LACIC) onde amadureci várias das minhas ideias, onde fui calorosamente recebido, aceito e onde criei minha identidade acadêmica.

A Muniz Ferreira, Lucileide Cardoso, Olival Freire Jr. e a Fabio Freitas pelas dicas certeiras. A Maria José Mascarenhas Rapassi por participar da minha formação na graduação e da minha qualificação no mestrado.

A Vera Duarte e a toda equipe do Arquivo Nacional do Distrito Federal. A Astrogildo Brasil e a toda Divisão de Informação da CAPES.

Toda a comunidade do Colégio Estadual Dr. Milton Santos pela compreensão e pelo aprendizado.

A todos os amigos;

Resumo:

Neste trabalho vamos analisar as transformações ocorridas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) entre os anos de 1969 e 1979. Este pequeno recorte da história desta instituição nos permite compreender a relação da Ditadura e as importantes ações que promoveram transformações importantes na pós-graduação e na Ciência e da Tecnologia. Essas transformações contribuíram de forma definitiva para a institucionalização da ciência e da tecnologia no Brasil. Inovações propostas pela Capes ganharam um profundo enraizamento na comunidade acadêmica como é o caso dos mestrados e doutorados sanduíches. Outras ferramentas criadas pela instituição modelaram a comunidade acadêmica brasileira, como é o caso da mudança na forma de distribuição das bolsas – que deixaram de ser individuais e passaram ser institucionais – que desencadeou o surgimento das pró-reitorias de pós-graduação. Outro exemplo importante é o da criação de uma avaliação nacional dos programas de pós-graduação desenvolvida pela Capes. Tudo isso ocorreu sobre o olhar da Ditadura, que visando o projeto de “Brasil Potencia” permitiu a ampliação da rede de pós-graduação.

Abstract:

This work analyzes the changes occurred in the policies implemented by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) during 1969 to 1979. The study of this brief period in the history of this institution allows us to understand the relationship of the dictatorial government and important actions that promoted changes in post-graduate studies, science and technology in Brazil, and were strong contributors for their institutionalization in Brazilian universities. Innovations proposed by Capes gained a wide acceptance in the academic community as it was the case of masters and doctoral “sanduíche” (scholarship that support Brazilian post-graduate students to stay a period in another academic center in a different country). Other tools created by the institution shaped the Brazilian academic community, such as the change in distribution of scholarships – that became no longer individual, but institutional - and triggered the emergence of pro-rectories dedicated to academic post-graduate studies. Another important example was the creation of a national system to evaluate the post-graduate programs also developed by Capes. All this occurred under the supervision of the dictatorial government, that aiming the project of "Brasil Potência" (Brazil as a world power), boosted the expansion of the network of post-graduate studies programs in the country.

Sumário:

Introdução	p.09
1. Um ninho do Jarbas Passarinho (1969-1974)	p.17
1.1 As Faces da Ditadura.....	p.17
1.2 Reforma Universitária, 1968.....	p.20
1.3 Personagens: J. Passarinho e C. Barroso Leite.....	p.27
1.4 A Capes no Governo Médici.....	p.34
1.5 O Conselho Deliberativo.....	p.39
1.6 Orçamento e a multiplicação dos números.....	p.43
1.7 Bolsas, auxílios e fomento.....	p.46
1.8 O legado do Ministro Passarinho e do especialista da previdência.....	p.49
2. Rumo a Brasília	p.53
2.1 A conjuntura da “Distensão”.....	p.53
2.2 Planos do Planalto.....	p.55
2.2.1 O I Plano Nacional de Pós-Graduação.....	p.59
2.2.2 A Capes e a redefinição de suas funções.....	p.65
2.2.3 Os números da Capes entre 1974 e 1978.....	p.72
2.3 O transe para Brasília.....	p.80
2.4 Considerações (1974-1978).....	p.82
3. Controle de Qualidade	p.85
3.1 Lá, no ano de 1979.....	p.87
3.2 O combatente da “sucata” da pós-graduação.....	p.88
3.3 contradição: qualidade ou massificação.....	p.95
3.4 Em busca das “Cassações Brancas” ou “Veto Ideológico”	p.101
3.5 Autoritarismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.....	p.108
4. Considerações finais	p.115
Referencias	p.119
Glossário	p.124

Introdução

A presente pesquisa buscou demonstrar as transformações ocorridas no processo de institucionalização da ciência brasileira na década 1970, tendo como foco o desenvolvimento da rede de pós-graduação através da atuação institucional da Capes¹ – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Em outras palavras, buscou, nas linhas que se seguem, perceber a relação entre a ditadura, a comunidade científica e o corpo técnico que resultou na política de pós-graduação que modelou a comunidade científica brasileira.

Ao estudar a política científica durante um regime autoritário, nos confrontamos com ideias amplamente enraizadas no senso comum relativas ao desenvolvimento da ciência e sua relação direta com um ambiente político democrático. Entretanto, estas ideias também estão presentes em trabalhos acadêmicos de envergadura como é o caso de dois importantes ícones intelectuais do século XX; o filósofo austríaco **Karl Popper** e o sociólogo estadunidense **Robert K. Merton**.

O que salta aos olhos é que ambos escreveram entre as décadas de 1930 a 1950, período que compreende justamente a ascensão do Regime Nazista, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.

Ao escrever durante a Segunda Guerra, Merton indicou que o desenvolvimento científico era incompatível com o Nazismo. No contexto posterior, o da Guerra Fria, sua mensagem foi interpretada e estendida ao Regime Stalinista. Seu argumento era de que a autonomia da comunidade científica era regulada por um *ethos* constituído de normas (universalismo, comunialismo, desinteresse, ceticismo organizado), as quais seriam incompatíveis com regimes autoritários.

Seguindo caminho semelhante, Popper elaborou a ideia de que Democracia Política e Ciência seriam indissociáveis, sendo a existência da primeira condição *sine qua non* para o desenvolvimento da segunda.² Essa formulação, assim como a de Merton, também foi concebida sobre a experiência do Nazi-Fascismo e estendida subsequentemente, a partir da década de 1950, ao regime de Moscou.

¹ Foi utilizada a grafia “Capes” em detrimento de “CAPES” de acordo com o IBICT.

² Ver POPPER, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp,1974.

Considerarmos as formulações tanto de Merton quanto de Karl Popper sobre a relação automática entre Democracia Política e Desenvolvimento Científico, teremos como implicação a tese de que os regimes de caráter autoritário seriam terrenos estéreis para o florescimento da Ciência.

Nesta pesquisa, ao analisarmos o desenvolvimento da Capes durante os anos 1970, confrontamos essas concepções sobre o não-desenvolvimento da ciência em regimes autoritários com a política científica durante a experiência da Ditadura Militar brasileira, durante os anos de 1969 a 1979. Essa concepção que certos filósofos e sociólogos insistem em intuir do processo histórico não parece ter sustentação quando confrontado com a realidade brasileira.

Neste ponto este trabalho se articula com o esforço de historiadores brasileiros como **Olival Freire Jr** (2007)³, mas também russos como **Alexei Kojevnikov** (2004)⁴; argentinos como **Eduardo L. Ortiz** (1996)⁵; alemães como **Kristie Macrakis & Dieter Hoffmann** (1999)⁶; e espanhóis como **José Manuel Sanchez-Ron** (2002)⁷, **Javier Ordoñez** (1996)⁸, **María Jesús Santes Mases** (2000)⁹, **Víctor Navarro-Brotóns** (2005)¹⁰ e **Albert Presas Puig** (2005)¹¹ que ao analisarem os regimes autoritários em seus países tem testado a validade dessas tais leis.

A escolha da Capes, entre outras grandes instituições de fomento do período, se deveu a questões metodológicas e referentes à importância da mesma bem como sua relação com o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. Para tanto, levou-se em

³ Ver FREIRE JR, Olival. Sobre a relação entre Regimes políticos e Desenvolvimento científico: Apontamentos para um estudo sobre a História da C&T durante o Regime Militar Brasileiro. In Revista Fênix, Vol. 4, Ano IV, nº 3, 2007.

⁴ KOJEVNIKOV, A. B. Stalin's Great Science: The Times and Adventure of Soviet Physicists, London: Imperial College Press. 2004.

⁵ ORTIZ, Eduardo L. 1996. Army and science in Argentina: 1850-1950. In: FORMAN; SÁNCHEZRON, 1996, op. cit. p. 153-184.

⁶ MACRAKIS, Kristie; HOFFMANN, Dieter. Science under Socialism – East Germany in Comparative Perspective: Cambridge: Harvard University Press, 1999.

⁷ Ver SÁNCHEZ-RON, José Manuel. International relations in Spanish physics from 1900 to Cold War Historical Studies in the Physical and Biological Sciences, 33(1), p. 3-31, 2002.

⁸ ORDOÑEZ, Javier; SÁNCHEZ-RON, José Manuel. Nuclear Energy in Spain: From Hiroshima to the Sixties. In: FORMAN, Paul; SÁNCHEZ-RON, José Manuel. (Eds.). National Military Establishments and the Advancement of Science and Technology – Studies in the 20th Century History. Dordrecht: Kluwer, 1996. p. 185-213.

⁹ MASES, María Jesús Santes. Severo Ochoa and the Biomedical Sciences in Spain under Franco, 1959 – 1975. ISIS, 91(4), p. 706-734, 2000.

¹⁰ NAVARRO-BROTÓN, Víctor. The Birth of Particle Physics in Spain. Minerva, 43, p. 183-196, 2005.

¹¹ Ver PUIG, Albert Presas. Science on the Periphery. The Spanish Reception of Nuclear Energy: An Attempt at Modernity? Minerva, 43, p. 197-218, 2005.

consideração dois critérios centrais. O primeiro, a extensa contribuição da Capes para a multiplicação de pós-graduações e sua influência na formação da comunidade científica brasileira, tendo sua história muitas vezes confundida com a história da pós-graduação brasileira.

Desde que foi fundada em 1951, a Capes desempenha um papel importante no sistema de ciência e tecnologia do Brasil. Sobre a direção de Anísio Teixeira, a instituição estava sintonizada com as propostas educacionais mais modernas da época¹². Por isso, estabeleceu-se como um espaço privilegiado de articulação e diálogo entre acadêmicos e governantes. Além das suas funções previstas em estatuto: à capacitação e formação de profissionais de nível superior. Como um organismo do Estado, a Capes constituiu-se em um espaço de mediação de interesses de amplos setores sobre questões relativas à educação superior e a Ciência. Como espaço político influenciou e foi influenciada pelo ambiente científico e político, adaptando suas estruturas e quadros internos e conseqüentemente alterando sua posição no interior do Estado. A Capes oscilou entre fases de maior e menor prestígio.

Com o golpe de 1964, a Capes enquanto espaço de articulação e dialogo é restringido, de forma similar com outros espaços sociais brasileiros. O professor Anísio Teixeira é retirado da gestão da instituição e para seu lugar é nomeada uma interventora, a Prof.^a Suzana Gonçalves.

A década de 1960 foi importante para Capes, a saída de Anísio Teixeira e a elaboração do Parecer Sucupira são marcos da historia das ciências no Brasil. Mas é, no entanto, para a década de 1970 que miramos nossos olhares atentos.

A análise dos anos 1970 é fundamental para o entendimento do processo que Simon Schwartzman denominou de “o grande salto à frente” da ciência brasileira¹³ e assim, entender também a mudança de patamar da pós-graduação brasileira. Como “Pela primeira vez em toda a História do Brasil, havia um esforço organizado no sentido de colocar a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento econômico mediante o investimento de recursos substanciais.”¹⁴

¹² Movimento escola Nova.

¹³ SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência; A formação da comunidade científica no Brasil**. MCT/CEE, Brasília, 2001.

¹⁴ Idém, ibidem, p. 278.

Buscaremos, por meio da análise da Capes nos anos 1970, levar mais nitidez ao processo que permitiu a articulação entre o desenvolvimentismo militar e os projetos de pesquisas da comunidade científica.

Outro critério importante para a escolha da Capes como objeto de pesquisa esta relacionado à nossa preocupação historiográfica, já que, a grande maioria dos estudos sobre instituições científicas brasileiras tem coberto o período entre o século XIX e meados do século XX. Mais recentemente, entretanto, tem aumentado o número de estudos históricos correspondentes à segunda metade do século passado, a exemplo da tese de **Ana Gordon** (2003) dedicado à história do IPEN, em São Paulo, da dissertação de **José Eduardo Clemente** (2005), dedicado às perseguições políticas sofridas pelos físicos brasileiros; o livro da **Ana Maria Ribeiro de Andrade** (1999) sobre o debate entre os físicos em torno da partícula Mesón π que aborda parte da história tanto o CBPF quanto o CNPq; e o volume organizado por **Shozo Motoyama** (1999), dedicado a História da FAPESP¹⁵. Destacam-se ainda os estudos de Olival Freire Jr. sobre a relação dos físicos brasileiros com os regimes políticos (1949 à 1985)¹⁶, o artigo FREIRE Jr; VIDEIRAS& RIBEIRO (2009) e o SANTANA& FREIRE(2010).

Sobre a Capes a bibliografia é escassa. Temos dois livros de caráter memorialístico; um de **Rogério Córdova** (1996) e outro de **Marieta de Moraes Ferreira & Regina Luz Moreira** (2002). Um número da INFOCAPES também de cunho memorialístico elaborado pela própria CAPES contendo entrevistas com ex-diretores¹⁷. Além desses registros memorialísticos temos um livro da **Elionora Maria Cavalcanti de Barros** (1998) que aborda a participação da comunidade científica na formulação da política de pós-graduação no Brasil entre os anos de 1975 e 1990; um artigo de **Brasilmar Nunes** (2006) sobre o “Acordo Capes-Cofecub” entre os governos brasileiro e francês, implantado em 1978 com o objetivo de promover a integração de grupos de pesquisas universitárias entre os dois países; e um artigo de **Fernando Gouvêa & Waleska Pollo Campos Mendonça** (2006) sobre os periódicos lançados pela Capes.

15 MOTOYAMA, Shozo (org). **FAPESP, uma história da política científica e tecnológica**, São Paulo: FAPESP. 1999

¹⁶ Freire Jr., O. . A relação dos físicos brasileiros com os regimes políticos entre 1949 e 1985. In: Amós Troper; Antonio A. P. Videira, Cassio Leite Vieira. (Org.). Os 60 anos do CBPF e a gênese do CNPq. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, 2010, v. , p. 139-163.

¹⁷ INFOCAPES; Boletim Informativo. Vol 4, Nº 2, Abril/Junho, 1996.

Esse percurso que se inicia em 1969 e vai até 1979, pretende abordar os meandros institucionais, as idas e vindas que possibilitaram a organização dos centros de pesquisa. Para isso, vamos nos valer das fontes institucionais; relatórios, portarias, atas de reuniões, boletins e outros documentos. Além das fontes institucionais, usaremos as memórias, publicadas, de atores importantes para o desenvolvimento da Capes: diretores, funcionários e ministros. Apesar de ainda não serem suficientes para recriar toda a dinâmica social em que esta envolve uma instituição, as fontes aqui utilizadas podem dar conta de uma narrativa consistente sobre a Capes e a pós-graduação brasileira.

A dissertação foi organizada a partir de fontes de caráter primário e secundário. Será utilizada como fontes primárias a seguinte documentação: Atas das reuniões dos Conselhos Técnicos Científicos e do Conselho Deliberativo, Relatórios anuais da Capes, Boletins informativos da própria instituição, cartas institucionais, os decretos presidenciais (Decreto nº 66.662, de 05 de junho de 1970, Decreto nº 74.299, de 18 de julho de 1974 e o Decreto nº 73.411, de 04 de janeiro de 1974), documentos administrativos e publicações do MEC ¹⁸, ofícios e informativos da Divisão de Segurança e Informação – MEC (Arquivo IF-UFBA), o livro de memória “um Híbrido Fértil” de Jarbas Passarinho, e os depoimentos dos diretores da instituição em questão presentes no livro “Capes, 50 anos”. ¹⁹

O tipo de fonte nos leva a uma abordagem histórica que tende considerar a vida política institucional da Capes. Faremos o esforço de tentar conciliar tal abordagem com uma visão social, onde os trâmites e acontecimentos internos estão ligados às movimentações conjunturais mais amplas da Ditadura.

Uma constante nessa abordagem é o entendimento de que a Capes é uma organização sócio-cultural, constituída no âmbito do Estado e por isso reproduz suas contradições. Formado por um conjunto de pessoas de diversas origens que se movimentam e flertam com em diversas orientações políticas e filosóficas, gerando uma dinâmica singular cuja orientação central parte da ação dos governos.

18 MINISTÉRIO DA CULTURA E EDUCAÇÃO. **Definição dos cursos de pós-graduação**. Rio de Janeiro, MEC, 1965; CAPES. **Novas perspectivas para o sistema de ensino superior: operacionalização e implantação do plano nacional de pós-graduação**. Brasília (DF): MEC, 1975., CAPES. **Projeto Nordeste de Pós-Graduação**. Brasília (DF): MEC, 1976.

19 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.). **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2003.

A Capes torna-se, durante a Ditadura, a agência de regulação estatal da área da pós-graduação. Por ser uma instituição do Estado com função específica, experimentou contradições.

O entendimento da Capes como um organismo estatal com funções específicas faz-se necessário, para entendermos que a política científica do período é formulada justamente a partir das contradições oriundas da relação entre Estado/Sociedade Civil. Em outros termos, o rumo tomado pela Ciência nestes anos e a conseqüente aceleração da sua institucionalização no Brasil são fruto de uma mistura entre o projeto militar do “Brasil Potência” e as concessões conquistadas pela comunidade científica brasileira.

Mesmo se tratando de uma Ditadura, é fundamental compreender o Estado não como mero instrumento de repressão, mas na sua forma mais ampla, como ferramenta de amplificação da hegemonia de um bloco histórico dominante, naquele momento dirigido pelo setor “multinacional-associado”²⁰. Estes utilizaram-se da violência máxima na forma de prisões, torturas e assassinatos, ora aprofundando o conflito, ora concedendo financiamento para projetos científicos relativamente autônomos; ou seja, negociando.

É importante, no âmbito desse trabalho, apresentar as finalidades e objetivos declarados em seus diversos programas e setores, apontando as mudanças, mas também as permanências, os recursos utilizados e os resultados atingidos.

Essa intuição se constiui, além do corpo técnico-burocrático e da comunidade científica sempre presentes nos seus conselhos, por um conjunto de normas, códigos e valores que unificados sincronicamente constituem uma cultura institucional peculiar. Essa cultura institucional da Capes carrega em si valores presentes em outras organizações científicas, valorizando principalemnte a qualidade, a excelência e a eficiência. Esses valores, numa sociedade capitalista em processo de industrialização e modernização-conservadora vão se transmutar no “produtivismo” que recentemente tem se tornado alvo de críticas pelos professores universitários brasileiros. Estou entre aqueles que criticam o excesso de produtivismo, mas compreendendo que é preciso, em se tratando de Ciência, ter indicadores de produção, que ajudem a nortear a distribuição de recursos e as demais políticas científicas.

20 DREYFUSS, René. **1964 – A Conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

De forma sintética, a Capes é entendida como uma instituição que é parte do Estado, ao mesmo tempo em que é um espaço de articulação de setores do estado e da sociedade civil, composto de parte material (pessoas, prédio, recursos financeiros, documentos, etc.) e imaterial (normas, regras, conduta, simbologia, prestígio, ideologias, etc.).

Como é parte do Estado, a Capes, aplica políticas públicas, ou seja, busca a implantação de ideologias e de uma determinada cultura que busca reproduzir o poder de uma determinada classe dirigente. Neste sentido, a política implementada por essa instituição deve ser entendida como um conjunto de ações, decisões, orientações e deliberações, formuladas com um ou mais objetivos se relacionando de forma coordenada ou não com os demais órgãos estatais.

A Capes faz parte de uma rede complexa que é o sistema de ciência e tecnologia do Brasil. Nessa rede se relaciona de forma harmoniosa ou conflituosa dependendo do interesse em questão. Quando o prestígio da instituição está em jogo, por exemplo, a Capes vai competir com a DAU em detrimento da ação e da racionalidade estatal, como veremos no decorrer do trabalho.

Estas outras instituições que me refiro são as Universidades – com suas pró-reitorias de pós-graduação, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Departamento de Ensino Superior (DESu) que depois foi transformada em Departamento de Assuntos Universitários (DAU), o Conselho Federal de Educação (CFE), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), o Ministério do Planejamento (MINIPLAN), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (FNDCT), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), dentre outros.

Este trabalho se propõe a ajudar a reconstruir o processo de transmutação dessa ação do estado que se formula e se modifica, fazendo-se numa experiência histórica de êxito reconhecido dentro e fora das nossas fronteiras. Reconstruindo a história da Capes nos anos 1970, pretende-se aqui fornecer elementos de crítica e argumentos que possam ser utilizados na sua reinvenção, renovação e atualização.

Para isso, esse trabalho foi dividido em três capítulos, O primeiro deles é dedicado ao período que vai de 1969 até 1973, quando o Brasil vivencia experiência o AI-5, o trânsito do governo de Costa e Silva para o governo Medici, a intensificação da violência

e da repressão, a condução de Jarbas Passarinho no MEC e a direção de Celso Barroso Leite na Capes.

O segundo capítulo versa sobre o período de 1973 até início de 1979, governo Geisel e o processo de “distensão”, da atuação de Ney Braga como ministro da educação, a atuação de Darcy Closs e a ida da Capes para Brasília.

O terceiro capítulo aborda os acontecimentos no ano de 1979, o contexto da anistia para a comunidade científica e a transição de Darcy Closs para a gestão de Edson na Capes. Além do debate sobre a massificação versus formação de um *think-thank*, questões relativas ao veto ideológico à ésquisadores.

Espero que a partir dessa narrativa possa contribuir para o debate a história da organização da pós-graduação no nosso país.

1. Um ninho do Jarbas Passarinho (1969-1974).

1.1 As faces da Ditadura.

O general Costa e Silva foi o segundo presidente da Ditadura. Foi ele que assistiu o crescimento dos movimentos de oposição contra a Ditadura em 1968, com estudantes tomando as ruas para protestar. A conjuntura política se agravou quando em Março, a política invadiu um restaurante frequentado por estudantes secundaristas e universitárias no Rio de Janeiro, o saldo da ação policial foi a morte do jovem Edson Luiz de Lima Souto. Aos poucos, as esquerdas tentavam se reerguer dos duros golpes sofridos desde 1964.

Em junho, uma grande manifestação ocorreu no Rio de Janeiro; a passeata dos Cem Mil, que contou com a participação de estudantes, artistas, padres progressistas, professores e intelectuais entre outros. Diante das manifestações públicas das oposições, cresceu a repressão. O uso da violência como método institucional de propagação do medo, presente desde os primeiros minutos de 31 de Abril de 1964 ganhava novos contornos, tornando a Ditadura ainda mais cruel e mortífera.

O mau-estar presente na sociedade com a recessão fez com que o governo procurasse mudar os rumos da política econômica, incentivando o crescimento com base no desenvolvimento industrial. Os índices econômicos não deixaram os milicos satisfeitos, pois existia entre eles a idéia de que uma acelerada expansão poderiam reverter a impopularidade do regime e conquistar apoio e legitimidade entre importantes setores sociais. Ou seja, para conter as recentes mobilizações da oposição era necessário combinar à violência policial o desenvolvimento econômico.²¹

Atuando em duas frentes a Ditadura desarticulava as oposições através do uso da força ao mesmo passo que apresentava bons índices de crescimento econômico.

Neste cenário mais favorável, a Ditadura decretou em 13 de Dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5, principal peça jurídica do regime. Como é sabido o AI-5 possibilitou o governo suspender o habeas corpus por crime político; intensificou a repressão aos meios de comunicação; acabou com a liberdade de expressão e de reunião; cassou

21 OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**, Petropolis, Vozes. 1976.

mandatos e suspendeu direitos políticos. Além de estabelecer a prerrogativa de fechar o Congresso Nacional.

O aumento da repressão atingiu diretamente a Frente Ampla encabeçada pelos ex-presidentes João Goulart, Juscelino Kubtschek e pelo ex-governador do estado da Guanabara Carlos Lacerda, que propunha uma oposição por vias institucionais, que passou a ser considerada ilegal. Outro ponto alto da ação da Ditadura foi a prisão dos participantes do Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo, e a cassação de mandatos do MDB e afastou quatro membros do Supremo Tribunal Federal.

Nas palavras de Elio Gaspari, a Ditadura perdeu a vergonha e se escancarou²². Tirou a máscara e revelou sua verdadeira face. O AI-5 veio para dar cobertura legal à brutalidade já praticada amplamente desde Abril de 1964.

Não foram apenas os estudantes alvo da intensificação da violência da ditadura, professores das universidades também foram perseguidos e tiveram suas carreiras científicas encerradas. A perseguição a docentes da universidade brasileira ocorreu durante toda a Ditadura, o expurgo era a forma encontrada de livrar a academia brasileira de idéias “subversivas”.

Para purgar o ensino infiltrado por esquerdistas, policializou-se a universidade. Quatro reitores de universidades foram depostos. Na direção da Universidade de Minas Gerais colocou-se um interventor militar. Na de Brasília, um civil. Nela, puseram-se nove professores na rua como se fossem vendedores de loteria, pois nem se quer o ritual das investigações sumárias lhes foi concedido.²³

No caso da Universidade de São Paulo, a iniciativa de caçar as bruxas partiu do então reitor Luís Antonio da Gama e Silva que produziu um documento em que “propunha a punição para 44 preofessores e concluía ‘serem realmente impressionante as infiltrações de idéias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos’”.²⁴

Vou recorrer ao exemplo do físico Mario Schenberg, membro do partido comunista e peça fundamental na descoberta do *fenômeno Urca* – através do qual começaram-se a explicar as *supernovas* – está entre os pesquisadores brasileiros que tiveram sua carreira encerrada após ser obrigado a aposentar-se e a afasta-se da Universidade de São Paulo.

22 GASPARI, Elio. **Ditadura Escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

23 Idem, Ibid p.222.

24 Idem, Ibid, p.223

Eu não me aposentei, fui aposentado pelo AI-5. Fui aposentado aqui na USP. A aposentadoria pelo Ato 5 não foi uma coisa assim... A pessoa estava proibida de trabalhar para o governo, em instituição do estado de São Paulo (...).Eu não podia trabalhar para o estado de São Paulo, mas, por exemplo, podia trabalhar no Governo Federal(...) mas depois a situação se agravou muito. Eles (os militares) fizeram um ato complementar. Ato complementar 75, que foi feito pelo triunvirato, mas foi publicado nos primeiros dias do governo Médici. Por esse ato complementar, o professor aposentado não podia exercer nenhuma função, nenhuma atividade, em nenhuma instituição do governo, nem federal, nem municipal, nem estadual. Também não podia trabalhar em nenhuma instituição que recebesse algum recurso do governo. Isso praticamente fechava tudo, porque não há nenhuma instituição de ensino e pesquisa que não receba de alguma forma (...) Eu estava com uma carga política muito grande, tinha vários processos... É verdade que eu tinha sido absolvido de todos os processos (cinco processos) que eu tive, mas depois disso fui aposentado. Quer dizer, em 1965 fui finalmente absorvido de todos os processos em que estava incluído e um outro caducou, mas em 1969, fui aposentado. Ai a situação ficou difícil. Era até perigoso eu aparecer lá pela universidade para consultar a biblioteca porque eles (os militares) podiam dizer que eu estava exercendo atividades dentro da universidade, e não sei que sanção poderia aplicar.²⁵

Antes de ser aposentado, Schenberg foi preso pelos militares ainda em 1964. Sua prisão comoveu a comunidade científica internacional, especialmente a de físicos. “O Prêmio Nobel alemão Werner Heisenberg, diretor do renomado Instituto Max Planck, liderou uma onda de protestos que envolveu mais de vinte centro universitários europeus e americanos contra a prisão de Schenberg”.²⁶ Solto, Mario Schenberg foi privado do ambiente científico brasileiro; “interrompi completamente minhas atividades.”²⁷

A repercussão das perseguições dos docentes brasileiros, no entanto, tornou o ambiente universitário mais favorável à oposição.

As cassações e os inquéritos produziram sobre o corpo docente da universidade brasileira, aos poucos, um efeito depurador de sentido oposto ao que o regime pretendia. Os liberais, que discretamente apoiaram a derrubada de Goulart, refluíram para a oposição ou, pelo menos para um silêncio envergonhado diante da anarquia de IPs, delações e arbitrariedades militares²⁸

Sendo verdade que o breve século XX se iniciou em tardiamente em 1917 e terminou antecipadamente em 1991²⁹, arrisco-me em afirmar de forma análoga, que a década de 1970 no Brasil foi apressada pelo AI-5. No emblemático ano de 1968 acabava a década de 60 e se iniciava os anos 70.

25 SCHENBERG, Mario; Mario Schenberg. (Depoimento 1978). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC- Historia Oral, 1991, P. 52.

26 GASPARI, Elio. **Ditadura Envergonhada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, P.224.

27 SCHENBERG, Mario; Mario Schenberg. (Depoimento 1978). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC- Historia Oral, 1991, P. 53.

28 GASPARI, Elio. **Ditadura Envergonhada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, P.224.

29 HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Embora tenha feito esse destaque, compreendo nesse trabalho que o AI-5 é um desdobramento do processo iniciado em 1964 e não uma ruptura no sentido de uma mudança de rumos. Com o AI-5 legalizou e deu legitimidade ao uso da violência e do método do medo que vinha sendo aplicado pelos militares desde o *putsch*.

Aquele Ato Institucional é um marco referencial no processo do gradual endurecimento da Ditadura. Ao mesmo passo que se endurecia politicamente, a Ditadura promovia através do chamado “milagre econômico” uma situação em que parte da população brasileira, principalmente na faixa econômica média, ou na camada que se convencionou chamar “classe média”, tinha acesso a determinados bens de consumo. Ao consumir uma quantidade significativa de bens que não eram acessíveis anteriormente para essa camada média tinha a sensação de que o Brasil avançava rumo ao “primeiro mundo”, embalados pelas ufanistas propagandas do regime.³⁰

1.2 Reforma Universitária, 1968.

Foi durante essa tumultuada conjuntura de 1968 que os militares promulgaram a Reforma Universitária, ação que atingiram diretamente a comunidade científica e as instituições de pesquisa. A Reforma promulgada, em Novembro de 1968, reformou o ensino superior brasileiro.

“Em 1968, foi introduzida uma nova legislação destinada a realizar uma profunda reorganização no sistema de educação superior. Aumentava o número de candidatos à admissão, e se tornava impossível manter as pequenas dimensões do sistema. Era a época também de intensas manifestações de rua contra o governo militar, renunciando vários anos de atividades de guerrilha urbana, com base em movimentos estudantis, e de violenta repressão governamental, que incluía um rígido controle sobre atividades políticas nas universidades.”³¹

A universidade precisava ser reformada, era o que dizia principalmente o movimento estudantil desde os anos 1940. Em 1961 na Bahia, a União Nacional dos Estudantes –

30 FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

31 SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência; A formação da comunidade científica no Brasil**. MCT/CEE, Brasília, 2001. P.281

UNE organizou um importante seminário para debater sobre a reforma da universidade. Esse seminário foi fundamental para sistematizar e organizar as diretrizes do que o movimento estudantil achava que deveria ser a reforma. O principal foco das diretrizes era a tentativa de neutralizar as cúpulas dirigentes da universidade.

A *Carta da Bahia*, documento final do evento organizado pela UNE, defendia a quebra das barreiras entre as faculdades de uma mesma universidade; criação de institutos de pesquisa; fim das cátedras vitalícias; organização do regime de departamental; trabalho discente e docente em tempo integral; estruturação carreira docente a partir de cursos de pós-graduação; eleição dos dirigentes; autonomia na alteração e elaboração dos estatutos da universidade; definição de currículos e programas; e a modificação do sistema de ingresso e aprovação para as universidades.

No contexto do governo João Goulart, esse conjunto de alterações necessárias para que a universidade cumprisse sua finalidade histórica se fundiu com as chamadas “Reformas de Base”³², passando a ser entendida como tal. A reforma universitária nos moldes exigidos pelo movimento social foi enterrada com o *Putsch* de 1964 e com os subsequentes governos militares, assim como as outras reformas de base.

No entanto, os governos militares também entendiam que eram necessárias alterações na universidade brasileira. Para isso, os militares contaram com o apoio norte-americano através dos acordos entre o MEC e a *Agency for International Development - USAID*³³. Entre 1964 e 1968, foram assinados 12 acordos, entre as duas instituições, “com o objetivo de produzir diagnósticos na perspectiva de resolver problemas educacionais brasileiros. Muitos brasileiros, especialmente setores mais enriquecidos, encontraram no campo de interlocução aberto com os norte-americanos encaminhamento para a solução de questões candentes, todas elas apresentadas sempre como demanda necessária para que o Brasil lograsse alcançar desenvolvimento e modernização”³⁴

Essas mudanças na estrutura da universidade brasileira foram formulada sob forte pressão dos movimentos sociais, principalmente o estudantil.

32 Reforma Agrária, Urbana, Tributária, Política, etc.

33 O USAID deveria dar assistência técnica; assistência financeira (traduzido em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamento dos Estados Unidos da América); e assistência militar.

34 FREITAS, Marcos Cezar de. & BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo, Editora Cortez, 2009. P.268.

As reformas implantadas no ensino superior resultaram de disputas e negociações entre distintos segmentos da coalizão governista, e tiveram a particularidade de sofrer a pressão dos movimentos estudantis que, a partir de 1965, realizaram protestos e manifestações públicas contra a política universitária do regime militar, culminado nas grandes passeatas de 1968³⁵

A reforma universitária do ensino superior teve como inspiração o modelo universitário norte-americano, estruturado em “Ciclo Básico”³⁶ e profissional, adotando o sistema de créditos, adotando a matrícula por matérias, os departamentos e o endrimento da cátedra e introduzindo a obrigatoriedade de frequência do ensino para alunos e professores.

“Havia também uma presença americana mais direta, consubstanciada nas recomendações de uma comissão mista estabelecida nas recomendações de uma comissão mista estabelecidas entre a Agência para o Desenvolvimento Internacional e o Ministério da Educação do Brasil.”³⁷

As mudanças feitas pela reforma universitária visavam resolver três questões, 1) a elevada disparidade entre a demanda de candidatos e a quantidade de vagas nas universidades, ou seja, a questão dos “excedentes”³⁸; 2) a defasagem que os reformadores acreditavam que existiam entre o ensino superior e o projeto de desenvolvimento nacional, ou seja, para eles era necessário que as universidades tivessem maior relação com as demandas do mercado; 3) A reforma pretendia dar respostas a crise de autoridade identificada no sistema educacional, ampliando as possibilidades do Governo exercer controles rigorosos sobre as universidades. É principalmente por causa do último aspecto que a reforma deve ser entendida como conservadora e autoritária.³⁹

A reforma universitária impactou toda a comunidade científica e acabou contribuindo para a criação de cursos de pós-graduação nas instituições federais de ensino superior. As definições propostas pelo *Grupo de Trabalho da Reforma Universitária* – GTRU, que caracterizou a universidade como uma instituição de pesquisa, ensino e extensão, fizeram com que as universidades tivessem que se adequar, pois antes dos anos 1970 a

35 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Os olhos do regime militar nos campi – As assessorias de segurança e informações das universidades” In *Topoi*, v. 9, n. 16, Jan-Jun. 2008, p. 31

36 Similar ao “*College*” do sistema universitário norteamericano.

37 SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência; A formação da comunidade científica no Brasil**. MCT/CEE, Brasília, 2001. P.282

38 Aprovados no vestibular, mas impossibilitados de frequentar a universidade por falta de vagas.

39 FREITAS, Marcos Cezar de. & BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**, São Paulo, Cortez. P.271

maioria das universidades brasileiras não passava de instituições de ensino. É a partir de uma avaliação semelhante que os relatórios do GTRU chamam atenção para a urgência em consolidar os cursos de pós-graduação no país.⁴⁰;

A realidade mais complexa do que as palavras frias de uma lei, no entanto, produziram resultados inesperados. No caso da distribuição de poder na universidade, por exemplo;

o poder acadêmico residira, sobretudo nas congregações das faculdades, e as velhas escolas profissionais, do ponto de vista sociológico, eram as únicas instituições reais dentro da universidade ou isoladamente. O novo arranjo buscou transferir o poder para os departamentos e institutos de pesquisa, bem como transformar os velhos cursos profissionais em uma soma de créditos a serem obtidos pelos estudantes nos diferentes departamentos. As escolas mais estabelecidas e tradicionais se opuseram a essa mudança e implementaram somente dentro de seus muros a organização do instituto-departamento. As áreas novas e mais fracas encontraram-se mais abertas à inovação, mas sua própria fraqueza provocou a concentração do poder nas respectivas reitorias. As escolas que mantiveram sua integridade institucional foram as que melhor conseguiram manter ou melhorar a sua qualidade no correr dos anos seguintes.”⁴¹

A reforma não conseguiu solucionar parte dos objetivos esperado pelos militares. Algumas alterações propostas pela reforma tiveram resultados duvidosos. Vale destacar dentre essas, a experiências do “Ciclo Básico” e do “sistema de créditos”.

O ciclo básico caiu em descrédito e foi abandonado. “Os alunos que terminavam a escola secundária tinham de submeter-se a exames competitivos para conseguir a carreira e a escola de sua preferência, sendo que os aprovados eram automaticamente destinados a essas carreiras. O ciclo básico ficou assim imprensado entre os exames de admissão e os cursos profissionais, motivo por que passou a ser visto pela maioria como uma tediosa perda de tempo.”⁴²

Já o sistema de crédito que deveria possibilitar a mobilidade interna dos alunos pelas diferentes faculdades e institutos, “esbarrou contra os conteúdos fixos e regulados da maioria das carreiras e colidiu com os recursos limitados de que dispunham as instituições para oferecer escolhas de curso”.⁴³

Sobre essas duas experiências especificamente, Simon Schwartzman afirma que; “Como resultado, tanto o sistema de créditos como os cursos básicos se transformaram, na

40 Idém, Ibid. P.272.

41 SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência; A formação da comunidade científica no Brasil**. MCT/CEE, Brasília, 2001. P.283- 284

42 Idem, Ibid. P. 284

43 Idem, Ibid. P. 284

melhor das hipóteses, em maneiras novas e mais complexas de fazer as mesmas velhas coisas; e, na pior, em pesadelos administrativos e pedagógicos.”⁴⁴

Estes fracassos da Reforma Universitária têm como causa principalmente a falta de antecipação dos reformadores em relação ao grande aumento pela demanda por educação superior. “A implementação da reforma levou a resultados não previstos, em parte porque os reformadores de 1968 não haviam antecipado a explosão na demanda por educação superior que estava ganhando velocidade precisamente naqueles anos”.⁴⁵

Para Simon Schwartzman; “A reforma teve muito mais êxito no que diz respeito à criação de departamentos acadêmicos, de institutos de pesquisa de programas de pós-graduação”.⁴⁶ Além disso, “as autoridades educacionais criaram também condições legais e orçamentárias que permitiram às universidades contratar professores em regime de tempo integral. Até então, os salários nas universidades eram muito baixos e não podiam competir com o montante que o profissional liberal de êxito poderia receber de seus clientes.”⁴⁷

Além da dificuldade de competir com os salários de um profissional liberal de êxito, os baixos salários de professores somados ao tenso clima político, levaram alguns cientistas de alto nível há desenvolver suas carreiras no exterior, esse problema acabou ficando conhecido como “Evasão de Cérebros”⁴⁸. Em depoimento, Mario Schenberg um dos físicos teóricos mais importantes do país, resumiu o sentimento dos pesquisadores em relação aos seus salários: “Quando chegou em 1965(...) o poder aquisitivo do salário que eu tinha como professor, já de tempo integral etc., era menor do que eu tinha quando era assistente no início da carreira.”⁴⁹

A melhoria dos salários e a criação do regime de Dedicção Exclusiva (DE) ou regime de tempo integral foram fundamentais no processo de metamorfose das universidades brasileiras. A partir daí, juntamente com a criação das pós-graduações, é que as

44 SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência; A formação da comunidade científica no Brasil**. MCT/CEE, Brasília, 2001. P. 284

45 Idem, Ibid. P.282

46 Idem, Ibid. P. 285

47Idem, Ibid. P. 284

48 FREIRE Jr. Olival. & CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. “O CNPq, a operação retorno e a batalha das torradeiras: os limites da política de C&T no Regime Militar” In DIAS, André Luiz Mattedi; COELHO NETO, Eurelino Teixeira; LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. (Org.) **História, cultura e Poder**. Feira de Santana/Salvador, Edufba/UEFS Editora, 2010.

49 SCHENBERG, Mario; Mario Schenberg. (Depoimento 1978). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC- Historia Oral, 1991. P. 39.

universidades deixaram de ser, em sua maioria, frágeis instituições de ensino para tornarem-se instituições produtoras de conhecimento científico.

A reforma universitária implementada pela Ditadura em 1968 não estava desconectada das demais políticas educacionais:

A política educacional da ditadura militar (1964-1985) esteve organicamente vinculada ao projeto de nação defendido por aqueles que desferiram o golpe que destituiu o presidente João Goulart em 31 de março de 1964. Emanada da concepção de “Brasil potência”, tal política tinha como pressupostos básicos: a) a necessidade de um “mínimo de cultura para todos”, que poderia ser obtida por meio do combate ao analfabetismo, pois no contexto de uma sociedade que se urbanizava, era preciso possibilitar às amplas camadas do povo brasileiro os meios para viverem no mundo letrado, daí a criação do Mobral; b) a reforma da universidade brasileira a fim de depurá-la de “influências ideológicas negativas” e adequá-la ao modelo de desenvolvimento econômico preconizado pelo regime militar (Reforma de 1968); c) e, finalmente, a ampliação da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos por meio da junção dos antigos graus primário e ginásial, originando o ensino de primeiro grau e criando o segundo grau de caráter profissionalizante (Reforma 5692, de 1971).⁵⁰

Apesar da centralidade da reforma universitária naquela conjuntura, a CAPES não teve uma participação significativa na sua elaboração em conjunto com o GTRU. Esse fato evidencia que a instituição passava por um período diferente do que vivenciará em 1965, quando foi central nas contribuições que levaram a definições importantes sobre a pós-graduação. Ao que parece, em 1968 a CAPES perdeu prestígio. Talvez por trás dessa perda de prestígio esteja as constantes alterações na direção da instituição.

A CAPES foi muito importante no processo que através do Conselho Federal de Educação tinha formulados os moldes em que deveriam se encaixar e reproduzir a pós-graduação no Brasil em 1965, com o famoso “Parecer Sucupira”.⁵¹ Mas já no processo que formulou a Reforma Universitária (a lei n. 5540 é de Novembro de 1968), três anos mais tarde, a instituição não teve uma atuação de destaque, sendo relegada ao segundo plano.

Um pouco do prestígio da CAPES foi perdido por causas das constantes mudanças no comando da instituição e nos choques com a DESu, na visão de Rogério Andrade

50 FERREIRA Jr, Amarilio & BITTAR, Marisa. Jarbas Passarinho: Ideologia tecnocrática e Ditadura Militar, In Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.23, p. 3 –25, set. 2006. P.3

51 CAPES — Relatório 1965 / Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Capes, 1965. O “Parecer Sucupira” foi o documento construído no âmbito do CFE que se estabeleceu as regras para a uniformização da pós-graduação brasileira. Tem esse nome por causa do Professor Newton Sucupira, o responsável pelo parecer.

Córdova ocorreu “...uma ‘virada’ de poder dentro do MEC, na qual a Capes perdia a condição de entidade referência e liderança”⁵².

Afirmar, no entanto, sobre a condição anterior de “referência” e “liderança” da CAPES é um tanto quanto exagerado. A CAPES era um espaço relevante, mas o principal palco de debates sobre a agenda do desenvolvimento científico durante a década de 70 é o CNPq, isso pode ser percebido de forma nítida na dotação orçamentária de cada instituição. Os militares estavam mais preocupado com o CNPq, era lá que se discutia sobre a questão da energia nuclear e como o Brasil alcançaria tal tecnologia.⁵³

De 1966, até meados de 1969, já haviam passado pela direção executiva da instituição cinco diretores ao todo, sendo que Mário Werneck de Alencar Lima⁵⁴ foi por duas vezes diretor, primeiro no ano de 1966 após a saída de Suzana Gonçalves⁵⁵ e depois de 1967 até 1969. Os outros diretores são Gastão Dias Velloso⁵⁶ de 1966 até 1967, Nelson Brandão Libânio⁵⁷ em 1967, Nelson Afonso do Valle Silva⁵⁸ em 1969 e Jeferson Andrade Machado de Góis Soares também em 1969. Todas essas trocas em um espaço temporal limitado são demonstrações dessa crise institucional que fragilizava a CAPES frente a outros órgãos governamentais.⁵⁹

52 CORDOVA, Rogério Andrade. **CAPES; Origem, realizações, significações (1951-2002)**. Brasília, 2003, (mimeo). p.118.

53 ANDREADE, Ana Maria Ribeiro de. **Físicos, Mésons e Política; a dinâmica da ciência na sociedade**. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Mast/CNPq, 1999.

54 **Mário Werneck de Alencar Lima** era engenheiro industrial, formado pela EEBH, atual Escola de Engenharia da UFMG. Foi doutor em Ciências Físicas e Matemáticas, ocupou diversos cargos políticos como; Diretor da Cia. Força e Luz de Minas Gerais; Secretário de Comunicação e Obras da Prefeitura de Belo Horizonte; Foi membro da Comissão de Especialistas de Formação de Engenheiros do Ministério da Educação; Responsável pelo projeto de criação de um centro de Investigação Tecnológica de Minas Gerais. Como acadêmico assumiu atribuições de Diretor da Escola de Engenharia da UFMG por diversos mandatos; Professor Catedrático da Escola de Engenharia da UFMG; Vice-Reitor e depois Reitor da UFMG; Fundador, Diretor e Professor da Escola de Engenharia Kennedy; Reitor da Universidade de Tecnologia e Ciências de Minas Gerais; Vice-Reitor da Universidade Católica de Minas Gerais (1967-1968); Diretor do Instituto Politécnico da Universidade Católica; Membro de Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais entre 1946-1963.

55 **Suzana Gonçalves** era professora da PUC-RJ, foi interventora de Anísio Teixeira quando o mesmo foi afastado da Capes por causa da ascensão dos militares em 1964.

56 **Gastão Dias Velloso**, de Minas Gerais, foi um importante professor de Ortopedia da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Foi Presidente da SBOT em 1969, e o único ortopedista que chegou a ser Presidente do Colégio Brasileiro dos Cirurgiões. Muitos colegas vinham de outros estados para visitar o H.S.E., mas seus interesses em Ortopedia, na verdade, se deslocavam para encontros com o Dr. Velloso. Ele influenciou a carreira de muitos ortopedistas, incentivando-os a fazer pesquisa no exterior.

57 Nelson Brandão Libânio foi pesquisador da área da Geologia.

58 Intelectual ligado a Anísio Teixeira.

59 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.) . **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2002.

Para completar, em meio a crise, a CAPES precisava disputar cada vez mais com o Departamento de Ensino Superior (DESu) do próprio MEC. No centro dessa disputa estava a falta de delimitação sobre qual deveria ser atuação de cada instituição e a busca por mais recursos orçamentários.

1.3 Personagens: J. Passarinho e C. Barroso Leite

Em 1969, durante o processo de transição da Ditadura de Costa e Silva para Emílio Garrastazu Médici, o general Jarbas Passarinho deixou o ministério do trabalho e da previdência social “para causar um impacto na juventude brasileira”.⁶⁰ Após ser convidado por telefone pelo próprio Médici, dizendo “eu quero que você passe para o Ministério da Educação e Cultura...”⁶¹

Assumiu o cargo no dia 30 de outubro de 1969, onde ficou famoso por executar o *Decreto n° 477* mecanismo legal criado pela Ditadura para expulsar alunos e professores acusados de atividades políticas “subversivas”, que havia sido criada pelo seu antecessor, o ex-ministro Tarso Dutra.

O ano de 68 tinha sido um ano de grandes mobilizações estudantis, o Presidente Emílio Garrastazu Médici precisava de alguém como Jarbas Passarinho para tomar conta do Ministério da Educação e vigiar de perto as universidades, orientar com energia seus reitores e responder com pulso firme as possíveis mobilizações estudantis.

No governo Médici, acirrou-se a luta armada urbana e rural deflagrada por organizações de esquerda que afastados dos espaços políticos institucionais e duramente reprimidos nos espaços públicos se lançaram no caminho das armas. As restrições às liberdades públicas e as denúncias de violação dos direitos humanos se abundavam, superando as acusações similares contra os governos militares anteriores. Nessa conjuntura de paralisia social forçada e tendo como arma de repressão o *Decreto n° 477*, as mobilizações estudantis dos anos 70 não tinham o vigor dos anos anteriores, tornando o trabalho do ministro mais fácil.

60 Entrevista acessada 25/04/2012 no site <http://www.unb.br/unb/historia/entrevistas.php>

61 Entrevista acessada 25/04/2012 no site <http://www.unb.br/unb/historia/entrevistas.php>

Quando acusado anos mais tarde pelo Jornal do Brasil de ter usado o *Decreto nº 477* para punir mais de quinhentas pessoas durante sua estadia no Ministério da Educação, Passarinho defendeu-se afirmando que segundo os dados da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC), no final de fevereiro de 1974 o número de pessoas atingidas somava 253, das quais 38 entre 1970 e 1973 (período de sua passagem pelo ministério).⁶²

A atuação de repressão no Ministério da Educação era organizada pela Divisão de Segurança e Informação. Presente em todos os ministérios civis, inclusive no MEC, a DSI era responsável por transmitir ao SNI as informações coletadas junto aos órgãos. No caso da DSI/MEC, os responsáveis durante os 15 anos de atividades foram todos militares.

Entre 1972 e 1973, as universidades criaram as suas Assessorias de Segurança e Informação – AESI, por orientação da DSI/MEC e do ministro Jarbas Passarinho.⁶³

As AESIs eram unidades da DSI, pulverizadas nas universidades. A AESI funcionava como um órgão de informação e contrainformação atuando na identificação de sujeitos supostamente “subversivos” no seio das instituições de pesquisa.

Vale ressaltar que a CAPES, como órgão ligado ao MEC também estava sobre os olhares e a interferência do DSI/MEC.

A DSI e as AESI foram responsáveis por concentrar informações, propagar comunicados, pressionar reitorias, pedir a aposentadoria de professores considerados perigosos a ordem, ou seja, sua principal preocupação era o monitoramento e a neutralização de atividades e sujeitos considerados “subversivos” presentes na comunidade acadêmica brasileira. Para exemplificar a ação desse órgão dois documentos, cuja orientação é dificultar a circulação internacional de acadêmicos ideologicamente suspeitos perante os olhos da Ditadura;

a- O Ministério da Educação e Cultura recomendou, aos órgãos da Administração Direta e Indireta deste Ministério, que deverão ser adotadas as medidas julgadas convenientes, no sentido de que seja evitado o estreitamento de relações culturais do Brasil com países de governos comunistas, em face da

62 Verbetes sobre Jarbas Passarinho acessado 25/04/2012 no <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

63 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Os olhos do regime militar nos campi – As assessorias de segurança e informações das universidades” In Topoi, v. 9, n. 16, Jan-Jun. 2008, p.36.

possibilidade de os mesmos utilizarem acordos e manifestações culturais como instrumento de exportação e penetração ideológica.

b- Devem ser negadas facilidades ou apoio governamental aos brasileiros que desejarem seguir para cursos no Exterior, contrariando a recomendação constante da letra "a".

c- Acha-se proibida, por determinação do Senhor Presidente da República, a realização de acordos entre universidades e estabelecimentos isolados do ensino brasileiros, com similares no exterior, sem previa autorização do MEC e do Ministério das Relações Exteriores.⁶⁴

Ou ainda,

(...) sempre que for solicitada a concessão ou prorrogação de passaportes diplomáticos e de serviço, seja essa solicitação precedida das necessárias averiguações de que não existem quanto ao interessado bem como à pessoa de sua família, para as quais seja também solicitada concessão ou prorrogação de passaporte quaisquer impedimentos de ordem subversiva, ideológica ou política. O recebimento pela Divisão de Passaportes do MRE de tal solicitação (...) pressupõe assim já ter sido feita a necessária busca dos antecedentes dos interessados por esta DSI e não possuem eles impedimentos de natureza subversiva, ideológica ou política.⁶⁵

O general Jarbas Passarinho era um intelectual orgânico da Ditadura. Esteve presente na reunião do Conselho de Segurança Nacional, em 1968, que formulou e criou o AI-5, foi lá que pronunciou a sua frase ilustre: “às favas os escrúpulos de consciência”. O mesmo AI-5 que continuaria a defender como necessário mesmo com o fim da Ditadura. Definitivamente, “O Coronel Jarbas Passarinho não é um homem arrependido de seu passado histórico. Muito pelo contrário.”⁶⁶

Para ele, o AI-5 teria sido uma reação à luta armada:

o movimento militar de 64 foi uma contra-revolução”, já que os militares recebiam “ver o Brasil virar uma imensa Cuba. Além disso, a Constituição de 1967 “reestabeleceu direitos e garantias individuais tão amplas como os da Constituição de 1946. Portanto, o Regime só desenvolveu um caráter ditatorial após “a luta armada desencadeada pelos comunistas”. Estes por meio “da guerrilha e do terrorismo”, teriam obrigado o regime militar a editar o AI-5 (1968).⁶⁷

64 OFÍCIO nº 042/73/SI, de 26 de junho de 1973, AESI/UFBA, p. 1. (Arquivo IF-UFBA).

65 INFORMAÇÃO nº 030/2839/76/SICI/1/DSI/MEC//76, de 14 de maio de 1976, DSI/MEC. (Arquivo IFUFBA).

66 FERREIRA JR Amarílio & BITTAR, Marisa. “Jarbas Passarinho: Ideologia tecnocrática e Ditadura Militar” In Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.23, set. 2006. P. 20.

67 Colocar aqui análise do artigo: Amarílio Ferreira Jr. Marisa Bittar, Jarbas Passarinho: Ideologia tecnocrática e Ditadura Militar, In Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.23, p. 3 –25, set. 2006. p.21.

Essa seria a síntese de seu pensamento, que continuaria defendendo até o fim da sua vida. As suas memórias o colocam entre os “memorialistas defensores da revolução de 1964”, muito bem definidos por Lucileide Cardoso.⁶⁸

Antes de assumir o MEC, o Coronel Jarbas Passarinho já havia demonstrado ser um político hábil no Pará, aonde chegou a governador com o golpe de 1964. Logo depois alçou voos mais altos chegando a Ministro do Trabalho e da Previdência, se ocupando da perseguição aos sindicatos e do arrocho salarial. Segundo Passarinho: “durante sua gestão na pasta do Trabalho, não havia sido instaurado qualquer processo político por iniciativa de seu ministério, tendo ocorrido apenas intervenções em sindicatos por corrupção.”⁶⁹ Apesar do que declarou o ex-ministro, a partir de dezembro de 1968, mais de cem dirigentes sindicais foram destituídos, o AI-5 deixava marcas profundas no movimento sindical brasileiro.

É nesse contexto que nossos personagens se encontram, o ministro Jarbas Passarinho e o especialista em previdência, Celso Barroso Leite. “Celso Barroso Leite era o intelectual, com vários livros publicados, o que desde logo me chamou a atenção. Trouxe-o para minha equipe, como meu segundo”⁷⁰

Carioca da cidade de Santo Antônio de Pádua, Celso Barroso Leite tornou-se Bacharel em direito pela faculdade de Direito de Niterói, nunca chegou a trabalhar como advogado. Em suas próprias palavras: “nunca redigi uma petição”⁷¹. Mais tarde se formou em jornalismo pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, ao mesmo tempo em que trabalhava no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI.

Celso Barroso Leite viveu a saudosa Capes do professor Anísio Teixeira. Acompanhou a sua demissão e assistiu a chegada da interventora da Capes, a então desconhecida professora da PUC-RJ, Suzana Gonçalves. Era funcionário da Capes em 1964, quando o golpe civil-militar sequestrou a democracia no país. Chegará à instituição em 1957 para trabalhar com Frederico de Souza Rangel, vindo do IAPI.

68 CARDOSO, Lucileide. **Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas-Ba, Editora UFRB, 2012.

69 Verbetes sobre Jarbas Passarinho acessado 25/04/2012 no <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

70 PASSARINHO, Jarbas G. Um híbrido Fértil. Rio de Janeiro, Ed. Expressão&Cultura, 1996. P. 267.

71 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.). **CAPEL, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2003. P.57.

Na sua primeira passagem pela Capes, não ocupou uma função no primeiro escalão, mas era um imediato importante, prova disso é que assumiu as responsabilidades na ausência de Frederico Rangel, em no mínimo duas ocasiões. Nessas duas ocasiões assinou os documentos do setor responsável pelas bolsas de estudos como “diretor de programas em exercício”⁷².

Era um funcionário preocupado com desperdícios, em certa ocasião sugeriu a racionalização do uso das folhas de carbono: “A Capes trabalhava na base de projetos, e observei que o texto era meio padronizado, mas desperdiçava espaço e ocupava duas folhas, necessitando de mais um jogo de folhas de carbono. Então, fiz algumas alterações para que tudo coubesse numa folha só, o que poupou trabalho e dinheiro”⁷³. A tentativa da racionalização das funções e das atividades da Capes seria a marca da sua gestão a frente da instituição anos mais tarde. Celso Barroso Leite se preocupava com a superposição entre Capes e CNPq, atuou no sentido de se diferenciar do CNPq na busca pela racionalidade da gestão pública.

Quando perguntado sobre o Golpe de 1964, Celso Barroso Leite deu a seguinte resposta: “...nunca tive muita sensibilidade política; não avaliava bem a questão...”. Seu perfil técnico e com pouca sensibilidade política seria a marca da Capes entre os anos de 1969 até 1974. Parte significativa da pós-graduação brasileira estava sobre o comando de um especialista em questões previdenciárias.

No ano do golpe, volta para a Previdência Social, onde permanece até se aposentar. Lá foi assessor técnico da comissão organizada para estudar a reformulação da Previdência Social (1964). Também participou como relator-geral da comissão que elaborou o projeto de lei que incluía o seguro de acidentes do trabalho na Previdência Social e como presidente da comissão que preparou a regulamentação da lei.

Com a posse de Jarbas Passarinho como ministro do trabalho e previdência social, em março de 1967, assumiu a secretaria-geral da pasta, nela permanecendo até o final do governo Costa e Silva. Neste período exerceu, entre outras funções, a coordenação das

72 Arquivo CPDOC/FGV. Ver **Carta de Celso Barroso Leite à F. Grégoire sobre o intercâmbio cultural entre a Universidade da Bahia e a Universidade de Dacar. Rio de Janeiro. 06/10/1960 e Carta de Celso Barroso Leite a Zilah Mafra Peixoto solicitando-lhe a concessão de passaporte à Anísio Teixeira em viagem aos USA como membro do Conselho de Educação Superior das Repúblicas Americanas. s.l. 10/01/1961.**

73 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.). **CAPEIS, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV.** Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2003. P.57.

comissões de Intercâmbio Internacional e de Acordos Internacionais de Previdência Social, e foi assessor da coordenação geral do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Foi também membro das delegações brasileiras à Conferência Internacional do Trabalho em Genebra (1969 e 1974).

Sua indicação para assumir a direção da Capes em 1969, partiu justamente do general Jarbas Passarinho que havia deixado de ser o ministro do trabalho e da previdência social para assumir o Ministério da Educação e Cultura.

Sua escolha foi um exemplo importante de como funcionava o processo de indicação de um determinado sujeito para uma tarefa, mostrando como acontecia a estruturação da tecnocracia que deu suporte a ditadura militar. Celso B. Leite não tinha uma relação com a área da educação superior. Foram as boas relações construídas durante o período de convivência no Ministério do Trabalho e da Previdência Social entre Passarinho e Celso B. Leite que lhe renderam o convite.

As passagens de Jarbas Passarinho pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Educação e da Cultura fez com que Celso Barroso Leite pudesse alçar voos importantes na sua carreira.

Sobre o convite que lhe foi feito pelo Ministro Jarbas Passarinho, Celso Barroso Leite conta a sua versão da seguinte maneira:

No governo seguinte, o do presidente Médici, Passarinho assumiu o Ministério da Educação e foi à minha casa convidar-me para secretário-geral, mas não aceitei, explicando: ‘O Ministério do Trabalho é minha área, conheço as coisas, mas não me sinto capacitado para ser secretário-geral do Ministério da Educação, porque não tenho conhecimento na área.’ Ele insistiu: ‘Mas não há nada no MEC que lhe interesse?’ respondi: ‘Bom, já trabalhei na CAPES...’ foi assim que fui nomeado.⁷⁴

Quando chegou como diretor, em 1969, encontrou um órgão pequeno e com programas bem formulados. Segundo ele;

Quando cheguei como diretor, em 1969, não notei nenhum problema... Acho que essas pessoas [diretores que cumpriram mandatos muitos curtos] não mudaram nada, pois tiveram pouco tempo para isso. Como a Capes não tinha uma clientela definida, isso podia se alterar de ano para ano, mas não me recordo de ter notado modificações substantivas.⁷⁵

74 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.) . **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2002. p. 59

75 Idem, Ibid, p. 59.

A ausência de uma clientela definida fazia com que, em muitos momentos, as ações da Capes e do CNPq se sobrepusessem, demonstrando por sua vez o baixo grau de racionalização do Estado no sentido de desenvolver a ciência e a tecnologia no país. A busca pela definição das funções da Capes e do CNPq eram fundamentais para organizar e impulsionar o desenvolvimento científico brasileiro.

Com a chegada de Celso Barroso Leite, o período de instabilidade institucional (1966-1969) fica para trás;

O Celso assumiu em 1969 e ficou na CAPES o tempo todo em que o Passarinho foi ministro da Educação; eram muito amigos, pois Celso tinha sido secretário-geral do Ministério do Trabalho quando o Passarinho foi ministro. Foi uma gestão longa, que muito contribuiu para acalmar o ambiente e restabelecer ordem, respeito e dignidade na casa. Foi um período bom, tranquilo, sem sobressaltos. Realmente, a CAPES ganhou estabilidade (...). Foi realmente um período muito bom e produtivo.⁷⁶

Nesse trecho da entrevista do Professor Amir Cury nos dá um pouco da noção na relação entre Jarbas Passarinho e C. Barroso Leite e como essa relação refletiu na Capes, trazendo a estabilidade necessária mesmo em um contexto político e social complexo e instável. Como ele nos revela: “... tinha acesso também ao ministro Passarinho, mas evitava levar-lhe problemas.”⁷⁷

Quando um ministro do tribunal de contas da união enviou-lhe uma carta pedindo uma bolsa para um sobrinho dentista, respondeu-lhe com uma longa exposição, mostrando que a CAPES tinha seus critérios, aos quais o rapaz não atendia, e “poderia até ser um desserviço a ele [o rapaz], dar uma bolsa além de suas capacidades [...]”⁷⁸. Ao contrário do rapaz que não tinha o perfil para ser bolsista da Capes, Celso Barroso Leite tinha o perfil que a ditadura precisava para dar início as suas reformas administrativas “nacionalizadora”.

Celso Barroso Leite se definia na Capes como

... um administrador, porque não sou especialista em educação. (...) Eu era um executor, cuidava da administração; a política mais geral já chegava pronta

76 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.) . **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes.2002. p. 250.

⁷⁷ Idem, Ibidem. P.250.

78 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.) . **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes.2002. p. 60.

para nós, formulada pelo DAU. Eu procurava, então, adaptá-la às rotinas da casa, seguindo sempre as instruções – tinha que seguir.⁷⁹

Sua tarefa ali era burocrática, um “executor” que participava pouco dos debates mais centrais sobre educação na época, “não me recordo de ter participado de discussões no MEC sobre as políticas para a Capes.”⁸⁰

1.4 A Capes no Governo Médici.

Em 1970, no mês de Junho, o Decreto 66.662 fez mudanças de cunho administrativo na Capes. O artigo primeiro deste decreto trata sobre o funcionamento da Capes que passa a funcionar como órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, “nos termos do artigo 172 do decreto-lei 200 (de Fevereiro de 1967), com a redação dada pelo Decreto-lei 900, de setembro de 1969”, mas “em articulação” com o Departamento de Assuntos Universitários (DAU), novo nome da antiga Diretoria de Ensino Superior. Além da relação com a DAU era necessário, segundo a orientação expressa no documento oficial, “entrosar-se com o Conselho Nacional de Pesquisas e demais órgãos ou entidades de atribuições correlatas”.

O decreto não trazia nenhuma novidade substancial em relação aos objetivos. Reafirmava-se às finalidades básicas de coordenar as atividades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, “especialmente do pessoal docente de ensino superior”; de colaborar na criação e desenvolvimento de centros e de cursos de pós-graduação; conceder bolsas de estudo ou auxílio individuais; de promover ou apoiar encontros que tivessem como objetivo a melhoria do ensino superior; de promover ou realizar estudos, pesquisas e levantamentos das necessidades nacionais ou regionais de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

As principais alterações ocorreram na estrutura da instituição. Nesta, mantém-se o Conselho Deliberativo, mas empodera-se a figura do Diretor Executivo. O artigo 3º é enfático: “A CAPES tem um Conselho Deliberativo e é administrada por um Diretor-Executivo”.

79 Idem, Ibid, p.63.

80 Idem, Ibid., p.63.

O Conselho Deliberativo terá como funções expressas (artigo 4º), “propor normas sobre aperfeiçoamento de pessoal; estabelecer critérios para a concessão dos auxílios e bolsas de estudo; manifestar-se sobre a proposta orçamentária e o plano anual de aplicação de recursos, a prestação de contas e o relatório anual, bem como sobre a tabela de pessoal e respectiva redistribuição”. Fica a cargo do Conselho também elaborar seu próprio regimento interno e “decidir os assuntos que não forem da alçada da Direção-Executiva, bem como solucionar as dúvidas e os casos omissos”. Sua composição passou a ser de apenas 12 membros, sendo que quatro eram “membros natos”, dentre eles estava o Diretor-Executivo, o representantes do DAU, do Conselho Nacional de Pesquisas e do ministério do planejamento e coordenação geral (MINIPLAN). O ministro seria o responsável pela indicação dos outros oito membros, com mandatos de três anos, “devendo pelo menos seis deles ser escolhidos entre docentes universitários e dois, no mínimo, ter curso de pós-graduação” (artigo 5). Essa medida deu obrigatoriedade á presença de representantes da comunidade acadêmica e na prática fez com que “o grosso do Conselho Deliberativo” fosse composto de oriundos da área acadêmica, “quase todos professores universitários.”

O presidente do conselho era escolhido anualmente e não poderia ser membro nato. O Conselho deveria reunir-se no mínimo de seis vezes por ano, e um máximo de doze, incluindo tanto reuniões ordinárias quanto extraordinárias, “só podendo deliberar com a presença da maioria de seus componentes”. As participações dos conselheiros nessas sessões davam-lhe direito a uma gratificação. Ao Ministro era garantido o poder de “sustar, para rever”, qualquer medida tomada ou autorizada pelo Conselho Deliberativo.

A partir da análise da estrutura formal, a função de Diretor-Executivo foi fortalecida, já que a ele caberia convocar o conselho, desenvolver as ações as medidas autorizadas e todas as providências necessárias ao bom funcionamento institucional. A Direção Executiva, por sua vez, a partir dessa resolução, passa a se desdobrar numa Assessoria de Coordenação e Estudos, uma Assessoria de Programas, uma Divisão Financeira e uma Divisão Administrativa.

O decreto também aumentava a autonomia administrativa. Era reservado à autonomia de estabelecer normas internas de administração geral, aquisição de material e contratação de serviços de terceiros, manutenção de tesouraria própria, processamento direito de movimento bancário, elaboração da folha de pagamento, empenho de

despesas, expedição de certidões e atos análogos e a criação de um fundo especial, o FAPES - Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para garantir a autonomia financeira da entidade.

A criação da FAPES foi um importante passo dado pela Capes no sentido do fortalecimento institucional. “A Capes só deixou de ser artesanal depois que se transformou em fundação; foi quando foram criados a Presidência, o Conselho Superior e o Conselho Técnico – Científico.”⁸¹

Os recursos para o desenvolvimento do FAPES vinham principalmente do Orçamento Geral da União, também existiam repasses oriundos de outros fundos, da prestação de serviços remunerados, da venda de publicações, de doações subvenções e auxílios, dos saldos de final de exercício e da reversão de quaisquer importâncias, até mesmo de bolsas de estudo. A prestação de contas anual era feita ao Ministro de Estado, pela Secretaria Geral do Ministério, com proposta orçamentária e com plano de aplicação.

O tamanho do Conselho Deliberativo seria alterado. Na medida em que os mandatos fossem se exaurindo, o conselho iria diminuindo. Mas tarde, haverá um outro decreto, o de nº 66.967, de 27/07/ 70, revisando as relações entre a Capes e o DAU. Do ponto de vista textual o esse novo decreto substituiu a palavra “articulação” por “vinculação”. No entanto, a troca de palavras não era um mero detalhe, era fruto do processo de conflito e superposição das funções existentes entre esses dois órgãos do MEC.

Além disso, o decreto nº 67.350 publicado três meses depois (6/10/70), ao dispor sobre a criação de Centros Regionais de Pós-graduação, provocou desdobramentos relevantes para a política nacional de pós-graduação e com implicações diretas para a Capes. Para seu Diretor Executivo; “o ano de 1970 pode ser considerado, para a Capes, como o ultimo ano em que coube responsabilidade plena pelo ensino de pós-graduação, na área do Ministério da Educação e Cultura”.⁸²

A Capes participou da Comissão Nacional de Centros Regionais de Pós-graduação,

procurando mostrar não só que em boa parte aquela comissão duplica a finalidade da CAPES, mas também a ideia de que os centros Regionais não

81 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.) . **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes.2002. p. 251.

82 CORDOVA, Rogério Andrade. **CAPES; Origem, realizações, significações (1951-2002)**. Brasília, 2003, (mimeo).p.127.

esta tão madura quanto possa parecer, convindo, por isso, antes de pô-la em prática, estudar o assunto de maneira mais completa” (relatório 1971, p.8)

A criação dos centros regionais de pós-graduação explicita o esforço de regionalizar a política de pós-graduação, fazendo com que todas as regiões do país pudessem preparar pessoal especializado de nível superior. Uma tentativa de responder a alta concentração desses profissionais principalmente no Sudeste.

Se internamente as modificações propiciam uma maior relação entre o Conselho Deliberativo e Direção-executiva, no âmbito do governo e do próprio MEC persistiam muitas indefinições. No primeiro caso, os conceitos de órgãos autônomos e dos fundos respectivos se tornavam cada vez mais delicado diante da acentuação do caráter burocrático-autoritário do regime; na esfera do MEC, a distribuição de atribuições na esfera da pós-graduação.

Era como se dentro do regime existisse dentro do estado duas tendências conflitantes uma buscando a racionalização e a outra tendendo a burocratização. A primeira parte integrante da lógica militar e a segunda fruto dos acordos e conchavos para garantir a legitimidade do regime.

O ano de 1970 foi, segundo Celso Barroso Leite, um “ano complexo”⁸³. A Capes não mudou sozinha, a antiga Diretoria de Ensino Superior transformando-se em Departamento de Assuntos Universitários. Não foi só o nome do órgão que se modificou, seu titular passou a ser o professor Newton Sucupira, aquele mesmo que em 1965, no Conselho Federal de Educação, foi o relator do parecer que definiu e apontou os contornos da pós-graduação brasileira.⁸⁴

O DAU passou a se envolver mais com atribuições na esfera do ensino superior, indo além da graduação e envolvendo-se com a pós-graduação, até então, na prática, área de atuação exclusiva da Capes. Esse processo foi influenciado pela presença de Newton Sucupira a frente da DAU. O tamanho de sua influência e o peso das suas contribuições para a pós-graduação levaram o DAU a atuar também nessa esfera da educação. O interessante é que esse tipo de postura agrava o conflito e a superposições entre as diferentes instituições.

83 CAPES/Arquivo. Relatório anual (1970). Brasília.

84 CAPES — Relatório 1965 / Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Capes, 1965. & CURY, Carlos Alberto Jamil. **Quadragesimo ano do parecer CFE no 977/65**. In Revista Brasileira de Educação, Set /Out /Nov /Dez 2005 No 30.

Quando foi criado em 1962 o Conselho Federal de Educação fruto da primeira Lei de Diretrizes e Bases, Newton Sucupira indicado por Anísio Teixeira para integrar aquele primeiro grupo de intelectuais. Seu parecer em 1965 se transformaria no marco histórico da pós-graduação brasileira. A sua presença na DAU deu visibilidade e importância ao órgão e provocou competições e pequenos conflitos em relação a Capes.

Esses conflitos podem ser percebidos no decreto que criou os centros regionais e que deu ainda mais complexidade a rede de pós-graduação. Como o DAU não compreendia que a esfera da pós-graduação era tarefa exclusiva da Capes, como sustentava seu diretor-executivo. Para a Capes o raciocínio era simples, concentrar todas as incumbências da pós-graduação significava concentrar mais poder e ao mesmo tempo evitar superposições com instituições, que por sua vez significava disputa por recursos orçamentários.

A opinião da Capes ficou expressão da seguinte forma:

“É imperioso, (...), delimitar com precisão as atribuições dos vários órgãos que cuidam da pós-graduação, a fim de serem evitados, além de prejudiciais conflitos de competência, a duplicação e o desperdício que a situação ambíguas acarretam, no serviço público como em tudo o mais” (CAPES, relatório 1970, p.14)

Era necessário, ainda, para o aperfeiçoamento da legislação com vistas a “reduzir a atual complexidade”, sendo essa etapa uma “preliminar indispensável para o melhor cumprimento”.

A organização e a racionalização da rede de pós-graduação passa, no entanto, por questões relativas ao status político e acadêmico, além é claro da questão orçamentária. Em se tratando de orçamento essas disputas agudizavam como podemos perceber no trecho:

consequência objetiva dessa complexidade e da inexistência de delimitação precisa entre as atribuições da CAPES, do DAU e até mesmo do MINIPLAN, é que, por exemplo, nem sempre está claro, no orçamento para 1971, que verbas se destinam especificamente a CAPES⁸⁵

Essas condições se sobrepunham diante da real necessidade de entrosamento entre os órgãos. Para diminuir essas disputas e fazer a rede funcionar a instancia que amortecia esses processos internos eram a Secretaria Geral e o próprio gabinete ministerial, onde por causa da relação com Jarbas Passarinho, Celso Barroso Leite tinha ligeira vantagem.

85 CAPES/Arquivo, Relatório Anual (1970). Brasília. p.14.

Vantagem que foi fundamental na consolidação da Capes frente os outros espaços do MEC.

Nessas condições empunhasse haver entrosamento com a DAU de Newton Sucupira, mas é de crer que a mais importante instancia dirimidora de conflitos fossem a Secretaria Geral, ocupada pelo Coronel Mauro Costa Rodrigues e o próprio gabinete ministerial, aos quais Celso Barroso Leite tinha acesso fácil, homem de plena confiança do Ministro. Assim, ao final do período, a CAPES integrará o conjunto dos órgãos reconhecidos como Direção e Assessoramento do MEC, tendo seu status institucional reconhecido.⁸⁶

Apesar das rugas com o DAU, a Capes esteve sempre bem articulada do ponto de vista institucionalmente, era membro da Comissão Nacional dos Centros de Pós-graduação, da comissão de assuntos internacionais do MEC, da Comissão Fullbright (comissão para o intercambio cultural entre Estados Unidos da América e o Brasil), além de se relacionar com outras instituições estratégicas: o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (onde estava o Fundo Nacional Para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT); o CNPq; Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE); o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico - BNDE, onde funcionava o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico; e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores - MRE. Era através do MRE que a Capes dialogava com representantes de governos estrangeiros sobre o tema da pós-graduação, principalmente fazendo a divulgação de bolsas de estudo fora do país e colaborando nos processos de seleção.⁸⁷

1.5 O Conselho Deliberativo

Os relatórios do período são todos recheados de elogiosas e diplomáticas referências ao Conselho Deliberativo que apesar de importante, não tinha o destaque ou a centralidade do período de 64/69. No ano de 1970 o Conselho realizou 12 reuniões, “desdobradas” em 26 sessões ordinárias.⁸⁸

A composição do Conselho Deliberativo era um refletia a política científica e tecnológica no Brasil, a origem dos conselheiros denunciava a concentração da rede de

86 CORDOVA, Rogério Andrade. **CAPES; Origem, realizações, significações (1951-2002)**. Brasília, 2003, (mimeo). p 129.

87 Idem, Ibid, p 129.

88 CAPES/Arquivo, Atas de reunião do Conselho (1970-1974). Cx.5. Brasília.

produção de ciência no eixo sul-sudeste. Boa parte dos integrantes dos conselhos era também formada nas áreas de ciências da saúde ou biomédicas.⁸⁹

Em 1970, encerraram-se os mandatos de Nefla Leal da Costa, José Arthur Rios que era sociólogo e lecionava na PUC, do psicólogo behaviorista e professor da UFGRS, Oscar Machado da Silva. Foram reconduzidos Eduardo Z. Faraco, médico pessoal de Médici e professor da UFGRS onde também foi reitor, Maria Aparecida Pouchet Campos docente do curso de farmácia da USP, Hélio Bernardi diretor da faculdade de farmácia da UFSM onde seria reitor três anos mais tarde (1973-1977), o “baiano ultranacionalista” do Instituto de Física da UFBA José Walter Bautista Vidal e o advogado Orlando Magalhães Carvalho que foi reitor da UFMG e em meados da década de 70 também foi reitor *pro tempore* da recém fundada UFOP, além de fundador da UDN em Minas Gerais. Por sua vez, passaram a ser membros do Conselho Deliberativo, Pedro Calheiros Bonfim representando o MINIPLAN, Élon Lages Lima, oriundo do IMPA, representava o CNPq. Este último logo foi substituído por Jacob Palis Jr, também IMPA.

Ainda havia o representante do DAU, que passou a ser o pernambucano Edrízio Barbosa Pinto dentista graduado pela então Universidade do Recife (futura Universidade Federal de Pernambuco).⁹⁰ Como rememora Celso Barroso Leite, “Edrízio Barbosa Pinto era político hábil, proprietário de uma faculdade de odontologia em Pernambuco. Ele indicava pessoas para receber bolsas, manobrava, me atropelava; era muito esperto.”⁹¹ Essa memória também pode ser considerada como um indício do processo de disputa e de conflitos entre o DAU e a Capes.

No espaço do Conselho o debate girava em torno da política geral da Capes e as formas e os meios de melhor realizá-las. Foi em uma das resoluções do Conselho que se define que a Capes seria uma entidade de “exclusivo” fomento à pós-graduação, deixando de lado as concessões e o apoio à graduação.

A política de bolsas passava também pelo Conselho, desde a definição dos valores, passando pelo estabelecimento dos critérios e das condições de apoio, até a apreciação

89 A maioria dos principais pesquisadores de ponta do Brasil eram físicos, e eles eram mais proeminentes no CNPq.

90 Acessado em 02/07/2012 http://www.abo-pe.org/_abo-pe.php?op=pagina&sessao=2&pagina=20

91 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.) . **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes.2003. P.61-62

dos pedidos. Os pedidos, no entanto, eram analisados fora do período de reuniões. Durante as reuniões apenas eram relatado os pareceres. Caso análogo ocorria com os processos de auxílios institucionais.

Em 1970, entretanto, o colegiado

delegou competência à Direção-Executiva para, entre outras medidas: aprovar modificações dos planos de aplicação de recursos concedidos a instituições, desde que não haja alteração na rubrica; decidir sobre casos de pedidos de prorrogação de bolsas por menos de quatro meses; autorizar a mudança de local de estágio, ouvido apenas o Conselheiro relator; julgar os pedidos de renovação de bolsa quando tiver sido requerida diligência.⁹²

Mesmo ano em que o presidente do Colegiado passou a ser conselheiro Amadeu Cury, médico formado pela Universidade do Brasil/RJ, que já havia sido membro do Conselho Deliberativo do CNPq e depois membro do Conselho da Capes (1966-72) onde foi presidente durante o período 1969 até 1971, quando sai para assumir o cargo de reitor da Universidade de Brasília.

Em 1971 passam a fazer parte do Conselho o ministro Fernando Paulo Simas Magalhães, representando o Ministério de Relações Exteriores, em substituição do Embaixador Vasco Mariz, e Jacob Palis Jr. substituindo Élon Lages Lima. Em junho deste ano chega ao fim o mandato de presidente do Prof. Amadeu Cury. Seu sucessor foi Eduardo Z. Faraco, escolhido pelos outros membros do Conselho como novo presidente. Ao longo desse ano aconteceram 12 reuniões desdobradas em 26 sessões. As reuniões eram sediadas nas universidades principalmente da região sul e sudeste, neste ano, por exemplo, elas ocorreram na USP, Belo Horizonte e outra em Santa Maria-RS.

Quando em 1972, Eduardo Faraco é designado ao CFE, é eleito para assumir a presidência do conselho deliberativo José Bautista Vidal. A cadeira fica a cargo de Amílcar Figueira Ferrari. Já o professor Horácio Kneese de Melo, era diretor da Escola Paulista de Medicina (EPM) foi nomeado para a vaga deixada por Amadeu Cury, que como foi falado anteriormente, estava se encaminhando para assumir a reitoria da Universidade de Brasília. Além dessas alterações, J. Palis Jr., que viajou ao exterior em bolsa de estudo, foi por isso substituído, na representação do CNPq, por Lindolpho de Carvalho Dias, que assim como ele era membro do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

92 CORDOVA, Rogério Andrade. **CAPES; Origem, realizações, significações (1951-2002)**. Brasília, 2003, (mimeo). p. 129-130.

Neste ano foram igualmente 12 reuniões, com 32 sessões de trabalho. Foi também nesse ano que o Conselho Deliberativo formulou seu próprio regulamento interno, em que se organizava em “câmaras”, sendo elas: de Ciências, Planejamento e orçamento e outra de legislação e normas. As câmaras de Ciência eram divididas por área: Exatas e da Natureza, da Saúde, da Engenharia, Agrárias, Humanas e Sociais. As câmaras tinham um limite mínimo de três conselheiros.

Ao final de 1973 o conselho deliberativo era composto por: Amílcar Figueira Ferrari, Celso Barroso Leite (diretor da Capes), Fernando Paulo Simas Magalhães, Linaldo Cavalcanti de Albuquerque (pelo DAU), Lindolpho de Carvalho Dias (pelo CNPq), Maria Aparecida Pourchert Campos, Pedro Calheiros Bonfim (pelo MINIPLAN), Roberto Augusto da Matta, Sílvio Pinto Lopes, Wilson Chagas de Araújo e Yeda de Andrade Ferreira. Presididos pelo Prof. Horácio Kneese de Melo. Uma breve observação é que todos os presidentes do Conselho Deliberativo tinham uma relação privilegiada com Celso Barroso Leite, Diretor-Executivo da Capes.

Os critérios de concessão de benefícios da Capes se davam por campos do conhecimento, as áreas que eram consideradas prioritárias pelos conselheiros tinham acesso a mais bolsas. As universidades que tinham representantes nos conselhos ou que tinham relação com membro dos conselhos também conseguiam atenção da instituição, “a instituição mais beneficiada foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro, até pela proximidade e maior possibilidade de contato”⁹³

De certa forma, esse era um *modus operandi* anterior a Celso Barroso Leite. A atuação através do Conselho na ajuda das universidades, em alguns casos, acabou no reconhecimento e na legitimidade pelos seus pares gabaritando-os para se tornarem reitores.

Na gestão de Celso Barroso Leite o debate sobre as desigualdades regionais e a tentativa dos governos militares de desenvolver determinadas regiões do país atinge a CAPES, a própria tentativa de criação dos Centros Regionais de Pós-graduação. Na prática, o governo militar passa a entender a pós-graduação como uma ferramenta de desenvolvimento social, assim

93 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.) . **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes.2003. P.64

... o Conselho Deliberativo pretendeu dar certa preferência à universidade do Nordeste. Eu era contra e expus meu pensamento ao Conselho: ‘Não sei se os candidatos de lá já estão qualificados, por exemplo, para receber uma bolsa no estrangeiro.’ Sempre considerei que era melhor um nordestino ir para São Paulo do que para o exterior. Claro, pode haver um gênio lá, mas em média o Nordeste estava ainda um pouco longe da pós-graduação; valia mais fazer uma especialização em São Paulo ou no Rio do que ir para o exterior.⁹⁴

Neste caso, o conselho parece estar mais sintonia com as linhas mestras do desenvolvimento social que os militares apresentavam do que Celso Barroso Leite. Sua defesa da meritocracia nos ajudam a entender duas coisas, primeiro a centralização da rede de pós-graduação e produção de ciências principalmente no sudeste. Em segundo lugar, trecho da entrevista de Celso Barroso Leite mostra o preconceito e a dificuldade que pesquisadores vindos do nordeste sofriam, tornando suspeito o parecer de “ainda não foram esgotadas todas as possibilidades nacionais” para pedidos de bolsa no exterior para pesquisadores nordestinos. O foco dessa pesquisa não é estudar o preconceito regional e por desdobramento racial na Capes, mas fica aqui o convite para pesquisadores que mostrem disposição em checar o número de nordestinos enquadrados nesses critérios em relação às demais regiões.

Na gestão seguinte, na segunda metade da década de 1970, esse entendimento de que a pós-graduação é também uma ferramenta de desenvolvimento social vai se consolidar, mas isso veremos no capítulo seguinte.

1.6 Orçamento e a multiplicação dos números.

Do ponto de vista orçamentário o ano de 1970 foi para a Capes “bem mais favorável o que os anos imediatamente anteriores, ainda que com alguns problemas. Embora o orçamento inicialmente previsto no montante de Cr\$ 23.287.000,00 tenha sofrido uma “contenção”, desta vez da ordem de 10%, apenas 70% do total (Cr\$15.143.244,70) foi repassado no exercício, ficando o restante para receber no ano seguinte. Entretanto, como as despesas efetivamente realizadas em 1970 ficaram próximas a 18 milhões de cruzeiros, restaram cerca de 3 milhões de superávit que foram para no FAPES.”

Como podemos perceber pelos números houve uma melhora considerável na liquidez da instituição. Essa liquidez possibilitou começar o pagamento das “bolsas auxílios” logo no início do exercício de 1971, quando os recursos do novo orçamento ainda não

94 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.) . **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília. CPDOC/FGV, Capes.2003. p.64.

havia sido repassados. Naquele ano começaram os pagamentos ao BID, cerca de Cr\$ 1.155.617,85. A Capes também administrou uma verba de Cr\$ 300.000,00 fruto de um repasse do Ministério do Planejamento (MINIPLAN) à PUC-RJ, com o objetivo de desenvolver seu Centro Técnico-Científico.

Os anos seguintes também apresentaram números positivos do ponto de vista dos recursos financeiros.⁹⁵ Em 1971, por exemplo, embora a proposta orçamentária inicial fosse de 27.5 milhões de cruzeiros e sofresse uma redução para 25.8 milhões, praticamente tudo foi recebido durante o exercício, exceto um montante no valor de 292.8 mil cruzeiros, que foi utilizado na amortização do empréstimo junto ao BID. Como o valor das despesas realizadas só alcançaram 23.9 milhões, os 1.85 milhão de cruzeiros restantes foram para o FAPES. Além disso, a Capes assinou um convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, locado no MINIPLAN, no montante de 4.88 milhões de cruzeiros, sendo que 1,23 milhão foram repassados no mesmo ano do acordo. Se dinheiro não era problema apesar do apetite sempre grande da comunidade de pesquisadores brasileiros sempre ávidos por mais bolsas e mais financiamento, o relatório daquele ano indicava problemas de outra ordem:

... tendo a Capes de funcionar a partir do primeiro dia útil do ano (...) e sendo os recursos orçamentários recebidos somente a partir de abril, por vezes torna-se difícil a perfeita consonância com as normas da Inspeção geral de Finanças e do Tribunal de Contas da União. Vê-se então o administrador num dilema: cumprir estritamente as normas da administração financeira e deixar passar o momento exato da aplicação dos recursos; ou, como a própria Inspeção geral de Finanças lembrou certa feita ao se referir à política do 'mal menor', cumprir a finalidade do órgão, ainda que temporariamente à margem dela. E a solução que tem de ser adotada, embora honesta e tecnicamente correta, nem sempre pode ser considerada ortodoxa pelas autoridades fiscalizadoras⁹⁶

Havia ainda também ausência de clareza sobre a utilização dos recursos do FAPES, já que o tema ainda não havia passado por uma regulamentação. Por causa desses problemas burocráticos, a autonomia visava não era alcançada. A prática burocratizada não estava de acordo com o discurso e a própria legislação, que procurava desburocratizar a instituição.

95 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1970-1974). Brasília.

96 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1971), Brasília, p.23.

A liberação de recursos, assim como o ano de 1971, não apresentou grandes percalços nos anos de 1972 e 1973. Em 72 o orçamento federal reservou a Capes o montante de 28 milhões de Cruzeiros e, no ano seguinte foi ampliado para 36 milhões. Vale ressaltar que, nestes dois anos, um terço dos recursos foram repassados em parte pelo DAU e os outros dois terços foram repassados pela secretaria geral do MEC, “como transferência de recursos sob a supervisão do MINIPLAN”.

No ano de 1973 a Capes contou com um adicional. Recebeu recursos através do convênio com a FINEP no valor de 9.97 milhões de cruzeiros, além da verba do DAU e da Secretaria geral do MEC, elevando os recursos disponíveis para o montante aproximado de 46 milhões de cruzeiros. Esse orçamento tinha destino certo, iria para aplicação em bolsas e auxílios para estudo no exterior (cerca de 2/3 dos recursos), para bolsas no País (1/4 dos recursos) e o restante para o convênio MINIPLAN/Capes, destinado à “fixação de mestres e doutores no corpo docente de estabelecimento de ensino superior”.

O relatório de 72 advertia:

Embora seja lícito considerar 1972 como um ano fecundo para a CAPES, nem de longe isto significa que não tenha sido necessário transpor obstáculos e vencer dificuldades, inevitáveis tanto na administração pública quanto na vida em geral. Sem subestimar o problema genérico do acentuado crescimento da pós-graduação ou outros fatores de natureza correlata (complexidade de suas atribuições, autonomia bastante relativa, carência de pessoal especializado), a principal dificuldade encontrada pela CAPES em 1972, como nos últimos exercícios, para o bom desempenho de suas funções, foi a insuficiência de recursos orçamentários.⁹⁷

No cerne desse balanço da atuação da instituição estava o fato de que com a “oficialização” da pós-graduação “nos últimos quatro anos”, isto é, a partir da implantação da reforma universitária, os recursos destinados a Capes tinham aumentado significativamente, entretanto esse aumento do ponto de vista da instituição ainda não era considerado satisfatório para dar conta da implantação e organização da pós-graduação no país. O patamar (orçamento de 68 e 69) sob o qual foram dados os aumentos era considerado muito baixo.

97 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1972), Brasília, p.7

Para a direção da Capes, a liderança do MEC no processo de fomento de pesquisa do setor público ou governamental tinha “perdido terreno”, ameaçando a “posição vanguardista” que, segundo o relator, o MEC deveria ter nesta área. Era a Capes lutando por mais importância, que em se tratando de política governamental está intimamente ligado à questão orçamentária.

1.7 Bolsas, auxílios e fomento.

O número de bolsas e auxílios acompanhou o crescimento orçamentário. As bolsas ficavam a cargo da Assessoria de Programas. A Assessoria de Programas era dividida em uma seção responsável pelas bolsas de Estudo no país, uma outra seção destinada a cuidar das bolsas de estudos no exterior e uma terceira seção, a de convênios, cuja responsabilidade era acompanhar as ajudas institucionais a cursos e centros de pós-graduação.

No de 1970, foram 1594 pedidos de bolsa no país, 756 foram deferidos pelo conselho Deliberativo, no entanto, esse número “afinal foi reduzido, por motivos diversos, para 683 bolsas”⁹⁸, incluindo as renovações e as novas bolsas. Dentro desse total de 683 bolsas, 147 (21,5%) foram para as Ciências básicas; as biomédicas com 286 (41,9%); as Ciências de Engenharia e Tecnologia com 184 (26,9%); e as Ciências Humanas, Econômicas e Sociais com a menor fatia, apenas 66 (9,7%).⁹⁹

Em 1971, aparentemente os índices de concessão e indeferimento voltaram para proporções médias ou normais. No ano de 1971 houve 2.225 candidatos à bolsa no país (com documentação completa), sendo que 607 deles foram aprovados. Com a renovação de 331 bolsas em andamento, atingiu-se o número de 938 bolsas. Para o estrangeiro foram concedidas 85 bolsas, no entanto houve seis “desistências”, fazendo com que 79 bolsas fossem realmente concedidas, além de 34 auxílios individuais.¹⁰⁰

Segundo o relatório daquele ano, as bolsas no país foram divididas na seguinte proporção por área de conhecimento: 254 (27%) para Ciências Básicas (Exatas e Naturais); 264 (28%) para Ciências da Saúde; 178 (19%) para as engenharias; 73 (8%) para as ciências agrárias; e 169 (18%) para Ciências Humanas. As bolsas no exterior foram no total 79, sendo por área do conhecimento distribuídas na seguinte proporção:

98 CAPES/Arquivo. Relatório anual (1970), Brasília. p.14

99 CAPES/Arquivo. Relatório anual (1970), Brasília. p.14

100 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1971), Brasília.p 25

22(28%) para Ciências Básicas; 17 (21%) para Ciências da Saúde; 23 (29%) para as engenharias; 3 (4%) para as ciências agrárias; e 14 (18%) Ciências Humanas. Os auxílios que somaram 34 como foi dito acima, foram distribuídos pelas mesmas áreas na ordem apresentada acima: 9; 10; 4; 0; e 11.¹⁰¹

Em 1972 o número de candidatos quase que dobrou, cerca de 4.000 pessoas candidataram-se para pleitear as bolsas, sendo 1.081 solicitações atendidas, (358 renovações e 660 bolsas novas). O FNDCT também contribuiu com a Capes naquele ano, assegurando mais 137 bolsas, sendo 107 para Engenharia; 20 para Matemática e 10 para Geociências, ampliando o número de bolsistas. No total foram concedidas 1155 bolsas de estudo no país. Bolsa para o exterior houve 392 candidatos (316 para bolsas e 76 para auxílios), tendo sido concedidas 103 bolsas (46 renovações e 57 novas) e aprovados 37 auxílios. Das 1108 bolsas concedidas no país, neste ano, 353 foram para Ciências Exatas e Naturais; 284 para Ciências da Saúde; 176 para as Engenharias; 64 para as Agrárias; e 231 para Humanas e sociais. E das 103 concedidas para o exterior, na mesma ordem, foram concedidas 19; 19; 41; 9; 15.

Apesar da diminuição de candidatos em 1973 com pouco mais de 3000 candidatos a bolsa no país, o número de beneficiados continuou crescendo, 1831 pedidos aprovados (644 renovações, 1187 bolsas novas). Também houve aumento no número de bolsas para o exterior, foram concedidas 134 bolsas (sendo 64 renovações) e 28 auxílios. O relatório não há o detalhamento por área do conhecimento, ele refere-se a tabelas que não foram anexadas ao documento.

Neste documento curto e sucinto, por talvez ter sido escrito sobre o peso de um fim de mandato e com o tempo encurtado, há dois pontos importantes para a compreensão das modificações da política de pós-graduação. O primeiro ponto se refere ao fato de que dois terços das bolsas no país eram dadas para candidatos inscritos nos cursos de pós-graduação stricto-sensu, mestrado e doutorado, credenciados pelo CFE. A Capes passou a privilegiar essas modalidades de cursos e a esses níveis de formação, em detrimento dos cursos de aperfeiçoamento e especialização.¹⁰² O tempo de conclusão dos cursos de mestrado e doutorado por serem mais extensos, requeria maior número de renovações das bolsas, impactando na disponibilidade do número de bolsas já no ano de 1974. O

101 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1971), Brasília.p 26

102 CAPES/Arquivo. Ata de reunião (03.05.1974). Brasília.

número de concessões foi de apenas 600 bolsas novas para 3428 candidatos no país naquele ano.¹⁰³ A política de concessão de bolsas ganhava uma orientação clara: Fortalecer mestrados e doutorados.

O segundo ponto diz respeito aos bolsistas candidatos a cursos no exterior. Segundo o relatório “dois terços a três quartos” dos favorecidos eram docentes universitários, e as concessões somente eram dadas após “esgotamento das possibilidades nacionais”¹⁰⁴

As atenções da Capes se voltava para as desistências. Os índices de abandono preocupava a instituição e representava um grande desperdício. As desistências nos programas de pós-graduação de Engenharia, por exemplo, chegou em 45% em 1970; 28% em 71; 21% em 72 e 27 em 73. Taxas altas quando comparadas com os índices gerais, a preocupação envolvia a necessidade de engenheiros com uma formação avançada capaz contribuir com os militares na industrializar o país. O índice geral de desistências era de 13% em 1972 e fora de 14% em 1973.¹⁰⁵

Para tentar solucionar o problema foram propostos cursos de “nivelamento” e o “aperfeiçoamento dos critérios de seleção”, além “maior entrosamento da Capes com os cursos de mestrado”, mas as iniciativas pareciam não dar os resultados esperados, talvez porque o mercado fosse mais atrativo monetariamente do que as carreiras de pesquisa.

Durante os anos de 70 a 73 foram repassados, sob a denominação de “auxílios institucionais”, um volume expressivo dos recursos da Capes para financiar compra de equipamentos, material permanente, material bibliográfico e também despesas de custeio, incluindo remuneração pessoal. São esses “auxílios institucionais” que evidenciam a forte inclinação da Capes para o fomento. Estes recursos foram de Cr\$ 7.473.721 em 1970, o que correspondeu a cerca de um terço dos recursos orçamentários; a Cr\$ 9.997.591, em 1971 (38,7%) do orçamento; a Cr\$ 8.407.787,00 (ou 29,8%), e Cr\$ 12.096.238,00 em 1973, correspondentes a 33,35% do orçamento total da instituição.¹⁰⁶

A prioridade na destinação desses recursos era dada as ciências básicas, tecnológicas e médicas. A baixa parcela de recursos destinados às ciências Agrárias pode ser explicado

103 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1974). Brasília. p.8

104 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1974). Brasília. p.8

105 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1973). Brasília. p.9

106 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1970-1973). Brasília. p.9

pela sua relação com as ciências básicas, era compreendido pelos conselheiros da Capes que os benefícios dados as áreas de ciências básicas também ajudavam as agrárias.

Já as Ciências Humanas era o “patinho feio”. A justificativa para baixo percentual dessa área estaria relacionado “ao fato de somente agora essa área começa a expandir-se, com bons programas de pós-graduação, e por isso sua posição relativa deverá melhorar nos exercícios vindouros”¹⁰⁷

1.8 O legado do Ministro Passarinho e do especialista da previdência.

Durante a passagem de Jarbas Passarinho no MEC e Celso Barroso Leite na Capes algumas diretrizes importantes foram aplicadas, transformando-se em políticas permanentes da instituição. A discussão sobre como deveria ser o formato da concessão de bolsas é iniciado no final da sua gestão, quando a tendência que vai nortear a distribuição de bolsas aparece: as bolsas passam a ser intermediadas pelos programas de pós-graduação e não mais individualizadas. Com o I Plano Nacional de Pós-Graduação essa tendência vai se alargar e torna-se dominante, como veremos no capítulo posterior.

A descentralização no processo de distribuição das bolsas estava sincronizada com a necessidade de abarcar uma malha de pós-graduação em expansão.

Outro ponto sensível discutido durante esse período girava em volta da natureza da bolsa dada pela Capes. Nas discussões internas existiam duas posições, alguns defendiam que a bolsa concedida deveria considerar “a situação econômica” dos candidatos. Enquanto outros defendiam que o critério deveria ser puramente meritocrático. Havia ainda aqueles que defendiam a concessão de “bolsas rotativas”, numa forma de aplicar “créditos educativos” à pós-graduação, sem abranger os docentes do ensino superior.

Sobre o debate a cerca da natureza das bolsas, serão aplicados os critérios puramente meritocráticos. No entanto, cada vez mais, a Capes e o próprio MEC passam a entender a política de pós-graduação e de fomento da ciência como uma política social de integração nacional.

A Capes tinha seu status institucional reconhecido pelo Ministro, continuava a existir uma identificação no âmbito ministerial em relação às funções da pós-graduação.

107 CAPES/Arquivo. Relatório Anual (1972), Brasília, p. 14

Até hoje o único órgão que se ocupa exclusivamente do ensino pós-graduação, ao mesmo tempo incentivando-o e refletindo-o, a CAPES procura acompanhar-lhe a evolução, tanto através de medidas internas de aprimoramento de critérios, simplificação de rotinas e dinamização de moldes de funcionamento, quanto através de contribuições para melhor conhecimento da pós-graduação, como é o caso da publicação já mencionada.¹⁰⁸

Essa identificação não impedia os “conflitos de competência” com a DAU e sua recém-criada Coordenação de Pós-graduação que cada vez mais retia os recursos, rivalizando com a Capes.¹⁰⁹

Em 1973, a questão do protagonismo da Capes passou a preocupar seus conselheiros e a direção da instituição, a partir da constatação de que a suposta posição de vanguarda que lhe pertencia historicamente na esfera da pós-graduação no contexto do sistema nacional de ciência e tecnologia e no MEC, estaria ameaçada.

Em 1973, o ministro da Educação Jarbas Passarinho criou um grupo de trabalho para sugerir medidas para a formulação de uma política nacional de pós-graduação; essa Comissão propôs a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação - CNPG, órgão interministerial cuja responsabilidade era a formulação e execução da política geral de pós-graduação. Um dos desafios do CNPG dentre outros era resolver esses conflitos entre as instituições.

Mas foram só dois anos mais tarde, em 1975, que se criou no âmbito do CNPG o Grupo técnico de Coordenação (GTC), cujo objetivo era o de integrar as principais agências de financiamento da pós-graduação, que conseqüentemente passaram a integrar o GTC: CAPES, CNPq, Finep e FUNTEC, sob a coordenação do DAU-MEC. A criação do GTC é uma evidência de que o problema da falta de integração das instituições persistia.

Foi o CNPG que recebeu a tarefa de formular o I Plano Nacional de Pós-graduação (I PNPG), aprovado em 11 de Novembro de 1974, para o período 1974-1979, dando um passo importante no planejamento e na racionalização da Pós-graduação.

108 CAPES. Boletim nº 229, Dezembro, 1971.

109 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.) . **CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV.** Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2002. p.12.

Em março de 1974, na transição do governo Médici para o governo do general Ernesto Geisel, Jarbas Passarinho é substituído no Ministério da Educação por Ney Braga. Celso Barroso Leite sai da direção da CAPES e dá lugar ao professor Darcy Closs.

Enquanto Jarbas Passarinho volta ao senado para ocupar a cadeira que tinha deixado anos atrás, Celso Barroso Leite assume a função de coordenador da comissão que preparou o desmembramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ainda em 1974. Em 1977, Celso Barroso Leite esteve entre o grupo que preparou a Consolidação das leis de Previdência Social, e de sua atualização em 1984. Ainda em 1984, participou do grupo que elaborou o Projeto de Revisão da Previdência e Assistência Social. Continuou, mesmo após deixar a Capes, contribuindo como técnico para a Ditadura.

Enquanto isso, após reassumir seu lugar no Senado, Jarbas disputou a emblemática eleição de Novembro de 1974, quando foi um dos seis candidatos eleitos pela ARENA para o Senado contra 16 mdêbistas¹¹⁰. A oposição institucional crescia e com ela se multiplicavam as vozes que falavam de uma anistia imediata e de democracia direta. O definhamento do “milagre brasileiro”, os processos que apontavam, mesmo que de forma distante, para uma possível abertura e a reorganização das esquerdas dentro do MDB, conduziu a uma importante vitória das oposições, que surpreendeu o governo e seus aliados políticos.

Nessa disputa, Geisel permitiu que se fizesse, com limitações, propaganda política, proibida desde a edição do AI-5, dando início ao que seria chamado pelos cientistas e comentaristas políticos de “Distensão”.

Passarinho nunca aceitou a ideia de que os militares eram coniventes com as torturas ou que se utilizavam dessa prática de maneira organizada, de forma sistemática e meticulosamente pensada como método para arrancar informação. Tornou-se um combatente no campo da memória em defesa dos militares. Como intelectual orgânico a serviço do revisionismo militar e da direita brasileira, sempre fez questão de marcar posição.

Já Celso Barroso Leite, em depoimento apelou para a falta de sensibilidade política, se atendo ao discurso de que desempenhava um trabalho técnico. A técnico-burocracia da

110 Mdêbistas eram políticos e militantes ligados ao MDB, partido da oposição permitida pelo regime.

ditadura foi formada com um bom contingente de profissionais que por conveniência ou por ideologia não conseguiam relacionar seu trabalho cotidiano com a repressão do estado policalesco que reprimia professores, cientistas, artistas, estudantes, sindicalistas, padres e etc.

2. Rumo à Brasília

No capítulo anterior, viu-se como se processou o alargamento da ação institucional da Capes. Tal desenvolvimento preparou o caminho para a formalização da política pública específica para a área de formação de profissionais de alto nível.

O presente capítulo pretende apresentar as linhas mestras que direcionaram a política em meados dos anos 1970. Para isso analisa o I PNPGs, chamando atenção para o contexto no qual foi criado e seus impactos no interior da Capes. Vale destacar também que o processo de mudança da Capes do Rio de Janeiro para a nova capital, Brasília, significou um processo de maior integração com os demais órgãos do MEC e da rede de Ciência e Tecnologia, boa parte deles com sede em Brasília, como é o caso do CNPq e do próprio MEC.

A mudança para Brasília aconteceu simultaneamente ao seu aumento de *satus* no sistema de Ciência e Tecnologia no Brasil.

2.1 A conjuntura da “Distensão”.

A partir de 1974, o presidente da República passou a ser eleito através de um colégio eleitoral, composto pelo Congresso Nacional e por delegados das assembleias legislativas. Naquele ano o colégio eleitoral escolheu, e não poderia ser diferente, o candidato indicado pelo alto comando militar, o general Ernesto Geisel.

Ao assumir a presidência em março de 1974, Geisel tornou-se o quarto “general-presidente”. Sua escolha, no entanto, representava uma mudança na política apresentada pelos militares no período anterior. A opção por um general identificado com setores militares mais moderados ou liberais, também chamados de “castelistas”.

O general Geisel herdou um governo com números positivos na área econômica e com os movimentos da esquerda armada já desmontados.

Poucos meses após assumir o controle do governo, o general apontou para uma maior flexibilidade do regime. Essa tal “abertura”, no entanto, não significava um retorno à democracia. O que a parcela militar que conduzia o processo político naquele momento desejava era um novo ordenamento jurídico elaborado pelo governo com leis que garantissem a ordem autoritária. Um exemplo da tentativa de se legitimar foi o próprio colégio eleitoral que elegeu Geisel.

Em 1973, encerra-se uma das fases mais prósperas da economia capitalista desenvolvida, que o historiador inglês Eric Hobsbawm denominou como “A Era de Ouro”. O ciclo virtuoso do capital “resvalou para a instabilidade e a crise”¹¹¹

O contexto da primeira crise do petróleo em 1973, não foi o único motivo da distensão da ditadura, afinal de contas, a economia brasileira vivia seu auge na ocasião da escolha do general Ernesto Geisel. Sem descartar o impacto na crise, considera-se, assim, que a busca pela adequação do regime e o projeto de “abertura” foram fatores internos relevantes, que não devem ser relegados ao segundo plano na análise sobre o rumo que o regime militar tomou em meados dos anos 70.

Outros fatores importantes para entender a distensão também devem ser considerados. A reorganização das esquerdas na atuação institucional dentro do MDB e a vitória política nas eleições de 1974 em vários estados da federação também foram fatores que interferiram na maior maleabilidade do regime.

O general Geisel começou seu governo apresentando para a sociedade um ambicioso plano de desenvolvimento para o país. O II Plano Nacional de Desenvolvimento – IIPND. O IIPND veio acompanhado de grandes investimentos na área da energia, exemplo disso são as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, a Petrobrás e seu direcionamento de extração de petróleo em águas profundas; o PRO-ALCOOL e os acordos para a construção de usinas termoeletricas com a Alemanha. Outras áreas também foram beneficiadas, principalmente a das comunicações.

¹¹¹ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o Breve século XXI (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 393.

Essa ação do governo Geisel de alguma forma está explicada no IIPND que compreende o Estado com principal ferramenta indutora do desenvolvimento nacional. De alguma forma o desenvolvimentismo conservador do governo Geisel remete ao nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas¹¹², contribuindo para o fortalecimento das empresas estatais, criando inclusive algumas, e investindo nas indústrias de base.

As medidas em relação à cultura, mesmo que ainda sob a censura, também tiveram apoio, remetendo às iniciativas varguistas. Durante o governo Geisel foram criados a Embrafilme, a Funarte e o Serviço Nacional de Teatro.

Na área da Educação Superior, a ação dos militares fundou universidades públicas, incentivando os cursos de pós-graduação e a pesquisa científica, como será visto a seguir através do exemplo da Capes.

Ao mesmo passo que possibilitava a expansão do ensino superior público e das pós-graduações, a ditadura teve um importante papel no desenvolvimento do Ensino Superior e nas pós-graduações privadas.

Tanto investimento na área privada se deveu à forte presença dos professores ligados a esse setor nos espaços de formulação e execução da política educacional. O CFE, por exemplo, tinha uma presença significativa de intelectuais ligados aos interesses de setores educacionais privados.

2.2 Planos do Planalto

Em 1974, iniciaram-se as mudanças em relação ao tratamento dado à pós-graduação no Brasil. Até então a expansão dos cursos de pós-graduação “ocorreu sem qualquer orientação para o setor”¹¹³, processo que resultou no primeiro plano específico e começou a partir da iniciativa do Conselho Regional de Pós-Graduação do Sul, entre os anos de 1972 e 1973.

¹¹² Foi justamente sobre o ambiente que debatia os projetos de país no final dos anos 40 e início dos anos 50 que se formou a Escola Superior de Guerra, onde seria sistematizada a Doutrina de Segurança Nacional, que teria como um de seus signatários mais ilustres o general Golbery do Couto e Silva, braço direito do general Ernesto Geisel.

¹¹³ BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. **Política de Pós-graduação: um estudo da participação da comunidade científica.** São Carlos: EDUFSCAR, 1998. p.113.

(...) atuação de um grupo de professores/pesquisadores que seria responsável pelo primeiro esboço do que viria a ser o I PNPG. A partir de atividades desenvolvidas junto ao Centro Regional de Pós-graduação do Sul, único que chegou a funcionar, esse grupo teria realizado ainda em Porto Alegre (1972-1973), estudos/levantamentos sobre o estágio da pós-graduação no país, contando com a participação de professores recrutados em instituições universitárias de outros estados brasileiros, além de especialistas norte-americanos, tendo para tanto recebido recursos do DAU, da própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da USAID.¹¹⁴

O centro regional de Pós-graduação do Sul foi fruto da ação da Capes na busca pela descentralização regional das políticas de ciência e tecnologia, propostas ainda na gestão Passarinho/Celso B. Leite. No entanto, era uma ação periférica que não tinha a centralidade necessária, prova disso é que o único Centro Regional de Pós-Graduação que de fato funcionou foi justamente o da região sul.

A decisão de elaboração de um plano nacional para a pós-graduação, que viria a ser o esboço do I PNPG foi tomada no interior do Centro Regional de Pós-graduação do Sul, sendo uma ação sem a presença da Capes, que seria a responsável natural pela construção de um plano como esse. Provavelmente mais uma ação em que a DAU incentivou sem necessariamente passar pela direção da Capes.

Com a troca de ministro em 1974, e a substituição de Jarbas Passarinho pelo paranaense Ney Braga, a importância da atuação dos professores do Centro Regional de Pós-Graduação do Sul foi reconhecida e premiada com a escolha para ocupar a direção da Capes de Darcy Closs, professor de Geologia da UFRGS e então membro do referido Centro.

Ney Braga era um político importante, principalmente no Paraná, seu estado. De perfil liberal-conservador, as vésperas do *putsch* de 1964 sua posição passou de um polo a outro. De assinante de manifestos que defendiam as reformas de base, à adesão como liderança civil contra Jango, ao lado de outros governadores como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros. Tal mudança possibilitou que durante o processo que estabeleceu o governo de Castelo Branco, Ney Braga fosse um dos seus

¹¹⁴BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. **Política de Pós-graduação: um estudo da participação da comunidade científica.** São Carlos: EDUFSCAR, 1998. p.117.

consultores. A intervenção de Ney Braga frente a Castelo Branco tornou possível o convite para que Flávio Suplicy de Lacerda fosse ministro da Educação.

Assim como Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, a relação de Ney Braga com a chamada “linha dura” não era das melhores. Durante os governos de Costa e Silva e Médici, apesar de ter o mandato de senador, esteve afastado do centro de decisório. Gozava da confiança do então general Ernesto Geisel. Era visto como um dos três “curingas” do presidente eleito para a montagem dos ministérios, pois poderia ocupar qualquer uma das pastas.

Ney Braga, 56 anos, coronel da reserva, poderoso político paranaense. Convivera com Geisel em Curitiba, como governador do estado, quando inaugurava uma escola por dia. Reencontrara o general no gabinete de Castello Branco, onde ocupou o Ministério da Agricultura. Fora um dos três parlamentares premiados com o acesso ao número de telefone do jardim botânico, mas somava ao temperamento discreto, tamanha capacidade de dissimulação que até seria capaz de negar que o conhecia. Haveria de ser o único parlamentar a quem Geisel consultaria em suas escolhas políticas. Mestre da costura silenciosa e inimigo implacável, chamava seu rival no Paraná de ‘canalha’. Listava os defeitos dos colegas de Congresso com crueza: ‘louco’, ‘debilóide’, ‘chato’, ‘narcisista’. Iria para o governo por político. Podia ser ministro da Previdência, de Minas e Energia, ou mesmo chefe do Gabinete Civil. No segundo semestre de 1973 bateu na Educação e lá ficou¹¹⁵

No final do processo de transição do governo Médici para o Governo Geisel, Ney Braga foi designado para ocupar o Ministério da Educação e Cultura no novo governo, depois de sete anos de relativo ostracismo no Senado¹¹⁶. Sobre a escolha e o papel que Ney Braga deveria desempenhar no ministério, Ernesto Geisel comentou:

Eu conhecia (Ney) desde quando servi no Paraná. Era governador e depois foi ministro de Castelo. E era um homem ligado a mim. Eu achava que pelo seu feitio, pela sua ponderação, pelo seu diálogo, poderia se dar bem com a classe estudantil. Queria alguém que tivesse predicados essenciais, tivesse habilidade, soubesse lidar, não fosse radical. E realmente, no meu governo, não houve muita perturbação, exceto na Universidade de Brasília, que mais se agitou. No conjunto da área, no país, houve relativa tranquilidade¹¹⁷

Segundo esse depoimento de E. Geisel, a preocupação com a “classe estudantil” suplantava a busca pelo desenvolvimento da Educação no Brasil.

¹¹⁵ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 301.

¹¹⁶ REBELO, Wanderlei. **Ney Braga: Política e Modernidade**. Brasília: Edições do Senado Federal, Vol.96, 2007, pp. 304-321.

¹¹⁷ REBELO, Wanderlei (2007) p. 324 APUD GEISEL, Ernesto (1997), p.267.

A tranquilidade foi realmente relativa, pois no dia 1º de maio de 1977, estudantes foram presos em São Paulo quando organizavam a comemoração do Dia do Trabalho, o ocorrido gerou agitação no movimento estudantil de todo o país e repercutiu na imprensa e na opinião pública, que se encontrava abalada pelo fechamento do Congresso Nacional e a edição do “pacote de abril”.¹¹⁸

No fim de maio de 1977, Ney Braga declarou “inteiramente ilegal” a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes - ENE, que estava programado para acontecer no dia 4 de junho em Belo Horizonte. O III ENE tinha como objetivo central debater a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), mas boa parte dos delegados estudantis foi detida nas suas cidades de origem, a caminho ou já na capital mineira. Por isso o encontro acabou sendo adiado para setembro, em São Paulo.

No final de setembro, foi a vez de reprimir o III ENE em São Paulo. O encontro foi marcado para acontecer na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A Polícia Militar e os agentes do Departamento de Ordem Pública (DOPS), sob o comando do secretário de Segurança Pública do estado, coronel Antônio Erasmo Dias, invadiram a instituição universitária para reprimir o evento estudantil. Diante do abuso da força policial e da destruição do patrimônio material da universidade por parte da intervenção policial, fez com que os professores da PUC-SP e até mesmo a reitoria reclamesse junto ao MEC.

O episódio ao qual Geisel se refere em seu depoimento foi a crise na UnB, também em 1977, quando estudantes iniciaram uma greve também em maio. A mobilização atingiu seu auge quando o então reitor José Carlos Azevedo, fez uso das ferramentas da lei, expulsou 30 alunos e suspendeu 34, decretando recesso de 30 dias. A atitude do reitor foi condenada pelas organizações estudantis de vários estados.

Já Darcy Closs era um acadêmico de notoriedade reconhecida pela comunidade científica. Dividido entre as atividades de pesquisa e ensino, Closs tinham um perfil muito diferente de seu antecessor, era um membro da comunidade científica.

118 O “Pacote de Abril” é um dos marcos contraditórios do processo de abertura do regime.

Formado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduado na Alemanha de onde voltou especialista em micropaleontologia, ensinou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no curso de Geologia. Foi um dos articuladores da criação da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

Conhecia parte da realidade das pós-graduações brasileiras graças à bagagem que o Centro Regional de Pós-Graduação do Sul havia lhe dado. Essa experiência gabaritava para corresponder aos desafios que representava a direção da Capes.

Gaúcho, seu perfil casou de forma satisfatória com a estratégia do governo militar de levar as políticas que proporcionassem desenvolvimento para regiões distantes do sudeste brasileiro. Ao contrário de Celso Barroso Leite, que não se sentia confortável com a utilização da pós-graduação como política de desenvolvimento regional, Darcy Closs era um entusiasta de tal iniciativa, a começar pela sua atuação no Centro Regional de Pós-Graduação do Sul.

O centro da pós-graduação estava sob a orientação de dois personagens ligados ao regionalismo do sul do país: Ney Braga – paranaense e Darcy Closs – Gaúcho. Esse elemento contribuiu para que o tema do desenvolvimento desigual da rede de pós-graduação ganhasse tanta centralidade durante o processo de elaboração do I PNPG.

2.2.1 O I Plano Nacional de Pós-Graduação

Como já foi adiantado, no período que se iniciou em 1974, as políticas do governo brasileiro foram marcadas pela elaboração de planos que buscavam definir uma nova racionalidade para os mais variados setores, revendo as metas de competências e principalmente os recursos. Esses planos eram desdobramentos do planejamento das ações de governo, materializados no I PND e depois no II e no III.

A pós-graduação não fora excluída desse processo de planejamento. Com o desdobramento dos PND's na área da Educação, foi criado o I Plano Setorial de Educação e Cultura, I Plano Básico de Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia e o

I Plano Nacional de Pós-graduação. Todos esses planos se tornaram marcos importantes que nortearam as políticas de pós-graduação e a atuação da Capes.

O caráter desenvolvimentista dos PNDs também pode ser percebido nos planos setoriais. A lógica de desenvolvimento regional somado ao entendimento de que a política de ampliação da pós-graduação era uma medida científica, mas também social, permitiu que o governo de Geisel superasse a lógica puramente meritocrática da criação e do investimento de centros de pesquisa e produção de conhecimento.

O sistema brasileiro de ciência e tecnologia, para Darcy Closs, “Além das deficiências por áreas, tínhamos grandes lacunas regionais, principalmente no Amazonas, no Nordeste e no Centro-Oeste.”¹¹⁹

Tratar a política de pós-graduação como uma política de desenvolvimento regional foi possível graças ao tipo de rumo sócioeconômico tomado pelo governo Geisel. O desenvolvimentismo conservador casou-se muito bem com a política de expansão da pós-graduação em todo o território nacional. Era preciso chegar a todo o Brasil e promover o desenvolvimento, nos mais distantes quinhões do país. Na área da pós-graduação isso significava que era necessário criar centro de pesquisa e produção de conhecimento formal mais distante do sudeste. Apesar de ter sido feito, isso não alterou a posição de hegemonia do sudeste no sistema de ciência e tecnologia no Brasil.

Não podemos esquecer que no interior da doutrina de Segurança Nacional, organizada no seio da Escola Superior de Guerra – ESG, o item de integração nacional¹²⁰ é considerado de suma relevância, levar o desenvolvimento para os lugares mais distantes e mais frágeis do país, significava também dificultar o avanço dos comunistas.

No âmbito do “sistema universitário brasileiro” se afirmava a importância estratégica da pós-graduação para seu desenvolvimento.

119 FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília, DF: CPDOC/FGV/Capes: 2003. P.75.

120 OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**, Petrópolis: Vozes. 1976.

A principal preocupação que se impunha era referente à qualidade da pós-graduação, o balanço que os responsáveis pela política de pós-graduação faziam era que o salto dado na instalação dos cursos gerou a necessidade de organizá-los e dar mais força institucional. Dessa forma, o controle da qualidade como objetivo se sobrepunha diante das demais questões. Para atingir esse objetivo era necessário organizar e institucionalizar principalmente esses cursos criados nos últimos cinco anos.

A proliferação e a diversificação assistemática de cursos, especialmente nos últimos cinco anos, e as conseqüências imediatas e mediatas resultante, levaram os órgãos governamentais a estabelecer mecanismos para disciplinar os seus desenvolvimentos. (...) O exame crítico da situação desde logo evidenciou a necessidade premente da fixação de uma política nacional de pós-graduação, integrada nos Planos de Desenvolvimento Nacional (I e II PND) e articulada ao Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.¹²¹

Essa preocupação com a qualidade dos cursos de pós-graduação somada com a necessidade de articular a atuação das entidades responsáveis pelo tema ao Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II) e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, gerou as condições, para se discutir e elaborar um documento que definisse as linhas mestras da política de pós-graduação no Brasil. Esse documento veio ao público sobre a insígnia de Plano Nacional de Pós-graduação.

Vale destacar que:

A política de formação de recursos humanos qualificados passa a ter espaço próprio no planejamento governamental somente a partir do II PND (1975-1979), compondo um conjunto de ações a serem implementadas pelo Estado visando acelerar o processo de desenvolvimento científico e tecnológico do qual o país se ressentia e que ficou mais evidenciado no contexto da crise mundial de energia deflagrada no início da década de 70¹²²

A formulação do Plano Nacional de Pós-Graduação foi concebida sobre a chancela do Conselho Nacional de Pós-Graduação – PNPG.

O CNPG era uma entidade que congregava, sob a presidência do Ministro da Educação e Cultura, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Secretário Geral do MEC, o Presidente do Conselho Federal de Educação, o Diretor do DAU, o Diretor da CAPES, o

¹²¹ CAPES – **Novas perspectivas para o ensino superior**: operacionalizar e implantação do plano nacional de pós-graduação. Brasília – DF: MEC/CAPES, 1975. p. 11.

¹²²BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. **Política de Pós-graduação**: um estudo da participação da comunidade científica, São Carlos: EDUFSCAR, 1998. p.115.

Presidente do CNPq, o Secretário Executivo da FINEP, o presidente do BNDE, os Reitores da UnB, da UFMG, UFPE, PUC/RJ e USP. Estavam pois, ali presentes ou representadas, as principais entidades responsáveis associadamente, pelo que, na linguagem muito em voga à época, se denominava ‘Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia’ e ‘Sistema Universitário Brasileiro’, articulados pelo MEC e financiados pela SEPLAN. Este grande e graduado colegiado tinha funções operativas a cargo de um Grupo Técnico de Coordenação (GTC) composto pelo Diretor do DAU (Como Coordenador), mais um Diretor adjunto do DAU, um representante da FUNTEC (Órgão do BNDE), um representante da FINEP/FNDCT, um representante do CNPq e o Diretor da CAPES.¹²³

Foi a partir do documento final do Plano Nacional de Pós-Graduação fruto da correlação de forças internas ao CNPG que a Capes assumiu um papel de destaque. Não podemos descartar a atuação de Darcy Closs nesse processo de escala de prestígio institucional.

Nele também está descrito o crescente papel da pós-graduação.

O conjunto de análises e estratégias contido neste documento servirá como referência para as medidas a serem tomadas em todos os níveis institucionais de coordenação, planejamento, execução e normalização das atividades de pós-graduação, durante 5 (cinco) anos, a partir de 1975. Sua implantação se concretizará através da participação e do compromisso entre o Ministério da Educação e Cultura, os demais órgãos governamentais nas áreas de recursos humanos, ciência e tecnologia, e as instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas e privadas. Com tal política, pretende-se evoluir para uma nova etapa do sistema universitário, durante a qual as atividades de pós-graduação assumirão importância estratégica crescente.¹²⁴

O Plano reafirmava a necessidade de “transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes”¹²⁵ cabendo a pós-graduação a função de dinamização, compreendida como espaço onde deveria ser formado docentes e de pesquisas em todas as áreas e temas do conhecimento. Ou seja, seria no nível da pós-graduação que se formariam docentes para o magistério superior, trabalhadores para a pesquisa científica e técnicos para atividades em empresas.

O Plano tinha três diretrizes. A primeira delas versava sobre a *Institucionalização do sistema de pós-graduação*. A segunda *Elevação dos padrões de desempenho*. A última era *Planejamento e expansão*.

¹²³ CÓRDOVA, Rogério de Andrade. **CAPES – origens, realizações e significações (1951-2002)**. Brasília – DF: 2003, (mimeo), p.153.

¹²⁴ MEC/CNPG – I PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação. Brasília – DF: 1974, p.119.

¹²⁵ Idem, Ibid. p.119.

A institucionalização necessitava de uma definição nítida das atividades de pós-graduação e da composição do sistema com especificação das funções das instituições nela envolvidas (CNPq, CFE, DAU, CAPES, CNPq, FINEP, outras agências governamentais, ou não), e instituições onde as atividades se realizavam efetivamente: as universidades e os centros de pesquisa.

As definições das atividades de cada instituição contribuíram para diminuir as sobreposições, os conflitos entre os órgãos do próprio estado e melhorar a racionalidade da rede, e conseqüentemente a distribuição dos recursos. Nas palavras do plano, tratava-se de consolidar um “sistema institucional estável”.

A atuação da Capes foi definida sobre os seguintes termos: “... Órgão do MEC responsável pela orientação, implantação acompanhamento e avaliação dos programas de capacitação de docentes e de recursos humanos”.

Além disso, seus recursos, assim como as demais instituições de fomento, “... devam continuar atuando como complementares aos recursos das universidades, sejam elas públicas ou particulares, na instalação de cursos, na manutenção de bolsistas de vários níveis, e no financiamento de projetos e pesquisas”.

Parte dessas tarefas seriam gradualmente absorvidas pelo MEC.

(...) atribuições com investimentos físicos e verbas de pessoal e custeio, nas instituições federais, incluindo os auxílios e bolsas necessários aos programas de capacitação de docentes e, além disso, apoiar as iniciativas de pós-graduação em todo o Sistema de Ensino Superior.

O principal desafio, a qualidade da pós-graduação na segunda metade da década de 1970, foi detectado pelo plano. Os anos de expansão deixaram de herança um distanciamento entre a graduação e a pós-graduação – herança que persiste até os dias atuais; a existência de administrações independentes para a pós-graduação e a adoção de normas acadêmicas incompatíveis com aquelas adotadas nos demais setores das universidades, tais como a duplicação de meios para os mesmos fins e a variedade de fontes e formas de pagamento.

Para dar conta desses desafios, visando a *Elevação dos padrões desempenho*, a segunda diretriz, era necessária uma sistemática operacional de controle e avaliação que transformasse relamente os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) em núcleos sólidos de formação de pessoal qualificado para o Ensino Superior e a pesquisa; ativar e incentivar os cursos de aperfeiçoamento, a pós-graduação *lato sensu*, através de programas específicos, de sorte a atender, “de maneira mais eficiente e flexível”, as necessidades do mercado de trabalho.

A terceira e última diretriz afirmava que o planejamento da expansão tinha como objetivo evitar a continuidade ou reprodução de um crescimento “espontâneo e desordenado”, como o que ocorrera até então. Para domar esse espontaneísmo desordenado, propunha-se, convictamente, uma maior “integração” da expansão das pós-graduações com as políticas de desenvolvimento econômico, tal como formuladas no II PND e no II PBDCT. Essa busca pela integração entre o processo de expansão e as políticas de desenvolvimento econômico presentes nos II PND e no II PBDCT, contribuíram para transmutar a política de pós-graduação, antes seguindo uma dinâmica supostamente “meritocrática”, concentrada no sudeste, para uma política mais presente em estados do nordeste e norte.

Específicamente, essas propostas descritas na diretriz *Planejamento da Expansão* buscavam articular os mais vários níveis institucionais para promover o desenvolvimento, conjunto de ferramentas de apreciação das iniciativas previamente à sua implementação, organizando iniciativas “segundo as necessidades próprias do processo educacional-científico”;

Permitir que as instituições do Sistema de Ciência e Tecnologia pudessem analisar e interpretar de forma flexíveis proposições presente no PNPG afim de “corrigir distorções” e consolidar o Sistema. Para isso era necessário reajustar e replanejar constantemente as estratégias de implantação, levando em consideração as “necessidades e possibilidades dos departamentos, instituições e órgãos governamentais envolvidos”.

Além disso, era preciso “Construir critérios e parâmetros de cálculos de necessidades de expansão física dos sistemas, a partir das características próprias das funções formativas da pós-graduação, dentro da universidade e da sociedade”.

Tudo isso, sem perder de vista, durante o processo de implantação ou na ampliação de cursos, o atendimento a critérios de polarização geo-educacional.

Esse repertório de medidas era considerado fundamental para um planejamento que buscava a expansão.

Vale destacar, como afirmou Córdova.

Essas considerações gerais, referentes à institucionalização, elevação dos padrões de desempenho e planejamento da expansão, até agora consideradas ao nível central, isto é, das agências governamentais, eram igualmente, sucessivamente e operativamente, traduzidas, para o plano da universidade e para o plano ou nível dos cursos.¹²⁶

Mas qual será o impacto dessas definições e série de indicações de ações que deveriam ser efetivadas a partir daquele momento na Capes? É o que se verá no tópico a seguir.

2.2.2 A Capes e a redefinição de suas funções

No processo de construção do PNPG, no interior do CFE, a participação de Darcy Closs, como diretor da Capes, gabaritou-a para assumir um papel mais central no seio do Sistema de Ciência e Tecnologia. “O novo contexto institucional promove uma redefinição das atribuições das agências e a CAPES assume um papel de relevo na implantação da nova política.”¹²⁷

Dentre as atribuições da Capes definidas no PNPG estavam a organização, implantação, acompanhamento e avaliação dos Programas Institucionais de Capacitação de Docentes; ampliação do programa de bolsas no país e no exterior; melhoria dos cursos de pós-graduação, *stricto e lato sensu*, através do programa de auxílios; integração com os

¹²⁶CORDOVA, Rogério Andrade. **CAPES; Origem, realizações, significações (1951-2002)**. Brasília: 2003, (mimeo). p.157.

¹²⁷CORDOVA, Rogério Andrade. **CAPES; Origem, realizações, significações (1951-2002)**. Brasília:2003, (mimeo). p. 157.

demais órgãos para facilitar a absorção de mestres e doutores titulados, bem como abrir novos horizontes e oportunidades de doutoramento no exterior, criando, juntamente com as demais agências governamentais, novas oportunidades de bolsas.

Seguindo adiretriz de institucionalização, a Capes deveria atuar de maneira sintonizada em relação ao DAU para, juntos, cumprirem as obrigações do MEC relativas à pós-graduação. Pós-graduação que passa a estar quase que exclusivamente sob a responsabilidade institucional da Capes. A reafirmação repetitiva da cooperação entre os dois órgãos, somadas às pequenas querelas descritas no capítulo anterior, evidenciam a dificuldade de atuarem numa mesma área, o plano veio justamente trazer mais organização, fazendo com que os órgãos internos do MEC antes de competir, cooperassem.

Entre 1972 e 1974, eu ia quinzenalmente ao Departamento de Assuntos Universitários, em Brasília, onde permanecia alguns dias. O diretor-adjunto do DAU, Linaldo Cavalcanti, coordenava um grupo de acadêmicos que formavam o *think tank* do MEC: eu participava do grupo, juntamente com o prof. Stemmer, que vinha de Florianópolis, o prof. Almiro Blumenschein, que vinha de São Paulo, entre outros – este participava também intensamente da implantação do embrião da Embrapa, a Empresa Brasileira de pesquisas Agropecuárias.

A atuação da Capes podia ser dividida em duas vertentes. A primeira era a atuação como fomentadora da instalação de novos cursos e ampliação dos cursos já existentes. A segunda vertente de atuação era o papel complementar de apoio a atividades visando o aprimoramento do desempenho ou atividades adicionais, estando o programa já “amadurecido” e “sustentado” orçamentariamente pelas verbas do DAU.

Nesse contexto, a concessão de bolsas de estudo tornou-se a forma principal mecanismo de atuação da Capes que teria nela sua ferramenta de interferência no sistema. Desta forma a Capes seria “um mecanismo mais flexível... de apoio complementar para melhorar o desempenho, reorientar os programas e fomentar a abertura de programas novos em áreas carentes.”¹²⁸

Além dessas mudanças gerais que visavam diminuir as sobreposições entre as agências governamentais, a Capes passou a se orientar por uma dinâmica “primordialmente institucional”. “Dirigindo-se ao órgão central de cada instituição, ao invés da tradicional

128 CAPES. Novas perspectivas para o ensino superior: operacionalização e implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação. Brasília, DF: MEC/CAPES, 1975. P.51

abordagem fragmentada com coordenadores de cursos, docentes ou bolsistas, individualmente”¹²⁹

Na prática, isso quer dizer concretamente que a agência iria reservar quantidades de bolsas aos programas de pós-graduação, diferente do processo individualizado em que a instituição se relacionava diretamente com os candidatos. Como a relação passa a ser entre instituições, os convênios passam a ser feitos de maneira global, transferindo os recursos para um órgão central de coordenação da pós-graduação nas universidades e outras instituições. Na maioria das universidades esse órgão foi chamado de Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Esses órgãos centrais de coordenação da pós-graduação e da pesquisa nas universidades eram fruto do debate sobre a ação integrada por parte das agências, que precisavam ter um correspondente nas instituições universitárias, “uma política administrativa interna capaz de garantir estabilidade e condições propícias ao desenvolvimento do ensino pós-graduado e de pesquisa”.

Nas palavras de Darcy Closs, essa foi “A primeira grande modificação que introduzi foi acabar com a distribuição individual de bolsas; o processo passou a ser institucional, evitando a fragmentação dos investimentos.”¹³⁰

Simultaneamente criou-se, em âmbito nacional, um Programa Institucional de Capacitação de Docentes – PICD, que oferecia às Instituições de Ensino Superior – IES quotas de bolsas para capacitação pós-graduada de seus professores.

Em relação à elevação do desempenho do Sistema Nacional de Pós-graduação, a Capes deveria contribuir nas melhorias das condições de trabalho, das atividades educacionais e da produção científica. Para isso seria preciso conceber bolsas que possibilitassem dedicação integral dos estudantes às atividades da pós-graduação, propiciando condições para melhor desempenho acadêmico, qualidade de formação e redução do tempo necessário à obtenção do título. No entanto, não há uma mudança significativa sobre o aumento das bolsas de pesquisa, afastando ou atrasando os alunos que mesmo

¹²⁹ Idem, Ibid. p. 51.

¹³⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.). Capes, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2003.P.74

recebendo a bolsa ainda precisassem trabalhar para garantir o sustento de suas famílias. Essa exclusividade econômica reafirmou o elitismo na pós-graduação.

Além da dedicação exclusiva, havia uma tentativa de melhorar as condições de estudo por meio de adequada infra-estrutura física, administrativa e recursos bibliográficos. A ampliação do quadro de docentes em tempo integral efetivo, para que os orientadores ficassem à disposição dos alunos, particularmente na fase de elaboração de tese era outra preocupação considerada importante para a Capes.

Outra medida era o estímulo a maior participação dos alunos nos projetos de pesquisa e atividades profissionais mantidos pelos programas de pós-graduação. As atividades científicas compreendiam tanto a organização de linhas regulares de pesquisa, a produção de tese, a realização de trabalhos profissionais, atividades de intercâmbio e estudos sobre temas culturais, científicos e técnicos, quanto preparo e execução de projetos técnicos e organizacionais, assessoramento e desenvolvimento de sistema produtivo e gerencial bem como à formulação de planos e políticas governamentais.

Os bons programas eram reconhecidos, inicialmente, pelo número e qualidade dos alunos que chegaram a completar o curso. Mas também os que apresentavam boa estrutura física e menor distância entre proporção docentes/discentes.

A nova política de pós-graduação para ser desenvolvida de maneira satisfatória necessitava de uma ação coordenada entre a Capes e o CNPq. A reinteração de uma atuação coordenada demonstra, de alguma forma, a busca pela sincronia do sistema de ciência e tecnologia. A cooperação já praticada entre as duas entidades precisava ser ajustada, melhorada, isso de fato ocorreu, não por boa vontade dos dirigentes ou porque essas entidades não competiam entre si. O fator que possibilitou uma melhora na atuação das entidades do Sistema de Ciência e Tecnologia foi justamente a definição das funções das entidades. Mais nítidas evitavam as sobreposições e conflitos.

A relação entre o I PNPG e o II PBDCT quanto à formação de recursos humanos e a íntima interrelação entre pós-graduação e pesquisa fizeram com que o CNPq e a Capes atuassem de forma mais sincrônica.

Reconhece-se que uma das principais bases de sustentação do desempenho da pós-graduação está na promoção sistemática de docentes e pesquisadores às diferentes categorias de titulação e remuneração, cuidando também dos procedimentos de complementação e incentivos aos projetos desenvolvidos na instituição¹³¹

As funções das duas agências foram bem definidas, reservando para cada uma um papel significativo dentro da rede de ciências e tecnologia. Enquanto o CNPq seria o fomentador de pesquisa, a Capes atuaria apoiando à formação e ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Apesar de estarem atuando sobre um universo “parcialmente superpostos, a clara diferença de atribuições e de objetivos não era conflitante, antes devendo ser complementares”¹³² A semelhança dos objetivos, tanto da Capes quanto do CNPq, com relação após-graduação está justamente no fato de que neles, “a pesquisa é componente indispensável”.

Essas atribuições diferentes entre as duas entidades deveriam se somar, possibilitando “uma avaliação do desempenho do sistema de pós-graduação”. Essa avaliação seria feita através da coleta periódica de dados estatísticos enviados pelos órgãos e agências federais através das assessorias especializadas. Sobre a supervisão conjuntamente da Capes e do CNPq. Sendo assim,

(...) o CNPq e a Capes trabalharã em conjunto na análise para identificação daqueles programas de pós-graduação qualificados, segundo parecer de Comitês Assessores Técnicos-Científicos integrados por designação das duas instituições. Além disso, CNPq e Capes, em conjunto, procurarão identificar as áreas carentes de recursos¹³³

É no aprimoramento e na busca pela sincronia da atuação das duas entidades que vai ser desenvolvida e aprimorada a avaliação da pós-graduação, que vai dar notoriedade a Capes dentro da comunidade científica brasileira. A responsabilidade no processo avaliativo dos cursos de pós-graduação vai tornar a Capes não só uma agência de fomento, mas uma espécie de agência reguladora. O contexto elaboração do I PNPG, possibilitou pela primeira vez que houvesse uma unificação, ou melhor, um reconhecimento de um método avaliativo que deveria ficar sobre a responsabilidade da Capes.

131 BRASIL. I Plano Nacional de Pós-Graduação. Brasília, DF: MEC/CNPG, 1974. P. 54.

132 Idem, Ibid., p.55.

133 Idem, Ibid., p.55.

Longe de ser perfeito, o processo de avaliação da Capes promoveu uma adequação, tanto dos programas de pós-graduação, quanto das pesquisas científicas. Avaliação que foi fundamental na construção de uma cultura acadêmica brasileira. Sua importância permanece atual, sendo um dos termômetros mais importantes para as políticas públicas de ciência e tecnologia no país.

Em 18 de julho de 1974, após um mês de comando do professor doutor Darcy Closs na Capes, o decreto nº 74.299 alterou a estrutura da instituição. Para este decreto a data de fundação seria 1964, quando deixou de ser “campanha” para ser “coordenação”, ignorando sua fundação em 1951.

Essa nova legislação explicitava a articulação entre a Capes e a nova política nacional contida no Plano Nacional de Pós-Graduação. O documento legal reconhecia a emergência da pós-graduação como uma esfera de atividades específicas e estratégicas, e, por isso, deveria estar inclusa num espaço privilegiado de intervenção governamental, ocupando, dessa forma, o espaço que sempre foi reivindicado pelos seus diretores como “natural”.

As demais finalidades referem-se à promoção ou o apoio a seminários e eventos que se relacionassem com a temática da pós-graduação, além de versar sobre a questão dos acordos internacionais. Funções tradicionais da Capes.

A redefinição de seus objetivos veio acompanhada por uma profunda reestruturação interna. As deliberações passaram a serem tomadas no âmbito do Conselho Técnico Administrativo – CTA ou Conselho Administrativo – CA, que assumiu as funções do antigo Conselho Deliberativo. Esse espaço reformulado passou a ser ocupado e presidido pelo Diretor da Capes (como membro nato); por cinco representantes do MEC “preferencialmente professores de nível superior de áreas distintas do conhecimento e de diferentes regiões do país.”¹³⁴, e por três outros representantes de instituições governamentais: CNPq, SEPLAN e do Departamento de Cultural do Ministério das Relações Exteriores.

¹³⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2003. P. 62

Respectivamente: Darcy Closs, Lynaldo Cavalcante de Albuquerque, Wilson Chagas Araujo, Roberto Augusto da Matta, Camil Gemael e Mario Barbosa; bem como Jacob Palis Jr (CNPq), Pedro Calheiros Bonfim (SEPLAN) e Francisco de Assis Grieco (MRE).

Seriam atribuições do CTA, aprovar a programação das atividades da Capes antes do encaminhamento para a DAU; manifestar-se sobre propostas orçamentárias e seus respectivos planos de aplicação de recursos. O mesmo deveria ser feito no caso das prestações de contas e do relatório anual.

Era função do CTA, autorizar a celebração de convênios e acordos; propor a realização de estudos, pesquisas e programas e “homologar” os pareceres sobre a concessão de bolsas de estudo e auxílios.

Para Córdova, “a apreciação dos pedidos deixava de ser uma atribuição do colegiado, agora mais um órgão de análise e sugestão de políticas e menos um órgão ‘quase’-executivo envolvido com o ‘varejo’ institucional”¹³⁵.

A estrutura interna da Capes previa três departamentos: Divisão Técnica, Divisão de Atividades Auxiliares e Divisão de Pessoal.

A Divisão Técnica era subdividida em sete seções. Seis dessas seções seriam responsáveis pelas tarefas tradicionais que a Capes desempenhava: bolsa no país, no exterior, convênios, estatística, documentação e divulgação. A novidade era a seção de Controle e Avaliação.

Essa nova seção ficou encarregada de fazer a avaliação institucional da própria Capes, o que evidencia uma preocupação constante da instituição com seu próprio desempenho, bem como desenvolver uma avaliação do desempenho das unidades responsáveis pelas atividades de pós-graduação que fossem além dos dados estatísticos e se aproximasse na real situação dos cursos de pós-graduação, ou seja, sua função era “elaborar pesquisas avaliativas do desempenho dos programas pós-graduados e das instituições

¹³⁵CÓRDOVA, Rogério de Andrade. **Capes: origens, realizações e significações (1951-2002)**. Brasília, DF: [s.n.], 2003. (mimeografado). p.163

universitárias que os promovem” (Capes, regimento interno, 1975, art.9, paragrafo 6). A nova seção seguia claramente as orientações presentes no PNPG assim como as linhas gerais traçadas da ação coordenada da Capes e do CNPq.

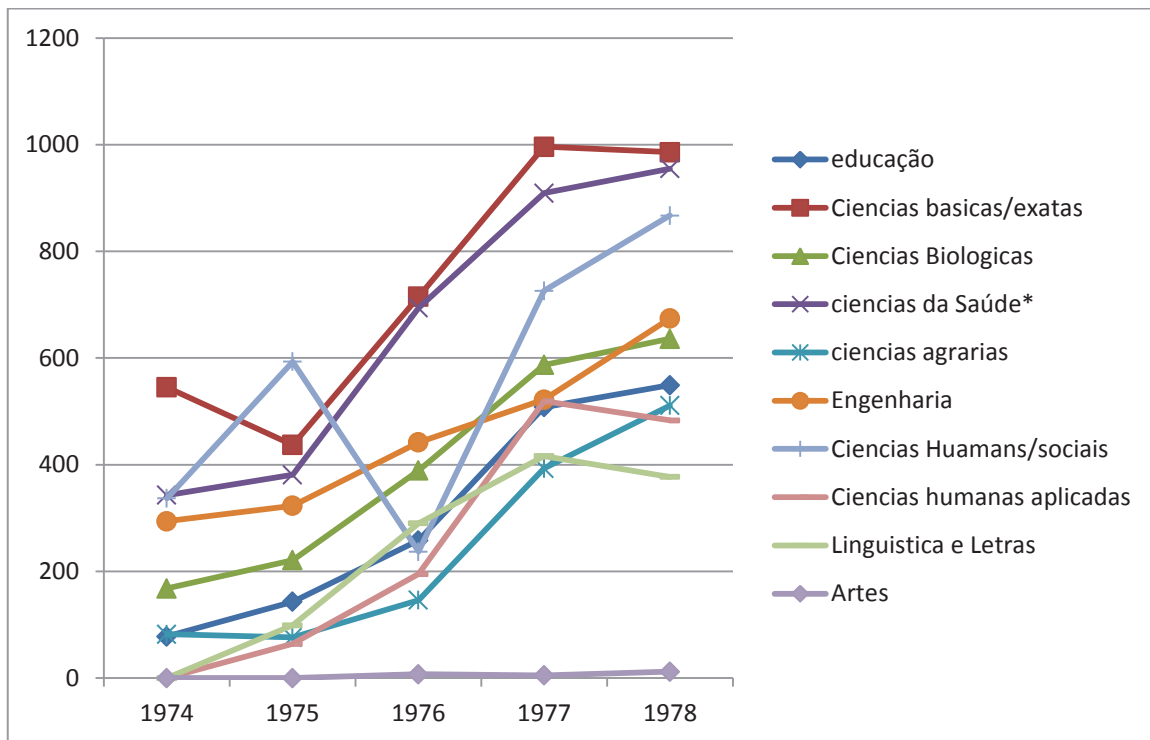
Em 1975, na ocasião da primeira publicação dessa avaliação, parte da comunidade acadêmica reagiu desfavorável ao diagnóstico e à posição indicada pela Capes. Lançada em Ribeirão Preto no estado de São Paulo, a classificação passou a ser chamada de “O livro negro da pós-graduação”, em razão da cor da sua capa, mas também pela natureza das suas revelações.¹³⁶ Mas, enquanto as ações estavam distribuídas entre as três divisões, a atividade financeira da Capes continuava sobre a administração da Fapes, praticamente nos mesmos termos do decreto anterior.

2.2.3 Os números da Capes entre 1974 e 1978

No período de 1974 até 1978, houve uma multiplicação das ações da Capes. Seus programas passam a ser aplicados numa escala até então inédita. Sendo esse também um fator de aumento do protagonismo da Capes, dentro e fora do MEC. No caso das bolsas no país há um notável crescimento, os principais destaques são as Ciências Biológicas, da Saúde, as ciências básicas e Engenharias, áreas onde houve o maior investimento, em se tratando de bolsas no país. Vale salientar que os investimentos em Ciências Humanas não foi desprezível.

¹³⁶ CLOSS, Darcy. “A Capes vista por seus ex-presidentes – Darcy Closs (1974-1979)”. In CAPES. INFOCAPES, Boletim Informativo, Brasília, Vol. 4, Nº2, Abr/Jun, 1996. p.23.

Gráfico de distribuição de bolsas no país no Período 1974/1978, segundo áreas do conhecimento¹³⁷

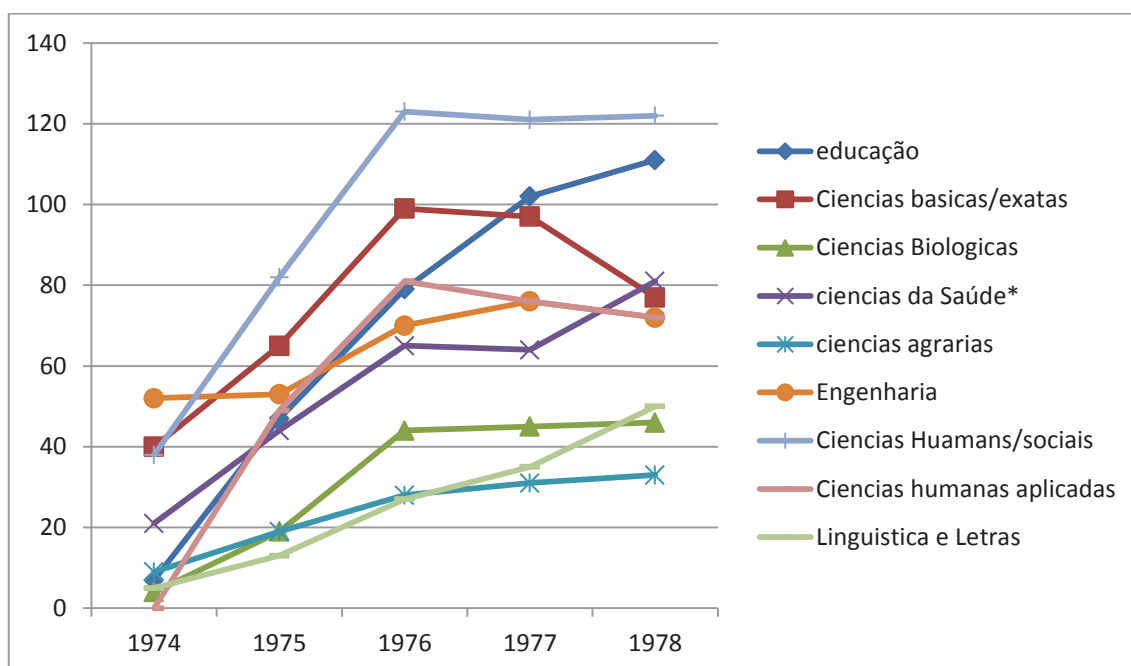


Fonte: Capes/Arquivo. Relatórios anuais.

Tomando como base o ano de 1973, quando foi concedido o total de 1.831 bolsas país, o período começa com uma decréscimo de quase 13% no ano de 1974. Entretanto, em 1975, superara marca em 8%. A ampliação atinge a marca de 117% em 1976; 204% em 1977; e 231% em 1978. Esses resultados demonstram que a Capes superou as metas previstas em 1973.

¹³⁷ O montante de bolsas em Educação no ano de 1974 foi computado em C. Humanas; **C. Exatas** inclui Física, Astronomia, Astrofísica, Matemática, Informática/ciência da computação, Estatística, Química e Geociências; O montante de C. Biológicas foi computado em C. básicas no ano de 1975; Profissões da saúde incluem em 1975 educação física.

Gráfico de distribuição de bolsas no exterior no Período 1974/1978, segundo áreas do conhecimento¹³⁸



Fonte: Capes/Arquivo. Relatórios anuais.

Se considerarmos as 162 bolsas e auxílios para o exterior em 1973, o cenário permanece praticamente inalterado em 1974, com um pequeno decréscimo, mas com um aumento brusco de 144% no ano de 1975; em 286% em 1976; 306% em 1977, até que atingi a importante marca de 360% em 1978. Em outras palavras, considerando o ano de 1973, a igualdade se mantém em 74; mais que duplica no ano seguinte; quase quadruplica em 1976, quadruplica em 77 e aumenta 4,6 no ano de 1978.

Os gráficos que demonstram o crescimento no volume de bolsas no país e no exterior possibilitam a relevante afirmação de que, mesmo após o fim do chamado “milagre econômico”, o investimento na pós-graduação brasileira continuou ascendente.

¹³⁸ O montante de bolsas em Educação no ano de 1974 foi computado em C. Humanas; **C. Exatas** inclui Física, Astronomia, Astrofísica, Matemática, Informática/ciência da computação, Estatística, Química e Geociências; O montante de C. Biológicas foi computado em C. básicas no ano de 1975; Profissões da saúde incluem em 1975 educação física.

Além da crescente aplicação quantitativa, cabe aqui registrar uma importante mudança qualitativa, tanto na forma da oferta de bolsas, quanto na forma dos acompanhamentos dos programas.

Primeiramente, as bolsas país são divididas em duas grandes categorias: as concedidas através do Programa Institucional de Capacitação Docente e as quotas destinadas aos programas que ministram os cursos, denominadas de “Demanda Social”, para serem concedidas à pós-graduação e que não eram contempladas pela modalidade anterior, sendo ou não docentes. Ao mesmo passo que os bolsistas são também caracterizados como docentes ou não-docentes, e as bolsas classificadas, como anteriormente se fazia, em bolsas novas e renovações. Desse modo, em 1974 as bolsas no país atingiram o montante de 1.601, sendo 864 delas renovações e apenas 455 delas destinados a docentes. Em 1975 foram concedidas 1.265 bolsas novas para 1.981 concessões, 1.486 para não-docentes. Nos três anos seguintes, os totais serão respectivamente, de 2.444 em 1976, 2.550 em 1977 e 2.485,95 em 1978 para demanda social, sendo que para o PICD os números respectivamente foram; a 1.530; 3.031 e 3.567.

O número de bolsas concedidas através da nova modalidade (PICD) passa a ser maior do que o número daquelas concedidas a candidatos “avulsos”, mesmo que boa parte deles fosse também docente, como se pode inferir pela natureza das bolsas concedidas (bolsas de doutorado e pos-doutorado). O que significa dizer que a modalidade preponderante de concessão de bolsas passou a ser a PICD, dando um caráter mais racional do ponto de vista administrativo e contribuindo para fortalecer institucionalmente os programas de pós-graduações.

Se foi verdade que o método de concessão havia se dinamizado, também é verdade que as análises das bolsas, feitas por nível de estudo (mestrado, doutorado, especialização e aperfeiçoamento) e por instituição de origem e de destino, se sofisticou ao ponto de se obterem estatísticas não apenas sobre a quantidade de bolsas renovadas, mas sobre o número de vezes que as renovações acontecia.

Deixando as bolsas um pouco de lado e observando os auxílios institucionais, podendo perceber também o investimento da Capes na infra-estrutura dos programas e nas pesquisas.

Em 1974 foram contemplados cerca de 164 projetos de auxílio institucional, num montante superior a 12 milhões de cruzeiros, distribuídos entre despesas de capital (equipamento, material permanente, material bibliográfico) e de custeio (material de consumo, pessoal docente e despesas eventuais). As despesas passaram de 35 milhões em 1975, somaram pouco mais de 27 milhões em 76; ultrapassaram 55 milhões em 77; e somaram 52 milhões em 1978.

Ainda caberia adicionar a categoria “auxílios institucionais” os recursos, mesmo modestos se considerados percentualmente, para viabilizar reuniões científicas e custeio de passagens para professores visitantes vindos de fora do país.

É justamente com recursos desta rubrica que a Capes contribuiu decisivamente na implantação das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação que passaram às suas interlocutoras institucionais nas Universidades. Além de ampliar tal presença, ao dar apoio aos encontros científicos por áreas do conhecimento, possibilitou as condições para que a própria comunidade acadêmica se articulasse em torno de entidades representativas de seus interesses, organizando-se como associações nacionais de pesquisa e pós-graduação, tais como ANPUH (História), ANPED (Educação), ANPOCS (Ciências Sociais), ANPAD (Administração), e outras. Progressivamente, seja pela via das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-graduação, ou pelas associações dos cursos em entidades representativas, constituíram-se e se institucionalizaram novos pólos de influências na formulação e acompanhamento da política nacional de pós-graduação.

Em outras palavras, os auxílios institucionais nesses dois formatos possibilitaram uma maior aproximação da comunidade científica com a Capes, possibilitando conseqüentemente uma maior participação da comunidade científica no processo decisório.¹³⁹

Além das bolsas e dos auxílios institucionais outras ações eram mantidas e criadas pela Capes. Como, por exemplo, o programa interuniversitário, que além de apoiar

¹³⁹ CAPES. **Novas perspectivas para o ensino superior**: operacionalização e implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação. Brasília, DF: MEC/CAPES, 1975. P. 12.

intercâmbio para atualização de docentes universitários, passou a apoiar cursos de nivelamento para candidatos aos cursos de mestrado. Em 1975 ele apoiou o PROCAPES (Programa Nacional de Capacitação de Professores de Instituições de Ensino Superior) com recursos da ordem de 4,0 milhões de cruzeiros, além de prosseguirem o apoio a cursos de nivelamento, aplicando cerca de 2,5 milhões de cruzeiros.

Quanto ao PROCAPES seu objetivo era promover, de forma sistemática, a qualificação de docentes não atendidos pela pós-graduação stricto sensu, realizando, através do país, cursos de especialização ou aperfeiçoamento nas diferentes instituições de ensino superior.¹⁴⁰

Outro exemplo importante era o programa MINIPLAN/Capes, criado em 1971, ainda na gestão de Celso Barroso Leite, o qual acabou sendo prorrogado para abranger o ano de 1974, com apoio da FINEP, que era a instituição gestora dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No ano de 1974 ele representou um significativo apoio de 1,36 milhões de cruzeiros, aumentando para 1,9 milhões em 1975, utilizado para a fixação de docentes, equipamento e material bibliográfico, cursos de revisão e atualização, bolsas e auxílios especiais.

O ano de 1977 foi especialmente fértil para os novos projetos. Foram criados o Projeto Nordeste, o Projeto Educação, o Projeto Letras e Linguística e o Projeto Enfermagem. Essas ações eram caracterizadas por sua atuação regionalizada geograficamente e setorializada academicamente, direcionando os esforços do planejamento no sentido de corrigir as distorções da “centralização” e do “espontaneísmo”. Ao Projeto Nordeste vislumbra-se a companhia dos Projetos Norte e Projeto Sul, visando corrigir deficiências de algumas áreas e estimular outras, ainda incipientes. Os projetos setoriais visavam “melhorar padrões de produtividade e racionalizar a oferta de áreas de concentração”¹⁴¹ em setores fortemente desenvolvidos (como Educação e Letras), ou fortalecer programas emergentes, como enfermagem, ajudando a constituir uma “massa crítica” que contribuisse com o desenvolvimento do país.

¹⁴⁰ CAPES. Novas perspectivas para o ensino superior: operacionalização e implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação. Brasília, DF: MEC/CAPES, 1975. P.12.

¹⁴¹ CAPES/Arquivo. Relatório 1978. p.22

Aqui novamente é possível observar o caráter desenvolvimentista e regionalista da Capes sobre a direção de Darcy Closs.

Também em 1977 foi criado o Pades (Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino Superior), cujo objetivo era apoiar a capacitação específica de professores do ensino superior nos aspectos docentes, instrucionais e organizacionais. Tratava-se de um projeto de âmbito nacional que pretendia “estimular, consolidar, divulgar e reproduzir experiências de inovação em instituições de ensino superior”¹⁴². O Pades atuou de forma articulada ao DAU e às Universidades, sendo quinze delas aderiram ao programa, apresentado como um esforço para a melhoria da qualidade do ensino, partindo do pressuposto de que tal melhoria

(...) é consequência de um processo mais amplo de mudança nos vários níveis das instituições de Ensino Superior. Não se realiza pela simples disponibilidade de professores habilitados, mas na criação de interações e complementaridades entre suas capacidades científicas e pedagógicas e os meios instrucionais, equipamento e instalações, os regimes escolares, as formas de organização acadêmicas e as próprias estruturas de administração da universidade¹⁴³

Vale destacar ainda projetos como o SIDE e BIBLUS. O primeiro tinha como objetivo a coordenação das atividades sistêmicas de uma rede de bibliotecas e centros de documentação servindo, a princípio, aos cursos de Educação, ampliando-se para a graduação e a pesquisa em geral, além de apoiar serviços de computação hemerográfica e a distribuição de teses em micro-fichas. O segundo era mais uma ação da Capes na busca por fomentar o desenvolvimento científico no nordeste. Seu objetivo era desenvolver uma infraestrutura de apoio “bibliotecológico” à pesquisa e ao ensino nas universidades nordestinas, dando apoio as suas bibliotecas centrais.

Em 1978 o PROCAPIES se transmutou em PICD-II, sistematizando e racionalizando o apoio a cursos de pós-graduação *lato sensu*. No ano de 1978 foram apoiados 67 cursos, envolvendo 1056 alunos, e distribuídos por todas as grandes áreas do conhecimento. Naquele momento, o Conselho Federal de Educação já havia regulamentado estes cursos através da Resolução n. 14/77. Era a busca por melhor qualidade do ensino superior nas instituições de pequeno e médio porte e com diferentes vinculações

¹⁴² CAPES/Arquivo. Relatório 1978. p.23

¹⁴³ CAPES/Arquivo. Relatório 1978. p.23

administrativas (em muitos casos denominados Escolas Isoladas) que, então, se haviam proliferado pelo país, sobretudo na gestão do ministro Tarso Dutra. Buscava o programa um trabalho articulado com os “Distritos geo-educacionais” para um atendimento sistemático.

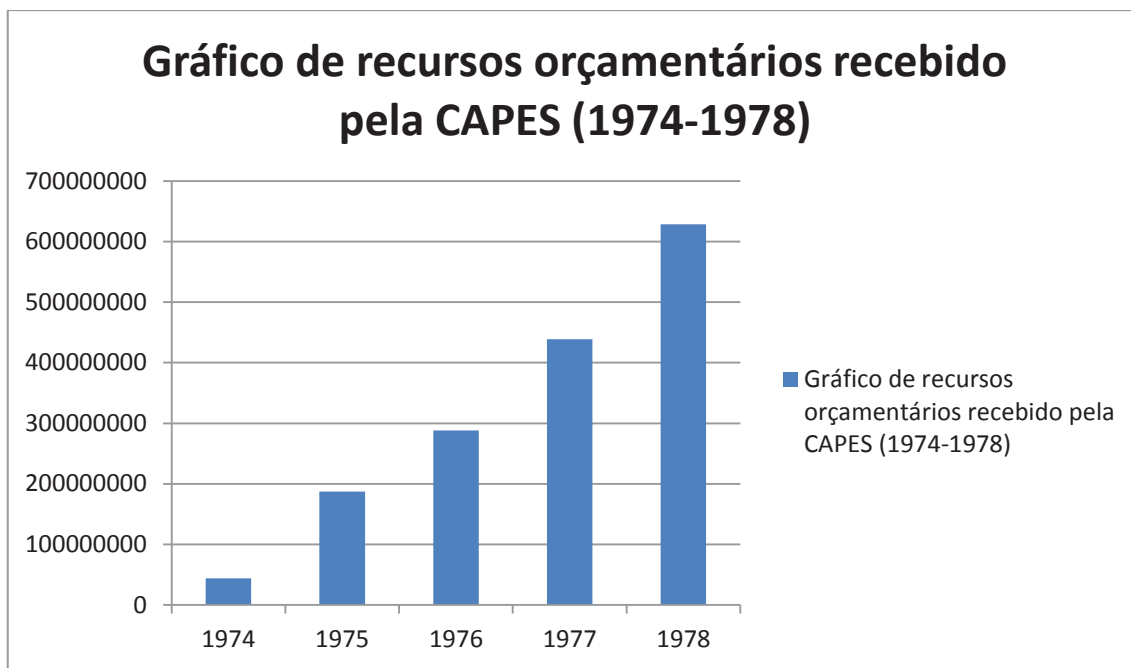
Em 1978 o projeto Nordeste gerou um adicional de 24,4 milhões de cruzeiros que foram aplicados nas universidades da região. Esse montante visava contribuir com a consolidação de programas, a racionalização na implantação de novos cursos, ajuda na formação de núcleos de pesquisa e pós-graduação, além de apoiar a estruturação das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação. Nesse mesmo ano o Projeto Nordeste celebrou dois acordos de cooperação universitária entre a Capes e a comissão do *Deutscher Akademischer Austausch Dienst* (DAAD) e com a Comissão Francesa de Avaliação da Cooperação às Universidades Brasileiras (COFECLUB). O que se desejava era diversificar formas de cooperação em programas de ensino e pesquisa.¹⁴⁴

Tanto o COFECLUB quanto o DAAD possibilitaram o intercâmbio de bolsistas. O fato dos bolsistas brasileiros envolvidos nesses acordos serem oriundos de universidades nordestinas reforça mais uma vez o perfil e a preocupação da Capes com o desenvolvimento regional, em especial com o desenvolvimento do nordeste brasileiro. Surgindo ainda fruto dessa em relação, a política de intercâmbio da ciência e da cultura brasileira, a “bolsa-sanduíche”, uma modalidade mista de bolsa, uma mistura da bolsa país com a bolsa no exterior. Nessa modalidade de auxílio o bolsista cumpre uma parte dos seus créditos educativos no Brasil e depois é enviado para o exterior para desenvolver, aprimorar ou amadurecer sua pesquisa, retornando em seguida.

Todas essas ações desenvolvidas pela Capes, entre 1974 e 1979, só foram possíveis porque existiu por parte da ditadura um investimento intensivo na área de pós-graduação. O gráfico do volume de recursos recebidos, oriundos da SEPLAM e do DAU/MEC, durante os anos de 1974 até 1978 é ascendente, demonstrando que o discurso sobre o desenvolvimento e institucionalização da pós-graduação no Brasil contava com um significativo suporte financeiro.

¹⁴⁴ CAPES/Arquivo. Relatório 1978. p.23

Vale destacar o aumento ocorrido entre 1974 e 1975. Há um aumento substancial em termos percentuais sinal importante de que junto com o discurso da racionalização e do planejamento adequado, que na área da pós-graduação se materializou no primeiro PNPG, a ditadura investiu para que as propostas ali apresentadas se tornassem realidade.



Aquivo/CAPES, 2011.

2.3 O transe para Brasília

Com a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, ainda nos anos 1960, era natural que o grosso das instituições estatais também se concentrasse no planalto central. Brasília tinha sido projetada para isso, ser uma cidade símbolo de um Brasil moderno capaz de concentrar a administração pública federal dando maior racionalidade e rapidez ao processo tanto administrativos quanto políticos. Embora a cidade tenha sido construída em tempo recorde, sua ocupação efetiva pelos órgãos ocorreu durante o regime militar. A transferência da Capes em 1974 é um exemplo.

O ano de 1974 é um marco na história da Capes, além do planejamento da pós-graduação, há a transferência física do Rio de Janeiro para Brasília. A portaria ministerial que regulamentou essa transição foi publicada em 19 de julho de 1974, sob o número 447.

Apesar de a Capes já estar em amplo funcionamento no mesmo mês em que foi decretada sua mudança, o processo de transe foi longo, pois desde meados dos anos 60 havia o interesse dos militares nessa transposição institucional.

Apesar de longo o processo de organização dessa importante mudança, a Capes foi instalada de forma provisória. Durante a pesquisa não foi possível resolver uma pequena controvérsia a cerca do local onde se instalou a instituição no primeiro momento. Para Córdova a Capes passou “a funcionar no edifício da ASCB, no Setor de Autarquia Sul (SAS)”¹⁴⁵, nas memórias de Darcy Closs a instalação foi “numa escola desativada”.¹⁴⁶

Deixando um pouco essa pequena dúvida sobre o local específico da instalação provisória em Brasília e dando mais voz ao personagem se pode perceber mais coisas sobre esse processo de mudança institucional:

A paulatina transferência física do Rio de Janeiro para Brasília, sua instalação precária numa escola desativada, a contratação de novos funcionários, porquanto a totalidade dos antigos optou pela permanência na antiga capital, treinamento dos novos funcionários e a criação de um espírito de corpo que marcou época pela dedicação e alcance de resultados obtidos na relação homem/hora e recursos orçamentários/programas administrados em comparação com outras instituições. (INFOCAPES, p.23)

Nas memórias do diretor na época, Darcy Closs, é possível identificar como aconteceu o processo de transferência da instituição. A Capes transferiu-se ao que parece para uma instalação precária, se considerar que não foi pensada inicialmente para recebê-la e ao mesmo tempo precisava recompor o quadro de funcionários, que optaram por não deixar a vida diante dos belos cartões postais do Rio de Janeiro.

A imensa maioria dos funcionários tinha origens em outros órgãos. Quando o processo de mudança se iniciou esses funcionários optaram por retornar para suas instituições de origem. Desse modo, Darcy Closs precisou montar um novo grupo de trabalho e pode fazê-lo à sua maneira.

¹⁴⁵CÓRDOVA, Rogério de Andrade. Capes, 45 anos de história. Brasília (DF), [s.n.], 1996 (mimeo). p.172.

¹⁴⁶CLOSS, Darcy. A CAPES vista por seus ex-presidentes In CAPES, Infocapes, Boletim Informativo, Vol 4, Nº 2, Abril/Junho, 1996, p.23.

Ainda nesse período de implantação em Brasília, vale destacar o papel da Finep. Como lembrou Closs: “[...] sem a Finep, a pós-graduação não teria deslanchado, particularmente na fase inicial de implantação da CAPES em Brasília.”¹⁴⁷

A mudança da Capes para o solo candango se trata de uma transição simbólica. Para a Capes era estar mais próxima da cúpula que formulava e executava a política científica e a educacional. Em Brasília já estava devidamente acentado o CNPq, além dos ministérios.

A mudança de endereço da instituição também refletia a política implementada durante a gestão de Darcy Closs. Nela o sudeste continuava sendo o principal polo de produção científica do país, mas era necessário dar mais atenção às demais áreas. O crescimento da rede de pós-graduação passou a levar em conta a descentralização da região do sudeste.

Essa descentralização na política de pós-graduação estava sincronizada com a orientação mais geral do governo militar de desenvolver áreas distantes garantindo a ocupação e o controle. Nessa mesma lógica foi criada a Zona Franca de Manaus e outras iniciativas, que contribuíram para a descentralização dos setores produtivos e construtores de conhecimento da região sudeste. O fato é que quando a Capes trocou os ares cariocas para ficar mais próxima dos traços do arquiteto ¹⁴⁸, o fez na perspectiva de ser um pouco menos do sudeste e atender outras regiões propiciando o surgimento de polos menores de desenvolvimento tecnológico e científico.

2.4 Considerações (1974-1978)

O legado deixado “[...] a Capes cresceu e ultrapassou em pouco tempo o número de bolsas do CNPq, consolidando-se como agência de pós-graduação, enquanto o CNPq voltou à sua origem de financiador de núcleos, grupos, linhas de pesquisa e projetos dos pesquisadores no país” ¹⁴⁹

¹⁴⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2003. P.77

¹⁴⁸Referência a música de Caetano Veloso “Linha do Equador” e a Oscar Niemeyer, “o ‘arquiteto’”.

¹⁴⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2003. P.77.

Ao completar dois anos e meio à frente do MEC, em setembro de 1976, Ney Braga afirmou que os recursos para a Educação haviam aumentado, em termos absolutos, quase três vezes em nove anos — de nove bilhões de cruzeiros em 1965 para 25 bilhões em 1974 —, e assegurou que o número de alunos do segundo grau atingiria 2,5 milhões de jovens até o final de 1979, o que significaria um aumento de 50% em relação a 1974. Informou também que, após a criação do Conselho Nacional de Pós-graduação, no início de sua gestão, haviam sido instalados 121 novos cursos desse nível de Ensino Superior. Disse, finalmente, que o Programa de Crédito Educativo, implantado em fevereiro de 1976, já havia obtido cerca de 180 mil inscrições no país, devendo canalizar, até 1979, dez bilhões de cruzeiros para o atendimento aos universitários carentes de recursos.

No início de 1977, Ney Braga presidiu o lançamento do catálogo do Banco de Teses de Pós-Graduação elaboradas nas universidades brasileiras e por estudantes brasileiros no exterior. O catálogo continha referências básicas de 3.016 teses. No fim do mês, em palestra no Congresso sobre o ensino no Brasil, Ney Bragadissee que ele devia propiciar, ao lado do tecnicismo necessário, algumas noções fundamentais, como, por exemplo, o respeito aos princípios democráticos.

Nessa época, voltou-se a falar de seu nome como candidato à presidência da República. Sua influência no governo federal seria dada pelo número de altos funcionários que ele havia apadrinhado quando da formação do governo: Carlos Rischbieter, ex-presidente da Caixa Econômica Federal e então presidente do Banco do Brasil, Reinold Stephanes, presidente do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Maurício Schulman, presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH), e vários outros.¹⁵⁰

Em meados de dezembro, o nome do general João Batista Figueiredo já havia sido confirmado pela cúpula governamental para ser o sucessor do general Geisel. Não mais se falou na candidatura de Ney Braga para a presidência. Em compensação, admitia-se que Ney Braga, devido a suas ligações com Figueiredo, de quem foi colega na Escola Militar do Realengo, pudesse ser o vice-presidente na chapa arenista. Ao mesmo tempo,

¹⁵⁰ REBELO, Vanderlei. Ney Braga: Política e Modernidade. Brasília, Senado Federal, 2007. P.

começou-se a falar de sua escolha para governar novamente o Paraná. O vice-presidente acabou sendo o governador mineiro Aureliano Chaves.

Em abril de 1978, Ney Braga foi o primeiro nome anunciado pelo Palácio do Planalto para compor a nova equipe de governadores, indicado para governar o Paraná. Na ocasião, Paulo Pimentel e Afonso Camargo Neto admitiram a existência de entendimentos entre a corrente liderada pelo primeiro e o grupo do ministro da Educação.¹⁵¹

No início do mês, Ney Braga havia apresentado um balanço de suas atividades no MEC ao presidente Geisel. Segundo o relatório, o número de universitários aumentou de novecentos mil para um milhão e duzentos mil nos quatro primeiros anos do governo Geisel, com a taxa de escolarização da população passando de 73,45% para 78,85%. O Programa do Livro Didático e Material Escolar passou de 32 milhões de unidades, em 1974, para 65 milhões, em 1977.

Durante a gestão de Ney Braga, foram criados a Fundação Nacional de Arte (Funarte), o Conselho Nacional de Cinema (Concine) e o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDIA). Foi reformulada a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), cujo capital aumentou de seis milhões para 80 milhões de cruzeiros entre 1967 e 1976. O Instituto Nacional do Livro (INL) lançou 253 novos títulos, totalizando cerca de um milhão de exemplares.

Como titular do MEC, Ney Braga desempenhou um papel antes de tudo político, procurando amortecer conflitos cujas raízes estavam em governos anteriores. Assim, embora as movimentações estudantis mais sérias desde 1968 tenham ocorrido em sua gestão, ele conseguiu evitar o desgaste de sua imagem nacional, orientando seus subordinados no sentido de evitar confrontos — orientação que não conseguiu ver acatada na crise da Universidade de Brasília, em 1977, quando prevaleceu a linha repressiva do reitor José Carlos Azevedo.

¹⁵¹ REBELO, Vanderlei. Ney Braga: Política e Modernidade. Brasília, Senado Federal, 2007. P.

Por outro lado, contudo, a maior parte dos velhos problemas do ensino brasileiro, como a falta de verbas e os altos índices de evasão escolar, continuou sem solução. No dia 30 de maio de 1978, Ney Braga deixou o MEC, dando posse ao secretário-geral de sua gestão, Euro Brandão, no cargo de ministro.

Em novembro de 1978, após ter sido eleito indiretamente governador do Paraná, declarou que a Lei Falcão deveria ser reexaminada, no sentido de permitir, no rádio e na televisão, “um tipo de programa político em que os partidos possam apresentar seus programas”. Defendeu a extinção da Arena e do MDB e a implantação do voto distrital misto, assim como a volta das eleições diretas para os governos estaduais, prefeitos das capitais e todo o Senado, acrescentando que a concessão de uma anistia não seria “um pré-requisito para o reordenamento político-institucional do país”.

Assim, tomou posse no governo do Paraná em 15 de março de 1979, Ney Braga.

3. Controle de qualidade

Neste terceiro e último capítulo será abordada a mudança na linha política adotada pela Capes durante os anos 1970. Como em meio à transição do governo Geisel para o governo Figueiredo a política de pós-graduação apresentada pela ditadura em conjunto com parte da comunidade científica sofrerá uma inflexão, assumindo uma postura mais restritiva em relação à rede de pós-graduação.

Para isso, será revisitado o importante debate que acompanhou a comunidade científica brasileira desde pelo menos o parecer Newton Sucupira que estabeleceu os padrões aos quais deveriam se organizar os cursos de pós-graduação.

Discutiremos como aconteceu o processo de ruptura entre o desenvolvimentismo massificador que norteou as ações da política de pós-graduação no Brasil a partir da década de 1970, e a ascensão da nova tendência que passou a vigorar, no caso da Capes, a partir da chegada de Cláudio de Moura e Castro a direção da instituição.

Também analisaremos nesse capítulo questões relativas às “cassações brancas” e as tentativas de impedir que pesquisadores identificados pela ditadura como subversivos tenham pleno acesso as políticas de fomento científico.

O ano de 1979 é o marco final desse processo iniciado em 1969 que alterou profundamente a comunidade científica brasileira. O pesado investimento ocorrido durante a década de 1970 para ampliar e institucionalizar a pós-graduação no Brasil foi fundamental na consolidação de instituições como a Capes.

Chega-se ao ponto final do “Grande Salto”¹⁵², com a compreensão de que a pós-graduação brasileira mudou de patamar.

¹⁵² SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília, DF: MCT/CEE, 2001.

3.1 Lá, no ano de 1979.

O resultado das eleições indiretas realizadas em outubro de 1978 evidenciou a debilidade da ditadura. O MDB lançou a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, que era favorável a redemocratização imediata do Brasil. Euler Bentes pertencia a setores da oficialidade do Exército que passaram gradativamente a criticar o regime. Encabeçando a chapa da situação estava o general João Figueiredo, apoiado pelos setores mais conservadores. Foi indicado pelo próprio Geisel como seu sucessor e eleito pelo colégio eleitoral. Apesar de não conseguir eleger o candidato para a presidência, o MDB estabeleceu-se como uma grande força política nacional.

Para o historiador Jorge Ferreira:

Um dos principais pontos da agenda de Figueiredo era a anistia, item fundamental para a retomada do processo político da abertura, cada vez mais sob risco de ultrapassagem do governo pelo movimento popular. Pelas ruas, salas de aula, clubes, igrejas mobilizava-se a população em torno do lema Anistia, ampla, geral e irrestrita – surgindo diariamente nos jornais uma história da cassação de algum militar constitucionalista, político legalista ou professor universitário.¹⁵³

Figueiredo assumiu a presidência em 15 de março de 1979, com uma parcela significativa da sociedade exigindo a redemocratização do país. Os mais variados grupos sociais passaram a ter maior autonomia para se organizar e vários partidos de esquerda surgiram nesse momento. A luta de massas se encontrava em ascensão desde as greves de operários no ABC paulista e o reaparecimento das mobilizações estudantis de médio e grande porte.

Movimentos sociais por todo o país passaram a atuar com reivindicações específicas, não necessariamente ligado ao fim da ditadura – movimento de bairros, movimento de mulheres, movimento de negros e de negras e movimentos de diversidade sexual – mas que contribuía para fortalecer as oposições. Sob forte pressão da sociedade, a ditadura decretou a anistia política em agosto de 1979. Mesmo restrita, a Anistia permitiu a volta

¹⁵³ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2003. p. 269.

de exilados – parte considerável entre eles de membros da comunidade acadêmica brasileira – e a libertação de militantes políticos.

Foi realizada ainda uma reforma partidária, autorizou o pluripartidarismo. Com isso, novos partidos políticos foram fundados, como o Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de Luiz Inácio da Silva, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A ditadura nem de longe apresentava o vigor que tinha acumulado em anos anteriores. Com as crescentes mobilizações e as derrotas eleitorais os críticos passaram a ver uma luz no fim do longo e escuro túnel. Nas palavras de Jorge Ferreira; “Decididamente o governo do último general-presidente perde dinamismo, a crise econômica torna-se obsedante, levando o país a decretar a moratória de suas dívidas...”¹⁵⁴

Desde 1978, a ditadura dava sinais de sua derrocada, no entanto foi a partir de 1979 que as possibilidades do fim do regime se tornavam mais nítidas. O seu enfraquecimento não se deveu apenas às questões restritamente políticas, ao que tudo indica as crises seguidas do petróleo contribuíram para tal desfecho.

Para S. Schawartzman:

A partir de 1978 – à medida em que se reduzia a disponibilidade de empréstimos estrangeiros, subia às alturas o preço do petróleo importado e que se estreitava a base política do regime militar – , entravam em colapso quase todos os grandes projetos dos anos anteriores, tais como o programa de energia nuclear, a chamada ‘estrada de aço’ em Minas Gerais, as grandes estradas de rodagem (transamazônica e Rio-Santos), os começos de uma indústria naval brasileira e, de modo particular, todas as promessas de renovação urbana, assistência social para os pobres, modernização e reformas rurais¹⁵⁵

Esse “colapso” dos grandes projetos também atingiu a rede de pós-graduação brasileira, interferindo diretamente na mudança de projeto para a pós-graduação. Já que “Após o período de expansão, passou-se com a ciência algo semelhante ao ocorrido no Brasil

¹⁵⁴Idem, Ibid, p.271.

¹⁵⁵ SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília, DF: MCT/CEE, 2001. p.311-312.

como um todo: muitas realizações significativas, muitos projetos e iniciativas interrompidos e uma incerteza generalizada sobre o futuro.”¹⁵⁶

A partir de 1979 – como será visto a seguir – a ditadura assumiu uma perspectiva de priorizar a qualidade dos cursos de pós, como uma forma de colocar em segundo plano a perspectiva da expansão das vagas nesse nível educacional, que havia sido a postura adotada nos anos anteriores.

Desta forma a ditadura acabou movimentando-se numa aproximação com a comunidade científica brasileira, desejosa por uma postura governamental direcionada pela meritocracia e não pelos interesses e projetos alheios ao universo científico.

3.2 O combatente da “sucata” da pós-graduação

A saída de Jarbas Passarinho do MEC e sua volta para o Senado provocou modificações na Capes. Com isso chegou ao fim a gestão de Darcy Closs a frente da Capes, para seu lugar foi escolhido Cláudio de Moura e Castro.

De fala polêmica, Cláudio de Moura e Castro, cunhou o termo “Sucata” para classificar alguns programas de pós-graduação no país criados no início dos anos 1970.

Cláudio de Moura e Castro formou-se em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, fez mestrado e doutorado em universidades conceituadas nos EUA. Lecionou na PUC/RJ, da EPGE/FGV, UnB, Universidade de Chicago, Genebra e Borgonha. Em 1979, se tornou dirigente da Capes a convite de membros da equipe de governo de Figueiredo.

Como seu antecessor, Cláudio de Moura e Castro já mantinha relações com a Capes. Foi seu consultor na área de Educação, por isso já compreendia a parte significativa da dinâmica da instituição.

156Idem, Ibid. p.312.

Quando assumiu, encontrou uma instituição que apresentava características interessantes, seu corpo técnico, por exemplo, “... tinha dois estamentos: a geração do Rio de Janeiro, que falava em ‘repartição pública’ e em ‘servidor’, com uma boa, embora pesada, cultura de serviço público; e os acadêmicos que tinham entrado mais recentemente.”¹⁵⁷

Ao se tornar gestor da Capes percebeu a quantidade de burocracia que envolvia tal condição. Uma gama de procedimentos que poderiam ser simplificados para dar maior agilidade e trazer maior racionalidade a instituição. Aliás, todos os dirigentes da Capes de alguma forma notaram e tentaram diminuir a pesada burocracia que envolvia os processos administrativos no estado brasileiro durante a década de 1970. O primeiro dia de Cláudio de Moura e Castro foi ilustrativo, como ele mesmo considerou:

O primeiro dia na Capes foi muito ilustrativo: cheguei no MEC sem gravata e fui logo barrado no elevador privativo do ministro, além disso, meu primeiro ato administrativo foi mandar desentupir a latrina do meu gabinete. E em meu primeiro contato com a burocracia, fui levado para ver o processamento do sistema de bolsas, como passava de uma mesa para outra, de uma mesa para outra, uma coisa chatíssima. Como não queria fazer desfeita, fiquei prestando atenção e fazendo perguntas. Em dado momento, não resisti: “Por que é necessário este papel aqui, se já existe este outro?” Resposta: “É, realmente não há necessidade.” E eu: “Então vamos acabar com ele.” O Hélio Barros disse em seguida: “Fulano, acabe com o papel.” E eliminou-se aquele papel. Era uma burocracia realmente fantástica!¹⁵⁸

A Capes assumiu um papel importante durante a década de 1970, apesar do pequeno número de funcionários. O corpo técnico da instituição foi um dos fatores que possibilitaram que a mesma atuasse de forma incisiva na institucionalização da comunidade científica, através da concessão de bolsas por programas e da avaliação dos programas. Esse ambiente foi relatado por Cláudio de Moura e Castro:

[...] era uma instituição brilhante, com uma equipe extremamente leal, do contínuo ao diretor-adjunto, todos totalmente dedicados e com particular abertura para a inovação. [...] Tudo modestinho, magrinho, pouca gente, uns 200 funcionários, sem grandes estrelas, não era um CNPq, sempre cheio de grandes cientistas [...] Levei aos poucos uma nova geração de gente intelectualmente sólida e descobri que dava para fazer coisas do arco-da-velha.¹⁵⁹

157 FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília, DF: CPDOC/FGV/Capes: 2003.p.88.

158 Idem, Ibid, p.88.

159 Idem, Ibid, p.88..

Quando o diretor chegou à instituição, tomou a iniciativa de conhecer o corpo técnico, para só depois decidir sobre o futuro desses profissionais na Capes:

Logo que cheguei, disse que não poria ninguém na rua, que estava todo mundo garantido. (...) pedi a todos os funcionários qualificados que escrevessem meia página, uma página, o que fosse, sobre o que achavam da CAPES; com isso, fiquei sabendo quem era quem, deu para fazer uma apreciação sobre a qualidade do pessoal, além de conhecer muito sobre a agência. O resultado foi um processo normal de atrito: as pessoas que não se sentiram confortáveis com o novo clima foram progressivamente saindo, e foram entrando novos, ou seja, a minha equipe, essencialmente alguns conhecidos e ex-alunos meus que tinham feito mestrado: Fernando Spagnolo, que ainda está lá, Guy Capdeville, hoje reitor da Universidade Católica de Brasília, Lúcia Guaranis, que hoje esta na Finep, Ricardo Martins, e mais um grupinho.¹⁶⁰

De perfil arrojado e provocador, Cláudio de Moura e Castro criticou abertamente a criação em massa de cursos de pós-graduação, expandindo sua crítica à “nova legislação do magistério superior”, que de alguma maneira regulamentava a carreira de professor de nível superior. Segundo essa lei, o professor-assistente era obrigado a ter mestrado e o professor-adjunto a ter doutorado.

Para C. Moura e Castro, em algumas áreas essa medida restritiva só serviria para dificultar a carreira de profissionais competentes.¹⁶¹

As críticas do diretor geral estavam baseadas em duas premissas básicas: primeiro, a existência dos cursos em áreas que apesar do mestrado e doutorado serem importantes, não conseguiam ter solidez necessária, por exemplo, nas ciências básicas. A segunda premissa é a da existência de cursos de pós-graduação que ele classificou como: “sem sentido”.

Para o Diretor C. de Moura e Castro:

(...) vencida essa etapa de expansão, a seu tempo necessária, devemos entrar agora num período de consolidação. A CAPES tem uma política muito explícita de autonomia universitária e a sua estratégia será discutir com as universidades uma agenda de consolidação dos programas necessários e

160 FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília, DF: CPDOC/FGV/Capes: 2003.p.91.

161 CÓRDOVA, Rogério de Andrade. Capes: origens, realizações e significações (1951-2002). Brasília, DF: [s.n.], 2003. (mimeografado). p.180.

fortes e a desativação daqueles que não têm condições nem razão de ser”
(Cláudio de Moura e Castro APUD CORDOVA, Rogério. 2002)

A concepção de pós-graduação de Cláudio de Moura e Castro diferia da que vinha se desenvolvendo dentro da Capes durante os anos 1970. Enquanto Darcy Closs pode ser considerado regionalista e desenvolvimentista – que junto com Jarbas Passarinho colocou a política de Pós-graduação no rol das políticas de desenvolvimento social do governo militar de Geisel – Cláudio de Moura e Castro era liberal e meritocrata, acreditava que a pós-graduação deveria ser uma etapa que poucos e bons deveriam vivenciar.

A concepção do professor Cláudio de Moura e Castro sobre o que deveria ser a pós-graduação foi sintetizada por ele mesmo, da seguinte forma:

Eu entendia que a pós-graduação não podia ter o mais remoto resquício de preocupação com **equidade, justiça social** ou **assistencialismo**; entendia que pós-graduação era a mais **pura meritocracia**, alguma coisa para formar uma elite de pesquisadores.¹⁶²

Enquanto isso, Celso Barroso Leite, diretor da Capes na primeira metade dos anos 1970, mesclava essas duas tendências presentes na comunidade acadêmica brasileira, era um intermediário que adotou ações nos dois sentidos.

Assim, a ascensão do professor Moura e Castro à direção da Capes pode ser compreendida como uma ruptura, uma virada na trajetória até então percorrida pela instituição.

A Capes entrava numa nova fase, onde a expansão passa a ser uma preocupação secundária diante da busca pela qualidade e pela formação de uma pequena camada de pesquisadores de alto nível.

Vale lembrar que toda universidade desejava mais cursos de pós-graduação, o mesmo ocorria com os departamentos que buscavam a criação de programas de mestrado e/ou doutorado. A pós-graduação era compreendida como uma ferramenta de ampliação do *status* e do capital simbólico entre a comunidade científica.

162 FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília, DF: CPDOC/FGV/Capes: 2003. p.91

No Brasil, pós-graduação passou a ser símbolo de status. Há vinte anos todos os reitores queriam um palácio à guisa de reitoria. Mais adiante, no final dos anos 60, a moda era comprar um computador. (...) Agora, o símbolo de status é a pós-graduação e tudo que é faculdade por aí quer ter seus cursos de mestrado e doutorado(Claúdio de Moura e Castro APUD CÓRDOBA p.179)

O cientista e ex-ministro da ciência e tecnologia, Sergio Machado Resende, chamou a atenção para tal questão. Para ele, a obtenção de programas de pós-graduação como forma de acessar a mais recursos financeiros teve interferência direta na perda da qualidade da pós-graduação no Brasil na década de 1970.¹⁶³

Moura e Castro, por assumir essa postura acabou se chocando com os interesses de diversos grupos de pesquisa do país. Indispôs-se principalmente com os pequenos e médios programas que buscavam ampliar o *status* científico, também entrou em um confronto particular com Linaldo Cavalcanti, um dos principais integrantes do grupo que influía no MEC a época. Linaldo Cavalcanti atuou de forma combinada e decisiva com Darcy Closs no desenvolvimento da Capes na segunda metade da década de 1970. Foi uma figura importante na centralidade que a instituição assumiu no bojo do sistema de pós-graduação e conseqüentemente responsável pelo aumento do prestígio no interior da comunidade científica.

Acumulei inimigos em vários lugares. Primeiro na **sucata**, isto é, no baixo clero da pós-graduação, essa pós-graduação de periferia, malfeita, mal arrumada, criada artificialmente, modelo trapiche. Em segundo lugar, indispus-me com o CNPq, não como instituição, mas com o Linaldo, porque tinha minhas baterias fortemente assestadas contra a péssima pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba; seu chefe de gabinete era um ex-reitor da Universidade Federal de Santa Maria, que também tinha uma sucata enorme. Eram universidades emergentes, que incharam sempre na minha alça de mira, levando cascudo e puxão de orelha o tempo todo, criando mal-estar. Havia também algumas arestas com a SESu, que queria mandar na Capes, e não mandava de jeito nenhum, pois agente não dava a menor bola para a SESu¹⁶⁴

Por isso, em 1979 ressurgiram os conflitos entre a Capes e as divisões responsáveis pelo Ensino Superior no MEC.“As relações com a secretaria de Ensino Superior do MEC [...] sempre foram as piores possíveis”¹⁶⁵

163 REZENDE, Sérgio Machado. Momentos da ciência e tecnologia no Brasil: uma caminhada de 40 anos pela C&T. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010, p.63

164 FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília, DF: CPDOC/FGV/Capes: 2003. p.101.

165 Idem, Ibid, p.98.

Diferentemente de Darcy Closs, Cláudio de Moura e Castro não participava do seletor núcleo que formulava as políticas no Ministério. O professor Moura e Castro, apesar de reconhecer os ganhos da gestão que o antecedeu, propunha uma ruptura nos rumos da instituição o que significava dizer que a nova direção não estava sincronizada com a dinâmica e com a política que era pensada no MEC.

Em suas memórias, apresenta esses atritos com as divisões do MEC responsáveis pelo Ensino Superior da seguinte forma.

[A CAPES era hierarquicamente] Semi-subordinada. Era sempre uma relação ambígua, mais na teoria que na prática; havia espaço para escapar. A CAPES era uma autarquia ligada ao mesmo tempo ao ministro e à SEsu, uma grande trapalhada.[...] A SEsu é claramente um balcão de negócios, os interesses são tão claramente fisiológicos, que só pode ser consertada *manu militari*.¹⁶⁶

Não se pode separar a competição pelo orçamento do MEC da luta por *status* científico. “Havia os embates financeiros, ou seja, a luta pelo orçamento”¹⁶⁷ acentuados pela presença de personagens com o papel de gestores das instituições de fomento que tinham concepções divergentes sobre a pós-graduação, submetidos às mesmas formas de captação de recursos.

Esses conflitos demonstram como ocorriam as relações institucionais da modernização conservadora do Estado brasileiro. Essas relações institucionais estavam fortemente estruturadas sobre relações pessoais, isso explica o acirramento das disputas entre os responsáveis pela pós-graduação.

No âmbito da concessão de bolsas, apesar das modificações anunciadas pela nova diretoria, a Capes tentou manter a concessão de bolsas num nível similar a marca do ano anterior. O ano de 1979 foram 6.862 bolsas país concedidas, sendo 2.756 bolsas desse total concedidas através do PICD I. As bolsas de PICD I – que buscavam atender candidatos oriundos do corpo docente das universidades – passou a ser concedida mediante processo interno, além dos critérios de avaliação/seleção dos próprios programas de pós-graduação.

¹⁶⁶Idem, Ibid. Pp.101-102.

¹⁶⁷Idem, Ibid. p.96.

O fato da Capes ser uma agência de fomento importante para o desenvolvimento da ciência nacional e, apesar disso, nunca ter sido dirigida por um militar, possibilita a problematização e pode contribuir com a idéia de um regime de colaboração entre civis e militares. O próprio Claudio de Moura e Castro, dirigente da Capes no período de 1979 até 1982, aparece entre os colaboradores da APEC em 1970, exemplo de civil que colaborou com as ações do complexo IPES/IBAD e com os militares.¹⁶⁸

3.3 A contradição: qualidade ou massificação

O grande debate que envolveu a Capes e a comunidade científica no ano de 1979, foi a questão da massificação da pós-graduação. A verdade é que esse debate, desde pelo menos o *Parecer Sucupira* (1965), sempre permeou a comunidade de cientistas e técnicos envolvidos com o tema da pós-graduação no Brasil.

Essa discursão foi acentuada pela mudança na direção da Capes. Cláudio de Moura e Castro recolocou o debate da natureza das políticas de pós-graduação apresentando como antítese à massificação; a qualidade, como se ambas fossem excludentes.

A escolha da qualidade como antítese da massificação não é uma simples obra do acaso. A defesa da qualidade na verdade encobria a antítese verdadeira de uma maior elitização da pós-graduação brasileira, essa sim a verdadeira contraposição da massificação.

Mas não há como negar que a crescente preocupação com a massificação da pós-graduação tenha surgido também por causa da preocupação com a qualidade dos mestrados e doutorados.

Para Sergio Machado Resende, por exemplo, ao tornar a obtenção de um programa de pós-graduação como forma de acessar mais recursos financeiros por parte dos departamentos universitários provocou desencadeou a perda da qualidade da pós-graduação no Brasil.

¹⁶⁸ LISTA DE COLABORADORES DA APEC – 1970. APENDICE D in DREYFUSS, René. 1964 – A Conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

Oferecer cursos de pós-graduação passou a ser uma condição importante à obtenção de maiores recursos financeiros. E como os órgãos de financiamento passaram a ver os departamentos das universidades com programas de pós-graduação como aqueles mais capacitados a receber recursos, esses órgãos passaram a ser responsáveis pelo processo de deterioração da qualidade da pós-graduação.¹⁶⁹

Este debate sobre se a pós-graduação deve ser ampliada ou não está intimamente ligado a concepções sobre a natureza e a função da pós-graduação. A concepção que anseia pela ampliação, pulveriza investimentos e o capital científico. Enquanto a restrição do crescimento e as ações que visam uma “maior qualidade” no sistema de pós-graduação brasileiro na prática concentrou o capital científico e os recursos, principalmente nas universidades do sudeste.

Segundo essa visão restritiva do crescimento, só deveria chegar aos cursos de pós, pesquisadores ou futuro pesquisadores que demonstraram seu alto desempenho durante a graduação. A pós-graduação seria o momento de separar os trabalhadores formados para tarefas no mercado de trabalho dos que deveriam integrar a casta de intelectuais brasileiros.

Existiu, desde meados da década de 1970, certa preocupação com a questão da “massificação” entendida como causa direta da diminuição da qualidade dos cursos de mestrado e doutorados no Brasil.

Com a massificação da pós-graduação a mística de uma comunidade de “poucos, mas bons” estava ameaçada. O que se observa durante a década de 1970 é que apesar dessas críticas aparecerem com certa frequência e de forma recorrente, o discurso que preponderou durante as gestões de Celso Barroso Leite e Darcy Closs foi o da massificação, da ampliação da pós-graduação e do uso da formação de pessoal de nível superior como tática de desenvolvimento social e regional.

Apesar dessa hegemonia do discurso da ampliação da pós-graduação, ambos os discursos coabitaram a mesma comunidade acadêmica. Na metade da gestão de Darcy Closs, a preocupação com a qualidade passou a ecoar mais nos corredores do MEC, do CFE e da Capes. Ecoou de tal forma que levou a Capes a adotar medidas que puderam

169 REZENDE, Sérgio Machado. Momentos da ciência e tecnologia no Brasil: uma caminhada de 40 anos pela C&T. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.p.63

ser restritivas da massificação, como é o caso do processo de avaliação dos cursos de pós-graduações, como vimos no capítulo anterior.

O processo de avaliação dos programas de pós-graduação aplicado pela Capes aproximava a instituição da comunidade acadêmica, principalmente das universidades (as que acumularam mais *status* científico) que indicavam membros para as comissões de áreas temáticas responsáveis pelos pareceres. A Capes colocava-se como uma instituição catalizadora do processo de avaliação, mas dividia sua responsabilidade com a própria comunidade, sendo as próprias universidades responsabilizadas por separar os “bons” programas dos “maus” programas de mestrado e doutorado.

Nas palavras de Cláudio de Moura e Castro:

A grande arma da CAPES é o seu contato estreito com a comunidade científica. A CAPES não tem funcionários para analisar em profundidade a importância dos programas de pós-graduação das diversas universidades. Cada uma delas deverá fazer suas próprias avaliações. Claro que a CAPES se reserva o direito de aceitar ou não o julgamento das universidades. Se um reitor entender que o programa de pós-graduação de sua universidade, na área de Letras, por exemplo, é excelente e deve continuar, e esta opinião contradisser o parecer da comunidade acadêmica consultada pela CAPES, então o programa será desativado. Essa, a opinião da comunidade científica, da comunidade acadêmica, será a grande força de barganha da CAPES (Cláudio de Moura e Castro Apud CORDOBA, p.180).

O processo de avaliação dos cursos de pós-graduações é um produto da tentativa de conter a tendência da massificação na rede de pós-graduação do Brasil, sinalizando para os *ethos* tradicionais do poder acadêmico que o *status quo* da hierarquia científica seria preservado.

A massificação da Educação no Brasil tem sido resultado do desdobramento da ascensão das chamadas “classes médias”. Esse setor foi, naquele momento, fundamental na pressão para a ampliação do acesso, primeiro para a graduação e depois para a pós-graduação.¹⁷⁰

As políticas educacionais formavam em termos numéricos mais profissionais, nas décadas de 1960 e 1970, do que o mercado de trabalho conseguia absorver. Essa massa

¹⁷⁰ Sobre a pressão da classe média no processo de massificação da educação ver AZEVEDO, J. Considerações sobre o Milagre Econômico Brasileiro e suas consequências face à política educacional voltada para o desenvolvimento: uma avaliação crítica. Centro de Informação sobre Política Científica e tecnológica/CNPq, Brasília, 1984. (Monografia)

desempregada e qualificada passava não somente a pressionar como também contestar a ditadura.

Desse modo, a expansão das matrículas de pós-graduação foi uma alternativa encontrada para atenuar as tensões de forma parcial. Uma resposta às aspirações de determinada faixa da sociedade.

A pós-graduação tornou-se em “mais um ‘mercado de trabalho’ ou ‘oportunidade de ganho’ para graduados desempregados”¹⁷¹ mesmo que esse “ganho” fosse pago na forma de bolsas de estudos com valores reduzidos, quando comparados aos salários recebidos pelos graduados agraciados com empregados no mercado de trabalho.

Apesar do valor da bolsa paga pelas instituições de fomento no geral ter um baixo valor quando comparadas aos salários pagos a um trabalhador com graduação, não podemos destacar que há uma mística interna e inerente à comunidade acadêmica que é legitimada pela sociedade. Mesmo assim, quando os mestrados recém-saídos da graduação (parcela significativa dos concorrentes as vagas de pós-graduação no Brasil) encontravam a possibilidade de um emprego no mercado de trabalho formal, com certa frequência, abandonavam a pós-graduação.¹⁷²

O que significa dizer que a pós-graduação nos anos 1970 se configurava mais como um estado transitório do trabalho e menos como um formador do corpo docente universitário brasileiro, contrariando a orientação da política de pós-graduação no Brasil. Essa afirmação está sustentada no seguinte trecho da obra de Elionora M. C. de Barros:

1 - O elevado número de candidato procedentes diretamente da graduação (70%, conforme estatística do MEC - 1973); 2 - a alta taxa de evasão nesse grau de ensino (período 1971/73: 14,6% se titularam; 10,8% concluíram integralmente; 29,8% não completaram os créditos; 17,7% completaram os

¹⁷¹ AZEVEDO, J. Considerações sobre o Milagre Econômico Brasileiro e suas consequências face à política educacional voltada para o desenvolvimento: uma avaliação crítica. Centro de Informação sobre Política Científica e tecnológica/CNPq, Brasília, 1984. (Monografia), p.34.

¹⁷² BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. Política de pós-graduação no Brasil (1975/1990): um estudo da participação da comunidade científica. São Carlos: EdUFSCar, 1998. P.135

créditos mas não a dissertações/tese; 10,8% desistiram do curso; 2,9% foram eliminados; e 13,4% sem informação).¹⁷³

Considerando que o processo de massificação da pós-graduação nos anos 1970 foi fruto da pressão das “classes médias”, como afirmam Azevedo (1984) e Barros (1998).

Em 1979, com a chegada de Claudio Moura e Castro a discussão sobre massificação ou qualidade, sofreu uma reviravolta importante. Claudio de Moura e Castro e seu perfil liberal, apresentou a frente da Capes uma compreensão elitista e extremamente meritocrática da organização da ciência e da tecnologia, isso fez com que a instituição oscilasse do desenvolvimentismo das gestões anteriores para uma postura mais liberal e de atenção para os grandes centros produtores de ciência e tecnologia. Dessa forma, a Capes passou de fomentadora da ampliação da rede de pós-graduação para uma ferramenta de freio e de medição da qualidade.

Apesar de Cláudio Moura e Castro ser um defensor feroz da meritocracia em detrimento da “equidade social”, a defesa de mecanismos mais meritocráticos era desejada por uma parcela considerável da comunidade científica. Durante a constituição do sistema de ciência e tecnologia brasileiro houve a convivência conflitante entre as “necessidades nacionais” e a meritocracia.

Como bem observou Elionora Maria de Barros, em sua análise:

A questão meritocracia vs prioridades nacionais nunca chegou a um denominador comum, valendo lembrar o decisivo papel da comunidade científica, francamente favorável ao aspecto da meritocracia, coerente com a postura de defesa da autonomia da pesquisa que, no seu entender, se contrapõe ao atendimento de interesses nacionais ‘ditados’ pelo Estado.¹⁷⁴

O debate sobre a qualidade suplantou o discurso da massificação, da ampliação e do crescimento da rede de pós-graduação. Essa transformação de alguma forma tem correspondência também na macro-política brasileira naquele período, o fim do governo de Geisel de caráter desenvolvimentista e o início do governo Figueiredo, um governo mais frágil diante de uma ditadura em crise.

¹⁷³ BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. Política de pós-graduação no Brasil (1975/1990): um estudo da participação da comunidade científica. São Carlos: EdUFSCar, 1998. P.135

¹⁷⁴BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. Política de pós-graduação no Brasil (1975/1990): um estudo da participação da comunidade científica. São Carlos, EdUFSCar, 1998. p.139.

O processo avaliativo desenvolvido e aplicado pela Capes aos programas de pós-graduação ganhou grande importância dentro do sistema de ensino superior brasileiro. Orientando e dando legitimidade a grupos de pesquisas, universidades e pesquisadores. Com o advento da avaliação do sistema e o fim do crescimento em massa, o produtivismo passou a ser ainda mais importante, tornando-se um elemento organizador da vida intelectual no Brasil.

Esse produtivismo está intimamente relacionado com a busca pela excelência e com o processo avaliativo da Capes, já que atingir as metas propostas significava adquirir mais *status* científico e mais recursos financeiros.

O discurso sobre a produtividade torna-se ainda mais importante nessa nova fase da Capes, apesar de estar presente em toda a década de 1970, como se pode observar no crescimento significativo das publicações da ciência brasileira.

(...) a ciência brasileira também cresceu na esteira da década de 1970. Em termos de produção científica, tal como refletia no *Science Citation Index*, o Brasil ocupava em 1973 o 31º lugar no globo e o 4º no terceiro mundo com cerca de 0,25% dos artigos publicados em todo o mundo. Em 1978, o Brasil já havia atingido o 2º lugar no terceiro mundo, após a Índia, e o 25º no âmbito mundial. O número de artigos publicados na literatura internacional se elevou de 812 (em 1973) para 1060 em 1978) e para 1551 (em 1980), isso correspondeu a um aumento significativo em termos de peso internacional ¹⁷⁵

Esses números robustos, no entanto, escondem uma fragilidade importante. A produção científica no Brasil reproduziu o modelo de concentração econômico, apesar das iniciativas em meados da década de 1970 de tentar fortalecer núcleos acadêmicos que não estavam no sudeste. Como observou S. Schwartzman:

Reproduziu-se no Brasil o modelo de concentração da produção científica predominantemente no cenário internacional. Somente cinco instituições produziram em 1982 cerca de 43% de todos os artigos, livros e comunicações científicas pesquisadas pela CAPES, 43,6% de todos os artigos de brasileiros publicados em revistas especializadas internacionais e 70% de todos os artigos brasileiros citados no *Science Citation Index* para o período 1973-1978” ¹⁷⁶

¹⁷⁵ SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a Ciência; A formação da comunidade científica no Brasil. Brasília, MCT/CEE, 2001. P.312

¹⁷⁶ SCHWARTZMAN, Simon. Um espaço para a Ciência; A formação da comunidade científica no Brasil. MCT/CEE, Brasília, 2001. P.312

A política apresentada por Cláudio de Moura e Castro só contribuiu para uma maior concentração dessa produção. As tentativas de construção de experiências regionais que pudessem originar centros importantes de pesquisa fora do eixo das grandes instituições universitárias perderam relevância. A meritocracia venceu a “equidade”, a “qualidade” venceu a “massificação”.

3.4 Em busca das “Cassações Brancas” ou “Veto Ideológico”

A chegada de Cláudio de Moura e Castro a Capes tem uma relação com o clima de reação à ditadura brasileira. Ao que tudo indica, Cláudio de Moura e Castro foi o segundo nome cotado para assumir o cargo. O primeiro nome teria declinado ao convite de assumir a direção por causa da existência de “veto ideológico” na concessão das bolsas e dos auxílios.

(...) fiquei sabendo que meu nome foi o segundo; o primeiro a ser escolhido foi o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, da UnB, que impôs como condição para assumir a direção da CAPES a eliminação do **veto ideológico na concessão de bolsa**. O Portela disse que não tinha a mais remota possibilidade de fazer isso, e saíram buscando outro nome; acharam o meu, não sei como. Acredito que Dionísio Dias Carneiro, que tinha sido indicado para a Finep naquele momento, possa ter influenciado. Sei que recebi o convite e aceitei.¹⁷⁷

Esse tipo de perseguição foi chamado de “**cassações brancas**”, para diferenciar das cassações tradicionais, ocorrendo por vias aparentemente normais, mas que de forma subjetiva levam em consideração critérios políticos. Em outras palavras:

Essa forma de perseguição [“ Cassações Brancas”] foge às estatísticas e às possibilidades de mensuração. Não pode ser descrita através dos processos formais movidos pela ditadura militar contra cidadãos comuns ou militares, nem tampouco como os que podemos identificar nas listas de "mortos e desaparecidos.”¹⁷⁸

Há indícios de que alguns candidatos submetidos à avaliação técnica do Conselho Deliberativo da Capes podem ter sido vítimas das cassações brancas. Porém a

177 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2003. P.88

178 CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e Política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade de brasileira de físicos**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História da Ciência), UFBA, 2005,p.140.

dificuldade com objeto tão sutil como as “cassações brancas” não permite ser conclusivo. A compreensão do funcionamento das cassações brancas com seus vetos ideológicos ainda aguarda a abertura dos arquivos das divisões de segurança dos ministérios e demais órgãos estatais e estudos mais detalhados.

Os procedimentos de triagem política dos membros da comunidade acadêmica, entretanto, foram descritos pelo Dr. Castro:

O candidato preenchia dois formulários de pedido de bolsa: um ia para os consultores e o outro para o SNI. Após analisar o processo, a primeira coisa que os consultores faziam era dar com a língua nos dentes: ‘Nós aprovamos’. Quando vinha o veto ideológico – não podíamos dizer que era veto ideológico – e dizíamos que o pedido não tinha sido aprovado, os consultores diziam: ‘Não, senhor, nós aprovamos!’ Criava-se uma situação extremamente desagradável.¹⁷⁹

Quem também descreveu processo semelhante dentro da Capes foi a professora Suzana Gonçalves, diretora da instituição em 1964, que foi a interventora da Capes pós-afastamento de Anísio Teixeira e Assessora de Programas em 1970.

O governo Costa e Silva realmente endureceu, mas o seguinte foi pior, o do Médici. Apesar de seu ar tranquilo, seu governo foi o pior de todos, inclusive com sacrifício de vidas. Quando voltei a CAPES, como Assessora de Programas, o agente do SNI não era mais aquele professor do período inicial, mas um militar (...). Para mostrar eficiência [o agente do SNI em 1970], fez um questionário: tínhamos que preencher o nome do bolsista, sua proveniência, seus compromissos com a CAPES. Depois, para serem respondidas pelo bolsista, vinham umas perguntinhas, entre as quais uma totalmente risível: ‘Gosta de música? Quais são seus autores preferidos?’ Obviamente, se fosse comunista de verdade, só responderia Mozart Beethoven, porque era escolado, mas se não fosse e escrevesse Geraldo Vandré, estaria perdido. Como baixou o nível, que coisa incrível!¹⁸⁰

Ambos os relatos são indícios importantes da existência de como se processava as “cassações brancas” nos governos militares. Tanto o relato de Suzana Gonçalves, quanto o de Cláudio de Moura e Castro, são coerentes com o processo descrito pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2008) em relação ao Serviço Federal de Informações e Contra-Informações - SFICI. Vale salientar que a criação da DSI no MEC foi posterior à saída de Suzana Gonçalves da Capes em 1966. Já o momento do seu retorno à instituição corresponde ao momento da criação das AESI, em 1970. Ano

¹⁷⁹ Idem, Ibid. p. 53

¹⁸⁰ Idem, Ibid. p. 53

emblemático para ditadura que sobe o comando de Médici chega aos mais elevados níveis de repressão – com o uso excessivo do AI-5 – e aos elevados índices de crescimento do PIB brasileiro.

Na contramão dos depoimentos de Suzana Gonçalves e de Cláudio de Moura e Castro, está o relato de Darcy Closs: “... a Capes tinha em seu quadro um representante do SNI, mas seu papel jamais interferiu no processo decisório dos Comitês.”¹⁸¹

As “cassações” utilizavam como método a desqualificação dos candidatos ao pleito, evitando dessa forma que indivíduos considerados “subversivos” fossem beneficiados pelas políticas do Estado. Dificultando conseqüentemente as carreiras desses profissionais, já que o desenvolvimento da ciência brasileira está intimamente ligado as ações estatais.

O historiador José Eduardo Ferraz Clemente (2005), ao estudar a perseguição política no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura brasileira, identificou o modo como os militares agiam e quem eram esses professores perseguidos. Os militares dificultavam o trânsito internacional dos professores, não concediam bolsas para os considerados “subversivos”, além dos processos administrativos internos.

Há dois casos interessantes levantados pelo José E. F. Clemente que ajudam a construir a narrativa das restrições, das barreiras, das perseguições e do veto ideológico encontrados por pesquisadores considerados “críticos” do regime. Acredita-se que parte da experiência compartilhada em sua tese pode contribuir com o processo de compreensão das cassações brancas no interior de outras instituições de pesquisa e fomento no período da ditadura, inclusive a Capes.

Tais perseguições políticas no Instituto de Física [da UFBA] revelam-se como sendo um microcosmo das perseguições ocorridas em todo o país, em particular nas Universidades dos expurgos, das demissões, das prisões e das torturas levadas a cabo pela ditadura militar contra a sociedade brasileira, em especial contra pesquisadores e professores universitários.¹⁸²

¹⁸¹ Idem, Ibid. p.79.

¹⁸² CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e Política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade de brasileira de físicos**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História da Ciência), UFBA, 2005. P. 11.

Essas “dificuldades” encontradas por acadêmicos que eram observados com desconfiança pelos órgãos de segurança da ditadura, são indícios que apontam no sentido de que tais processos de perseguições políticas conviviam lado a lado com o aumento nas cifras destinadas ao fomento científico.

Alguns casos dessas “cassações brancas” foram abordados por José E. F. Clemente, dentre estas está à trajetória do físico e engenheiro civil José Maria Filardo Bassalo. Após ser preso depois de uma revista coletiva na CRUSP¹⁸³ e ser solto em 1968 enfrentou dificuldades anos mais tarde para completar seu mestrado em Paris, onde se encontrava seu orientador.

Durante o seu mestrado, recebeu um convite do professor P. Barchewitz, do *Laboratoire d’Infrarouge, Faculte de Siences*, Orsay, em Paris, para realizar um trabalho que resultaria na conclusão da sua dissertação. O seu orientador, o professor Mauro Sérgio DorsaCattani, encontrava-se em Orsay realizando pesquisas sobre: "Forma de Linhas Espectrais" que, por sua vez, era assunto de sua tese de mestrado. Sua expectativa foi frustrada, pois a solicitação de bolsa de estudo que fez ao CNPq só saiu depois que seu orientador já havia retornado ao Brasil. Em razão de tais dificuldades de sair do País para dar continuidade aos seus estudos, o professor Bassalo e seu orientador decidiram que os mesmos deveriam ser realizados na USP. E assim foi feito. Concluiu o mestrado em 1973 e o seu doutorado em Física pela USP, em 1975.¹⁸⁴

As dificuldades encontradas por ele não cessaram após a conclusão do doutorado;

... tentou fazer a sua segunda viagem a Orsay, desta vez para realizar seu pós-doutoramento. Conseguindo a tão sonhada bolsa do CNPq, esbarrou-se nos serviços de "inteligência" da ditadura. O Serviço Nacional de Informações (SNI) argumentava que pelo fato do professor Bassalo ter morado no CRUSP, e por ter sido preso naquela ocasião, tornava-o um "elemento" subversivo. Consideravam-no responsável pela direção de um núcleo comunista em Belém. O resultado foi a não concessão da licença para a viagem por parte do Ministério da Educação (MEC) para a realização de seus estudos.¹⁸⁵

Na sua terceira tentativa, em 1978, mais uma vez a impossibilidade de viajar,

Dessa vez o convite foi feito pelo professor H. Van Regemorter, do Observatório de Paris, em Meudon. Realizaria estudos em "Forma de Linhas Espectrais", com o professor Cattani. Novamente com bolsa, o seu pedido de licença fora mais uma vez negado. Dessa vez a justificativa dada foi mais interessante ainda. Verificou-se que o professor Regemorter era considerado

183 Conjunto Residência Universitário da USP.

184 CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e Política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade de brasileira de físicos**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e Historia da Ciência), UFBA, 2005, p.145.

185Idem, Ibid, p.147.

"persona non grata" pelos militares, pois esse tinha cometido o "pecado" de assinar um manifesto contra a presença dos Estados Unidos no Vietnã.¹⁸⁶

Há outros casos como o do físico Roberto Max de Argollo¹⁸⁷, ativista político membro do PCB, foi um dos principais responsáveis pelo programa de pós-graduação em Geofísica que se implantaria na Universidade da Bahia. Argollo foi preso na Bahia, na ocasião da primeira leva de prisões em 1964, onde funcionários públicos, sindicalistas, políticos e militares ligados a Jango ou ao PCB foram perseguidos e presos.

Em 1975, uma nova prisão. O professor foi sequestrado e torturado, o que motivou tal ação eram as suspeitas da reorganização do núcleo do PCB no Brasil.¹⁸⁸ Depois de dois anos na prisão foi libertado sob condicional. Ao sair teve que enfrentar um processo administrativo interno, impetrado pelo então reitor Augusto Mascarenhas, afeito às normas do regime. A ameaça de voltar para o cárcere só cessou em 1979 com a anistia.

Igualmente relevante, como ressaltou J. E. F. Clemente é a trajetória do professor Paulo Miranda, que levantou a suspeita dos militares porque se graduou e adquiriu o grau de mestre na *Universidade de Amizades dos Povos – Patrice Lumumba* (UAPPL) em Moscou, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). “Ao retornar ao Brasil, em 1970, ingressa na Universidade de São Paulo, onde foi Professor Assistente do Instituto de Física até 1972, quando então se transfere para o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia.”¹⁸⁹

Em 1973, começava um longo processo de perseguição política que terminaria na demissão sumária do professor Paulo Miranda das atividades docentes e das funções administrativas que então desempenhava no Instituto de Física da UFBA, cinco anos mais tarde.

Resumindo:

186Idem, Ibid, p.145-146.

187 Roberto Argollo era colaborados de José Walter Bautista Vidal, que era professor no Instituto de Matemática e Física da Ufba e membro do conselho técnico e científico da Capes.

188 Ver TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir(orgs.). **O que resta da Ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 261

189 CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. ”Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979)” In Revista da SBHC, Rio de Janeiro, V.4, n.2, p.129-145, jul/dez, 2006.

Para exercer certo controle efetivo da população intelectual, após a tomada do poder, o governo fez abater sobre a Universidade, através de pressões e repressões de diferente ordem, todo um processo castrador do pensamento, tendo a área de História, entre outras, sido vítima de IPMs, de triagem ideológica, de cassações e aposentadorias compulsórias, de prisões e intimidações (...). O serviço do MEC, por sua vez, exerceu eficientemente o controle sobre a distribuição de recursos das diferentes agências, no sentido de não contemplar com bolsas para o país e o exterior todo aquele que tivesse seu nome registrado nos arquivos do SNI. Da mesma maneira se procedia em relação ao financiamento de projetos de pesquisa, de cursos e reuniões científicas, etc.¹⁹⁰

Para a ditadura, o professor com envolvimento com grupos de esquerda, que viveram parte de sua vida no leste europeu ou na própria URSS precisavam ser desincentivados a continuar na Universidade. A figura do “professor subversivo” precisava ser vetada pelos órgãos de fomento científico e em caso de alguma viagem acadêmica ao exterior, ignorado pelos órgãos ligados a embaixada brasileira.

Essa forma de perseguição política elaborada pelo governo militar, silenciosa e difícil de rastrear passou a ser usada com alguma frequência para perseguir os intelectuais e pesquisadores brasileiros no pós-1969. Os indesejados tiveram suas vidas dificultadas pela tecno-burocracia estatal da ditadura.

A devassa na vida dos profissionais era feita a partir das informações acumuladas nos órgãos de segurança, no caso da comunidade acadêmica essas informações estavam sobre posse das AESI e da DSI.¹⁹¹

A denúncia da Sociedade Brasileira de Física em 1978 é outro indicativo importante de como as “Cassações Brancas” aconteciam:

Nos últimos meses, uma forma mais sutil de repressão, atingindo um número crescente de pessoas ligadas ao meio universitário, passou a ser denunciada por organizações científicas, como a Sociedade Brasileira de Física. O professor ou pesquisador não é mais preso ou aposentado e, muitas vezes, nem mesmo perde o seu emprego. Simplesmente lhe são negados certas condições essenciais para o exercício pleno da sua profissão. As chamadas cassações brancas ocorrem de várias formas: (...) Um pesquisador ou bolsista que deseja viajar ao exterior é obrigado a entregar um formulário preenchido com noventa dias de antecedência, onde devem constar informações curiosas, como por exemplo, as suas residências anteriores desde a idade de 18 anos. Já houve casos de pessoas que se esqueceram de listar um local de residência

190 José Roberto do Amaral Lapa. História e Historiografia: Brasil pós-1964. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. P.30-32.

191 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Os olhos do regime militar nos campi – As assessorias de segurança e informações das universidades” In Topoi, v. 9, n. 16, Jan-Jun. 2008, p.37.

e tiveram o formulário devolvido. No caso de um pesquisador visitante estrangeiro, os formulários são ainda mais peculiares – há alguns quesitos que no fundo exigem a declaração das preferências políticas do visitante...¹⁹²

Essa era a forma sorrateira e cínica que os militares haviam chegado para desprestigiar a pesquisa de membros da comunidade científica que fossem considerados “subversivos” pela ditadura. Sem os estardalhaços de aposentadorias coletivas como aconteceu na USP pós-AI-5, os militares aprenderam a desincentivar os pesquisadores indesejados se utilizando do próprio instrumento que tinham nas mãos; as agências de fomento a pesquisa, dentre elas a Capes.

Segundo o depoimento do professor Cláudio de Moura e Castro, o desuso do “veto ideológico” na Capes teria ocorrido após acordo com os militares.

Poucos meses depois de eu assumir, o Guilherme de laPeña, que tinha fortes ligações militares, me disse: ‘Esse negocio de veto ideológico a gente resolve com a maior facilidade. Tenho um conhecido no SNI, o coronel Nini, que é uma maravilha e resolve isso num instante’ Era, nada mais nada menos, que o então coronel Newton Cruz.[...] os vetos ideológicos eram mais ou menos 5% do total. Ele [Coronel Newton Cruz] aí pegou um processo e disse: ‘Olhem essa figura aqui: quer dinheiro do Brasil para fazer um doutorado em ciência política na Inglaterra. Vai é falar mau do Brasil. Não há nenhuma razão para financiá-lo.’ Foi então que eu disse: ‘Coronel, pense o seguinte. São todos professores universitários, que vão dar aulas pelo resto da vida. Há duas opções: eles ganham a bolsa, vão para o exterior, vão levar uma vida de cão; se quiserem falar mal do Brasil não vão ter quem os ouça, porque estão todos estudando, com medo de levar bomba no doutorado. Passarão um tempo escrevendo a tese e vão voltar satisfeitos. A segunda opção é muito pior. Todos eles sabem que receberam um veto ideológico; como vão ser professores por mais de 20 ou 30 anos, vão passar o resto da vida falando mal do Brasil e do Governo Militar. Portanto não é um bom negocio vetar essas pessoas’ Ele resistia, resistia. Depois de 40 minutos de uma conversa difícil, o Nini disse: ‘Dr. Castro, o senhor tem razão no que falou. Só que tem uma coisa: o SNI não veta, só recomenda que não se conceda a bolsa. Vamos fazer o seguinte: nós continuamos não recomendando alguns, mas o senhor dá a bolsa assim mesmo.’ Acertamos com DSI [...] e acabou o problema; nunca mais houve veto ideológico.¹⁹³

Acredita-se que esse tipo de acordo só pôde ser possível pela conjuntura política do governo Figueiredo. A ditadura já apresentava em 1979 sinais de declínio.

192 Sociedade Brasileira de Física. *Cassações Brancas*. Boletim Informativo, nº 4, ano 9, 1978. p.165.

193 FERREIRA, Marieta de Moraes & MOREIRA, Regina da Luz (Org.). CAPES, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília. CPDOC/FGV, Capes. 2003. p.98-99.

3.5 Autoritarismo e o desenvolvimento científico e tecnológico

Sobe 1964 e 1985 há uma extensa bibliografia que aborda o caráter autoritário da ditadura e sua oscilação: ora se apresentando de forma mais branda, ora agindo de forma mais violenta e autoritária.

Independente de seus movimentos oscilatórios, a ditadura brasileira foi um caso típico de governo cuja ênfase estava na autoridade do Estado, que era legitimado por manobras políticas e não possuía legitimidade legal. A propaganda massiva do regime e a ação de repressão dos críticos eram maneiras de garantir a sua integridade.

Nesse sentido, há uma relativa liberdade para aqueles que colaboraram e pactuaram com as políticas desenvolvidas, mas o debate de ideias era restringido aos espaços onde pudessem ser vigiados e reprimidos, caso fosse considerado necessário pelas autoridades.

Nessa conjuntura política caracterizada pela tutela e pela intervenção se desenvolveu o forte processo de institucionalização da ciência brasileira. As transformações demonstradas pelo desenvolvimento institucional da Capes evidenciam e contribuem para a compreensão desse processo.

Neste ponto é necessário discutir até onde o desenvolvimento da tecnologia e da ciência é influenciado por conjunturas políticas externas ao ambiente científico. Essa questão apesar de muito debatida persiste como um problema relevante no âmbito da historiografia da Ciência.

As questões que serão levantadas abaixo tiveram como objetivo discutir a relação entre a conjuntura política do Estado e o desenvolvimento científico brasileiro nos anos 1970, com destaque para a institucionalização da pós-graduação e para o desenvolvimento da Capes enquanto instituição de fomento.

A institucionalização da pós-graduação durante a década de 1970, ou seja, do desenvolvimento da ciência em um regime autoritário, não encontra correspondência nas noções amplamente enraizadas no senso comum.

Segundo tais noções, a ciência só encontra terreno fértil para o seu pleno desenvolvimento em um regime democrático, onde o debate de ideias acontece livremente sem qualquer tipo de ameaça à integridade física dos envolvidos, ou seja, em uma forma de governo que não se encaixe nos moldes do autoritarismo.

O postulado em que o desenvolvimento científico depende de um sistema político democrático não é exclusividade do senso comum. Essas ideias também podem ser encontradas de uma forma mais refinada, é claro, em trabalhos de acadêmicos de envergadura como é o caso de dois importantes ícones intelectuais do século XX: o filósofo austríaco Karl Popper e o sociólogo estadunidense Robert K. Merton.

O contexto social e histórico onde ambos formularam seus postulados contribuiu para que chegassem a tal avaliação da relação entre a ciência e o totalitarismo/autoritarismo.

Segundo Olival Freire Jr.¹⁹⁴ há, tanto em Popper, quanto em Merton uma forte influência dos acontecimentos políticos que ocorreram entre os anos 1930 e 1950. Período de forte polarização política, que marcou definitivamente o século XX. Basta dizer que nesse período ocorreu a ascensão do nazi-fascismo, a “Segunda Guerra Mundial” e a “Guerra Fria”.

Em seus escritos, Robert Merton indicou que o desenvolvimento científico era incompatível com o nazismo. No contexto posterior, da Guerra Fria, sua mensagem foi interpretada e estendida ao regime stalinista na URSS.

Na sua argumentação, a autonomia da comunidade científica seria regulada por um *ethos* constituído de normas (universalismo, comunialismo, desinteresse, ceticismo organizado), as quais seriam, por princípio, incompatíveis com regimes autoritários.¹⁹⁵

¹⁹⁴ FREIRE JR, Olival. Sobre a relação entre Regimes políticos e Desenvolvimento científico: Apontamentos para um estudo sobre a História da C&T durante o Regime Militar Brasileiro. In: **Revista Fênix**, v. 4, Ano IV, nº 3, 2007.

¹⁹⁵Idem. Ibid. p.4.

Percorrendo caminhos semelhantes, Karl Popper formulou a noção da impossibilidade de separar a democracia política da ciência, sendo a existência da primeira condição *sine qua non* para o desenvolvimento da segunda.¹⁹⁶

Essa formulação, assim como a de Merton, também foi concebida sobre a experiência do nazi-fascismo e a partir da década de 1950, estendida ao regime de Moscou.

O famoso *Caso Lysenko*, amplamente divulgado no ocidente como parte da propaganda anticomunista contribuiu para fortalecer o postulado de Popper e Merton em relação à URSS. Trofim Denisovitch Lysenko foi incentivado pelo stalinismo a promover o desenvolvimento da genética na URSS. No entanto, Lysenko ao propor uma “biologia socialista” em antagonismo à genética clássica, ou melhor, ao “mendelismo-morganismo reacionário”, promoveu a exclusão da genética do rol das ciências e de parte significativa dos geneticistas da vida soviética do pós Segunda Guerra.

Além de Merton e Popper, dois grandes pilares nesse debate sobre a relação entre ciência e democracia, há autores na historiografia da ciência que, apesar de se diferenciarem em pequenos aspectos, continuam a reproduzir ideias similares.

Olival Freire Jr. identificou a reprodução desse postulado em Helger Kragh, autor do importante “*Quantum Generations*”¹⁹⁷ e de “Introdução à Historiografia da Ciência”¹⁹⁸.

Kragh dedicou um capítulo de seu livro *Quantum Generations* ao tema “Física e as novas ditaduras”. Nesse capítulo, Kragh considerou os casos da Alemanha nazista, da Itália fascista e da Rússia soviética como experiências análogas em seu caráter de obstáculo ao desenvolvimento da ciência. A experiência soviética, antes e durante o domínio stalinista, foi narrada como um processo dominado exclusivamente por controvérsias ideológicas e por perseguições e purgas políticas. Sua conclusão, implícita, foi que a ciência não pode se desenvolver em regimes ditatoriais.¹⁹⁹

¹⁹⁶ POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974.

¹⁹⁷ KRAGH, Helger. **Quantum Generations: A History of Physics in the Twentieth Century**, Princeton University Press, 1999.

¹⁹⁸ KRAGH, Helger. **Introdução à Historiografia da Ciência**, Porto/Portugal: Porto Editora, 2001.

¹⁹⁹ FREIRE JR, Olival. Sobre a relação entre Regimes políticos e Desenvolvimento científico: Apontamentos para um estudo sobre a História da C&T durante o Regime Militar Brasileiro. In: **Revista Fênix**, v. 4, Ano IV, nº 3, 2007, p. 6-7.

No Brasil também há adeptos dessa vertente explicativa, como é o caso do historiador da ciência Almicar Baiardi, autor de *Sociedade e Estado no Apoio à Ciência e Tecnologia: Uma análise histórica*.²⁰⁰

No item intitulado *O apoio à ciência e à tecnologia nos Estados não-democráticos* o autor apresenta os casos da Alemanha nazista, da Itália fascista e da URSS. Nele, Baiardi defende a tese do não desenvolvimento da Ciência em regimes autoritários, apenas diferenciando o desenvolvimento da ciência na URSS e no leste europeu, onde as “interferências ideológicas” na política de ciência e tecnologia ocorreram “sem as consequências trágicas dos regimes fascista e nazista.” A explicação para esta peculiaridade se deve:

(...) à natureza completamente diversa desse tipo de autoritarismo – no qual não se cultivava a intolerância racial e em que a liberdade de escolha dos temas de pesquisa não era totalmente coibida – e de outro, porque em nenhum momento se praticou uma política de ciências e tecnologia que não tivesse o respaldo da parcela ponderável da comunidade científica.²⁰¹

O desenvolvimento da ciência na URSS foi, para Baiardi, apenas uma exceção que confirmou a regra. Para ele, a interferência de regimes autoritários na ciência seria danosa para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, defendendo que há uma relação entre “liberdade e cidadania” e a ciência.

Durante este século desenvolveram-se na Europa e alhures formas de governo que violaram os princípios da democracia representativa, e nas quais o partido no poder tentou moldar as estruturas e as políticas de Estado à sua ideologia. Estas experiências, de natureza diversa e com modelos antagônicos, exerceram com relação à política de ciências e tecnologia uma atitude comum, que foi a interferência ideológica, com um grau de evidentemente variável e com uma capacidade de provocar danos também distintos. A análise das variantes de política de ciências e tecnologia em sistemas políticos não-democráticos ajuda a compreender a relação que existe entre liberdade e cidadania de um lado, e progresso científico e tecnológico do outro.²⁰²

Tal argumentação, da qual são partidários Kragh e Baiardi, tem sido testada por historiadores e sociólogos interessados em compreender os fatores capazes de mediar a

²⁰⁰ BAIARDI, Amilcar. **Sociedade e Estado no Apoio à Ciência e à Tecnologia: Uma análise histórica**, São Paulo: Hucitec, 1996.

²⁰¹ BAIARDI, Amilcar. **Sociedade e Estado no Apoio à Ciência e à Tecnologia: Uma análise histórica**, São Paulo: Hucitec, 1996, p.195.

²⁰² BAIARDI, Amilcar. **Sociedade e Estado no Apoio à Ciência e à Tecnologia: Uma análise histórica**, São Paulo: Hucitec, 1996. p.191-192

relação entre ciência e política. A questão de maneira geral tem sido desvendar até que ponto a ciência tem autonomia em relação aos desdobramentos conjunturais alheios a ela.

Sobre a relação entre ciência e stalinismo na URSS, com o objetivo de testar esse postulado elaborado por Karl Popper e Robert Merton, o historiador russo Alexei Kojevnikov deu importantes contribuições em *“The Stalin’s Great Science”* demonstrando a complexa relação entre política e ciência na URSS.

O livro aborda a relação entre desenvolvimento científico de primeira linha, no caso da física soviética, em condições de coerção política, isolamento internacional e com grande dificuldade de acesso à informação.

As conclusões de Kojevnikov, no entanto, vão em direção contrária ao postulado popperiano/mertoniano da relação entre ciência e autoritarismo. Para o historiador, há na URSS, durante o período da ditadura stalinista, um vertiginoso e explícito crescimento da ciência, que não foi percebido no ocidente por causa do contexto polarizado e ideologizado da Guerra Fria, que preferiu dar ênfase aos casos em que a intervenção política soviética provocou resultados desastrosos, novamente o caso Lysenko, em detrimento dos avanços e contribuições significativas da ciência soviética, principalmente da Física.

Além do intrigante trabalho de Alexei Kojevnikov²⁰³ há uma série de trabalhos recentes que buscam tornar mais nítida essa relação entre ciência e regimes autoritários. São exemplos desse esforço o trabalho do historiador brasileiro Olival Freire Jr²⁰⁴, mas também argentinos como Eduardo L. Ortiz²⁰⁵; alemães como Kristie Macrakis e Dieter Hoffmann²⁰⁶; e espanhóis como José Manuel Sanchez-Ron²⁰⁷, Javier Ordoñez²⁰⁸, María Jesús Santes Mases²⁰⁹, Víctor Navarro-Brotóns²¹⁰ e Albert Presas Puig²¹¹.

²⁰³KOJEVNIKOV, A. B. *Stalin’s Great Science: The Times and Adventure of Soviet Physicists*, London: Imperial College Press, 2004.

²⁰⁴ Ver FREIRE JR, Olival. Sobre a relação entre Regimes políticos e Desenvolvimento científico: Apontamentos para um estudo sobre a História da C&T durante o Regime Militar Brasileiro. In **Revista Fênix**, v. 4, Ano IV, nº 3, 2007.

²⁰⁵ ORTIZ, Eduardo L. 1996. Army and science in Argentina: 1850-1950. In: FORMAN; SÁNCHEZRON, 1996, op. cit. p. 153-184.

²⁰⁶Ver MACRAKIS, Kristie; HOFFMANN, Dieter. *Science under Socialism – East Germany in Comparative Perspective*, Cambridge: Harvard University Press, 1999.

Todos esses pesquisadores, ao analisarem os regimes autoritários em seus respectivos países, tem posto em cheque a validade das proposições elaboradas por Merton e Popper. As conclusões desses trabalhos tendem a alinhar-se com a perspectiva apontada pelo historiador inglês Jonh Heilbron:

A forma política de um regime não parece ter tanto poder para influenciar a ciência quanto se poderia supor. A ciência tem tanto florescido quanto sido anulada sob monarquias absolutas, impérios, ditaduras militares, regimes totalitários, e democracias. Sob Luís XIV, Napoleão I, e o Kaiser Guilherme II, durante os primeiros anos da República de Weimar, nos Estados Unidos no século XX, e, usualmente, na União Soviética, ela tem tido, comparativamente, um bom desempenho. Sob os czares russos e os nazistas, e nos Estados Unidos antes de 1900, comparativamente, ela teve um mau desempenho. O que é importante não é a forma ou ideologia do governo, mas sua atitude face à ciência.²¹²

As observações e análises acumuladas durante o estudo do caso da Capes e da comunidade científica brasileira, também se alinham com a perspectiva sintetizada por John Heilbron. A tese do não florescimento da ciência sob uma ditadura nos anos de 1970 não encontram respaldo material nas fontes utilizadas nesta pesquisa.

Desta forma, os fatores que levam ao desenvolvimento científico estão mais relacionados com ações inovadoras e o planejamento do que necessariamente com o regime político.

Ao analisar o processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil e a atuação da Capes durante os anos 1970, entende-se que o desenvolvimento ou não da ciência não tem uma relação direta com a forma de governo, mas está mais ligada ao entendimento desses governos em relação à ciência e qual a sua postura em face ao conhecimento

²⁰⁷ Ver SÁNCHEZ-RON, José Manuel. **International relations in Spanish physics from 1900 to Cold War Historical Studies in the Physical and Biological Sciences**, 33(1), p. 3-31, 2002.

²⁰⁸ Ver ORDOÑEZ, Javier; SÁNCHEZ-RON, José Manuel. Nuclear Energy in Spain: From Hiroshima to the Sixties. In: FORMAN, Paul; SÁNCHEZ-RON, José Manuel. (Eds.). **National Military Establishments and the Advancement of Science and Technology – Studies in the 20th Century History**. Dordrecht: Kluwer, 1996. p. 185-213.

²⁰⁹ Ver MASES, María Jesús Santes. **Severo Ochoa and the Biomedical Sciences in Spain under Franco, 1959 – 1975**. ISIS, 91(4), p. 706-734, 2000.

²¹⁰ Ver NAVARRO-BROTÓNS, Víctor. **The Birth of Particle Physics in Spain**. *Minerva*, 43, p. 183-196, 2005.

²¹¹ Ver PUIG, Albert Presas. **Science on the Periphery**. The Spanish Reception of Nuclear Energy: An Attempt at Modernity? *Minerva*, 43, p. 197-218, 2005.

²¹² HEILBRON, John. **The History of Science**, in: *The Oxford Companion to the History of Modern Science*, edited by John L. Heilbron (Oxford: Oxford University Press, 2003), p. 373.

científico. Independente do modelo político, a ciência parece se desenvolver, quando incentivada através de ações organizadas, fruto de um planejamento, uma relação estável com a comunidade científica e disponibilidade de recursos financeiros. Sendo assim, a questão do modelo político que viabiliza essas condições é secundária.

4. Considerações finais

Durante a década de 1970 ocorreu no Brasil uma transformação profunda na rede de pós-graduação, com impactos imediatos no processo de institucionalização da ciência e da tecnologia. O robusto crescimento da Capes e do Sistema de Pós-Graduação modificou significativamente a vida acadêmica brasileira.

O presente trabalho demonstra que essa mudança no Sistema de Pós-Graduação passou por três conjunturas, internas à ditadura. A primeira de 1969 a 1973, a segunda de 1974 até 1978 e a última conjuntura do ano de 1979.

O período entre 1969 e 1973 foi o de maior recrudescimento da ditadura. Na Capes foi o momento de organização das ideias, preocupações e noções que se transformaram em realidade na conjuntura posterior.

Entre 1973 e 1978 a Capes assume uma posição mais central em relação às instituições ligadas à ciência, ao Ensino Superior e a pós-graduação. A análise desse período contribuiu para a compreensão do desenvolvimentismo conservador do governo Geisel e as importantes ações que promoveram a institucionalização da ciência e da tecnologia.

Foi durante o governo Geisel que a pós-graduação foi alvo de um planejamento específico: I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG). As propostas presentes nesse documento orientaram a pós-graduação brasileira e as instituições responsáveis por apoiar as pesquisas e os pesquisadores. A elaboração do I PNPG organizou ações importantes que modelaram a comunidade científica brasileira.

Esse vertiginoso crescimento da pós-graduação, como demonstrado aqui, está relacionado ao processo de planejamento a médio e longo prazo inaugurado na área da pós-graduação pelo I PNPG. As transformações no sistema de pós-graduação e na Capes aconteceram, não por acaso, concomitantes com a mudança física da instituição do Rio de Janeiro para Brasília, capital do país.

A proximidade do poder que Brasília proporcionou a Capes contribuiu para a dinâmica da institucionalização da pós-graduação. Mais perto do MEC, a instituição pôde se

estabelecer e atuar de maneira mais combinada com os outros componentes da rede de pós-graduação e produção de ciência e tecnologia.

Já em 1979, terceira e última fase desse processo, há uma ruptura com a política que promoveu a elevação dos níveis da pós-graduação. A tônica desse período foi a mudança da política de pós-graduação como política de desenvolvimento regional e social para uma política estritamente científica orientada pela “meritocracia” em detrimento da “equidade”. Essa não é a única mudança, o crescimento dos números de bolsistas e de programas de pós-graduação deixou de ser incentivado, numa clara substituição do discurso massificador/expansionista pelo discurso motivado pela busca da “qualidade”, com objetivos restritivos e concentradores. Em 1979 chega ao fim a tentativa de implementar o desenvolvimentismo na pós-graduação brasileira.

A transformação iniciada durante a gestão de Celso Barroso e concluída na gestão de Cláudio de Moura e Castro, se constituiu na ampliação ao acesso aos níveis de mestrado e doutorado para os que optaram pela carreira acadêmica, mudança no modelo de distribuição de bolsas pela Capes, criação da modalidade de mestrado e doutorado “sanduíche”, criação das pró-reitorias de pós-graduação, criação de planos nacionais destinados à área da ciência e da pós-graduação, estabelecimento de definições mais nítidas entre os órgãos de fomento científico, organização da avaliação dos programas de pós-graduação, além da ampliação orçamentária dos fundos destinados a pós-graduação e à ciência e tecnologia.

Parte dessas inovações surgiu como propostas da Capes e ganhou um profundo enraizamento na comunidade acadêmica, como é o caso dos mestrados e doutorados sanduíches. Outras ferramentas criadas pela instituição modelaram a comunidade acadêmica brasileira, obtendo sucesso do ponto de vista das suas proposições, como é o caso da avaliação do órgão.

Todo esse processo de mudança está relacionado ao papel que a ciência e a tecnologia passaram a ter dentro da estratégia dos governos militares de desenvolvimento nacional. A estratégia formulada pela ESG de criar um “Brasil potência” contribuiu para a organização da ciência no Brasil.

Os militares, principalmente entre 1973 e 1979, transformaram a política de pós-graduação em uma ferramenta de desenvolvimento regional. A criação de universidades e cursos de pós-graduação foi uma forma encontrada de desenvolver regiões que estavam na periferia do capitalismo brasileiro.

Além do seu papel na formação de “mão de obra especializada” fundamental ao processo de industrialização e modernização proposto pelos governos militares, a expansão dos níveis de graduação e pós-graduação atenderam a interesses das classes médias urbanas que enxergavam na carreira de pesquisador e professor universitário uma forma de adquirir direitos restritos ao funcionalismo público.

Ao analisar o caso da Capes durante os anos de 1969-1979 fica evidente a contribuição dos militares para a institucionalização da pós-graduação e conseqüentemente da ciência e tecnologia no Brasil. Mas também é preciso destacar a contribuição de pesquisadores, professores e tecnocratas na consolidação desse processo. Parte importante dos avanços na área da pós-graduação contou com a atuação de membros da comunidade acadêmica brasileira que ocuparam os espaços institucionais em busca de uma remuneração mais alta, *status* social e capital científico. Como foi observado, dos três diretores da Capes durante a década de 1970, nenhum deles era militar. Todos eram civis que colaboraram com o regime.

Este trabalho deu ênfase ao aspecto do desenvolvimento da pós-graduação através da análise da Capes, sem desprezar o aspecto repressivo dos governos autoritários. Não perdendo de vista que a ditadura vigiou, vetou, perseguiu, coagiu e em muitos casos torturou membros da comunidade acadêmica.

As universidades foram o lugar privilegiado na percepção dessa ação dupla da atuação militar. Nesse espaço da sociedade brasileira aconteceram ações importantes para a institucionalização da pós-graduação e também episódios emblemáticos da resistência contra a ditadura. Contribuímos assim com pesquisas recentes sobre a relação da ditadura com a universidade brasileira.

Ao verificar essa ação bifrontal da ditadura ao analisar o desenvolvimento da Capes, a pesquisa contribui também com pesquisadores da Historiografia da Ciência que tem se

dedicado a analisar o desenvolvimento científico em ambientes políticos cujos debates de ideias são restritos e o acesso à informação filtrado pelo Estado.

Encerra-se esta dissertação reconhecendo a necessidade de trabalhos subsequentes que abordem questões que não puderam ser avaliadas de maneira satisfatória ao longo desta pesquisa, por conta da profundidade do tema, por questões de limitação de fontes, pelo recorte temporal, ou por incapacidade do escritor.

REFERÊNCIAS

ANDREADE, Ana Maria Ribeiro de. **Físicos, Mésons e Política: a dinâmica da ciência na sociedade.** São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Mast/CNPq, 1999.

AZEVEDO, J. **Considerações sobre o Milagre Econômico Brasileiro e suas consequências face à política educacional voltada para o desenvolvimento: uma avaliação crítica.** 1984. Monografia. Centro de Informação sobre Política Científica e Tecnológica/CNPq, Brasília, DF. f.34.

BAIARDI, Amilcar. **Sociedade e Estado no apoio à Ciência e à Tecnologia: uma análise histórica.** São Paulo: Hucitec, 1996.

BARROS, Elionora Maria Cavalcanti de. **Política de pós-graduação no Brasil (1975/1990): um estudo da participação da comunidade científica.** São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BAZIN, Mauriel; ANDERSON, S. **Ciência [in] dependência: o Terceiro Mundo face à ciência e tecnologia.** Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coord) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1964).** Rio de Janeiro: Forense/CPDOC/FGV, 2001. p.762.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior.** Brasília: Paralelo 15, 2001.

BOURDIE, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **I Plano Nacional de Pós-Graduação.** Brasília, DF: MEC/CNPG, 1974. p.119.

BUCI-GLUCKMANN, Christine. **Gramsci e o Estado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURGOS, Marcelo B. **Ciência na periferia: a luz Sicrotrón brasileira.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.

CAPES. **Novas perspectivas para o ensino superior: operacionalização e implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação.** Brasília, DF: MEC/CAPES, 1975.

_____. **Relatório 1965:** Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Capes, 1965.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Quadragésimo ano do parecer CFE n. 977/65.** In: **Revista Brasileira de Educação.** 2005, set-dez. n.30.

CARDOSO, Lucileide. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985).** Cruz das Almas-BA: Editora UFRB, 2012.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade de brasileira de físicos.** 2005. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História da Ciência). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. "Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979)" In Revista da SBHC, Rio de Janeiro, V.4, n.2, p.129-145, jul/dez, 2006.

CLOSS, Darcy. Reflexões sobre a atualidade da universidade brasileira. In: ROHDEN, Valerio (Org.). **Ideias de Universidade.** Canoas: Ed. ULBRA, 2002. p.174.

_____. A Capes vista por seus ex-presidentes – Darcy Closs (1974-1979). In: CAPES-INFOCAPES. **Boletim Informativo.** Brasília, Abril/Junho, 1996. v.4. n.2.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. **Capes: origens, realizações e significações (1951-2002).** Brasília, DF: [s.n.], 2003. (mimeografado).

_____. **Capes, 45 anos de história.** Brasília, [s.n.], 1996 (mimeografado).

DAGNINO, Renato. **Ciência e Tecnologia no Brasil: O processo decisório e a comunidade de pesquisa.** Campinas –SP: Editora Unicamp, 2007.

DREYFUSS, René. **1964 – A Conquista do Estado.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Jarbas Passarinho: Ideologia tecnocrática e ditadura militar, In: **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, 2006 set. n.23, p.3-25.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.4.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). **CAPES, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC/FGV.** Brasília, DF: CPDOC/FGV/Capes: 2003. p.57.

FEYRABEND, Paul. **A Ciência em uma sociedade livre.** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História.** v. 24, n. 47.

_____. **Além do golpe,** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

_____. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FREIRE JR, Olival. Sobre a relação entre regimes políticos e desenvolvimento científico: Apontamentos para um estudo sobre a história da C&T durante o regime militar brasileiro. In: **Revista Fênix.** 2007. v. 4. Ano IV. n.3.

_____. A relação dos físicos brasileiros com os regimes políticos entre 1949 e 1985. In: TROPER, A.; VIDEIRA, A.P.; VIEIRA, C.L. (Org.). **Os 60 anos do CBPF e a gênese do CNPq**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, 2010. p. 139-163.

FREIRE JR. Olival; CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. O CNPq, a operação retorno e a batalha das torradeiras: os limites da política de C&T no regime militar. In: DIAS, A.L.M.; COELHO NETO, E.T.; LEITE, M.M.S.B. (Org.) **História, cultura e poder**. Feira de Santana/Salvador: Edufba/UEFS Editora, 2010.

FREIRE JR., O.; VIDEIRA, A.A.P.; RIBEIRO FILHO, A. Ciência e política durante o regime militar (1964-1984): a percepção dos físicos brasileiros. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. 2009. v. 4(3) p.479-485.

FREIRE Jr., Olival; SANTANA, Walker Lins de. O interesse militar pelo laser: o caso Sergio Porto. In: NETO, Manuel Domingos. (Org.). **O militar e a ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. p.151-168.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009, p.271.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____, Élio. **Ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____, Élio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOUVÊA, Fernando; MENDONÇA, Waleska Pollo Campos. **A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da pós-graduação no Brasil: Um Percurso com os boletins da Capes**. Florianópolis: Perspectiva, 2006. v. 24. n. 1. jan-jun. p.111-132.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, política e estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HEILBRON, John. **The History of Science**, in: *The Oxford Companion to the History of Modern Science*, edited by John L. Heilbron (Oxford: Oxford University Press, 2003), p. 370-374.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e Historiografia: Brasil pós-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOJEVNIKOV, A. B. **Stalin's Great Science: the times and adventure of soviet physics**, London: Imperial College Press. 2004.

KRAGH, Helger. **Introdução à Historiografia da Ciência**. Porto/Portugal: Porto Editora, 2001.

_____, Helger. **Quantum Generations: A History of Physics in the Twentieth Century**, Princeton University Press, 1999.

MACRAKIS, Kristie; HOFFMANN, Dieter. **Science under socialism: East Germany in comparative perspective**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

MASES, María Jesús Santes. **Severo Ochoa and the Biomedical Sciences in Spain under Franco: 1959 – 1975**. *ISIS*, 91(4), 2000, p.706-734.

MENDOZA, Diego Hurtado; BUSALA, Anália. De la ‘Movilización industrial’ a la ‘Argentina Científica’: La Organización de la ciencia durante el peronismo. In: **Revista da SBHC**. RJ: 2006 jan/jun v.4, n. 1, p.17-33.

MOREL, Regina. **Ciência e Estado: política científica no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MOTOYAMA, Shozo (Org). **FAPESP: uma história da política científica e tecnológica**. São Paulo: FAPESP. 1999.

_____. Os principais marcos históricos em Ciência e Tecnologia no Brasil. In: **Revista da SBHC**. Rio de Janeiro: 1985. n.1 p.41-49.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades. In: **Topoi**. Rio de Janeiro, 2008.v.9. n.16, jan-jun.

NAVARRO-BROTÓNS, Víctor. **The birth of particle physics in Spain**. Minerva, 2005. p.183-196.

NUNES, Brasilmar Ferreira. O sistema de C&T no Brasil e a cooperação internacional: notas sobre a experiência Capes/Cofecub. In: **RBPG**. Brasília, DF, 2006. Dez. v.3, n. 6. p.248.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

ORDOÑEZ, Javier; SÁNCHEZ-RON, José Manuel. Nuclear Energy in Spain: From Hiroshima to the Sixties. In: FORMAN, Paul; SÁNCHEZ-RON, José Manuel. (Eds.). **National Military Establishments and the Advancement of Science and Technology: studies in the 20th Century History**. Dordrecht: Kluwer, 1996. p. 185-213.

ORTIZ, Eduardo L. Army and science in Argentina: 1850-1950. In: FORMAN, Paul; SÁNCHEZ-RON, José Manuel. (Eds.). **National Military Establishments and the Advancement of Science and Technology: studies in the 20th Century History**. Dordrecht: Kluwer.1996.

- PASSARINHO, Jarbas G. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão&Cultura, 1996.
- POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974.
- PUIG, Albert Presas. **Science on the Periphery: The Spanish Reception of Nuclear Energy. An Attempt at Modernity?** Minerva, 2005. p.197-218.
- REBELO, Vanderlei. **Ney Braga: Política e Modernidade**. Brasília, Senado Federal, 2007.
- REIS FILHO, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (Org.). **O golpe e a ditadura 40 anos depois (1964- 2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.
- REZENDE, Sérgio Machado. **Momentos da ciência e tecnologia no Brasil: uma caminhada de 40 anos pela C&T**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.
- SÁNCHEZ-RON, José Manuel. **International relations in Spanish physics from 1900 to Cold War Historical Studies in the Physical and Biological Sciences**. 33(1), 2002.
- SANT'ANNA, Vanya M. **Ciência e sociedade no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- SCHENBERG, Mário; Mário Schenberg. **Historia Oral**. (Depoimento: 1978). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991. p.39.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília, DF: MCT/CEE, 2001.

Glossário

AESI/ASI- Assessoria Especial de Segurança Interna/ Assessoria de Segurança Interna.

BNH – Banco Nacional da Habitação.

CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisa em Física.

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa.

Cofeclub – Serviço francês de intercambio acadêmico

Concine – Conselho Nacional de Cinema

DAAD - Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico

DAU – Departamento de Assuntos Universitários.

DESu – Divisão de Ensino Superior

DSI – Divisão de Segurança Interna.

Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes

ESG – Escola Superior de Guerra.

FAPERGS – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

Funarte – Fundação Nacional de Arte

IF-UFBA – Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia

INL – Instituto Nacional do Livro

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.